

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Curso de Doutorado em Psicologia

**Do “*trabalho sujo*” à bela obra: o que é triar materiais recicláveis?**

**Um estudo em psicossociologia do trabalho**

Fabiana Goulart de Oliveira

BELO HORIZONTE

2016

FABIANA GOULART DE OLIVEIRA

Do “*trabalho sujo*” à bela obra: O que é triar materiais recicláveis? Um estudo  
em Psicossociologia do Trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia da Universidade  
Federal de Minas Gerais como requisito para a  
obtenção do Título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e  
Saúde

Orientadora: Dra Vanessa de Andrade Barros

Belo Horizonte

2016

150	Oliveira, Fabiana Goulart de
O48d	Do “trabalho sujo” à bela obra [manuscrito] : o que é triar
2016	materiais recicláveis? : um estudo em psicossociologia do trabalho / Fabiana Goulart de Oliveira. - 2016. 178 f. Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.  Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia  1. Psicologia – Teses. 2. Trabalho - Teses. 3. Lixo - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



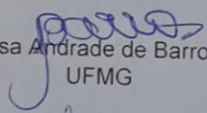
## FOLHA DE APROVAÇÃO

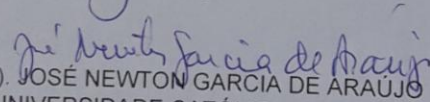
**Do "trabalho sujo" à bela obra: o que é triar materiais recicláveis?  
Um estudo em Psicossociologia do Trabalho**

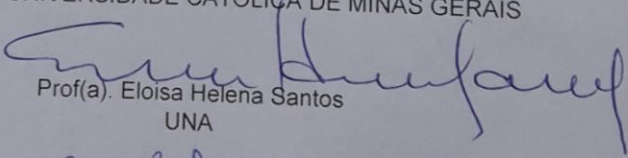
**FABIANA GOULART DE OLIVEIRA**

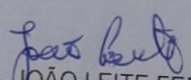
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

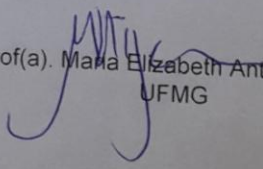
Aprovada em 21 de dezembro de 2016, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

  
Prof(a). Eloisa Helena Santos  
UNA

  
Prof(a). JOÃO LEITE FERREIRA NETO  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

  
Prof(a). Maria Elizabeth Antunes Lima  
UFMG

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2016.

Aos meus pais, Maria e Antônio,  
credores de uma dívida eterna...

## **Agradecimentos**

A seção de agradecimentos de um texto bibliográfico é sempre reveladora de uma parte dos bastidores da obra, uma vez que nela se reconhecem a(u)tores que, embora não apareçam no texto oficial, deram contribuições importantes, às vezes cruciais, para a construção do trabalho.

Registro aqui meus agradecimentos àqueles que contribuíram para meu desenvolvimento nesse processo do doutoramento, cujos resultados extrapolam a tese.

Agradeço à professora Vanessa Barros, orientadora querida, que com seus preciosos atributos e de forma sempre respeitosa e delicada, me encorajou a vivenciar a riqueza desse processo;

A todos os catadores que compartilharam comigo suas experiências ao longo desses anos, aos técnicos que encontrei nesse percurso, aos amigos do INSEA, do Observatório da Reciclagem Solidária e do Núcleo Alternativas;

Aos colegas do LabTrab, especialmente a Carolina Couto, cuja amizade foi um dos grandes presentes desse doutorado, assim como a Laís Di Bella e a Thaísa Vilela, amigas muito queridas, com quem compartilhei todo esse processo;

Agradeço ao Fábio Borges, que me ajudou a orquestrar, afinar os instrumentos, transformar os ruídos, ouvir a música;

Aos professores Leny Sato, José Newton Garcia Araújo e Maria Elizabeth Antunes Lima, pelas críticas e contribuições desde o período da qualificação;

Aos professores João Leite Ferreira Neto e Eloísa Helena Santos, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de defesa;

Aos professores franceses que me receberam em seus laboratórios e me permitiram acessar novas formas de pensar e fazer o trabalho: a prof. Dominique Lhuillier, minha anfitriã, o prof. Yves Clot, prof. Katia Koutkuski e prof. Livia Scheller, o prof. Vincent de Gaulejac, a prof. Florence Giust-Desprairies e o prof. Jean Philippe Bouilloud.

Aos colegas que encontrei no estágio em Paris e que tornaram essa experiência ainda mais rica: Ênio Rodrigues, Kátia Diolina, Daniela Vargas, Flávio Fontes, Matilde Agero, Maria Noel, Estelle Lozano, George Guerguerian, Dominique Salaün, Lydia Martin, Claudine Schalck, Gladys Lutz, Sébastien Ladrey e Davina. De maneira muito especial, agradeço aos amigos Nicole e Jacques Theureau;

À Professora Marlene Machado Zica Vianna, cujo trabalho de revisão do texto foi um curso à parte. Um presente! Permitiu-me ouvir e estranhar o que eu havia escrito, quando eu já não conseguia mais me ouvir e me estranhar. Agradeço sua disponibilidade e seu carinho;

A Senhorinha, meu anjo da guarda, e também à Gera, que me ajudaram a cuidar da minha família;

Aos meus irmãos, Dyenifer e Fábio, e aos meus pais queridos, em especial à minha mãe, cuja dedicação foi fundamental para que eu pudesse concluir essa etapa. A eles eu agradeço infinitamente;

Enfim, aos meus fiéis escudeiros, minha trupe: ao Chico, meu amor, companheiro de aventuras radicais e coautor nas nossas mais belas obras – Victória e Flora, personagens aqui presentes que tornaram esta experiência mais intensa, muitas vezes difícil, mas imensamente prazerosa.

## Resumo

OLIVEIRA, F.G. (2016). *Do “trabalho sujo” à bela obra: O que é triar materiais recicláveis? Um estudo em Psicossociologia do Trabalho*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte.

O objetivo desta tese é compreender os processos psicossociais e de subjetivação no trabalho dos catadores de materiais recicláveis, particularmente das triadoras que atuam em cooperativas de reciclagem. Busca-se compreender o “tornar-se catador”, ou o que faz um catador, no sentido duplo do termo: o conteúdo da sua atividade e como, ao fazê-la, ele se constitui como profissional. Coloca-se em questão a afirmação de autores que defendem que o discurso relativo ao orgulho e a satisfação vivenciados pelos catadores no trabalho, estariam relacionados a mecanismos defensivos e ideológicos que contribuem para a superexploração e a alienação desses trabalhadores. Interroga-se de que maneira o trabalho na catação, em particular a atividade de triar materiais recicláveis, realizado em condições precárias que envolvem diretamente o contato com objetos sujos, desvalorizados e potencialmente contaminantes, poderia ser fonte de desenvolvimento desses trabalhadores, permitindo seu reconhecimento no próprio trabalho. A pesquisa utiliza o método etnográfico, baseando-se na pesquisa-ação e na *grounded theory*. Analisa o trabalho das triadoras de materiais recicláveis, a partir da relação entre: o processo histórico e político de organização dos catadores, a sua atividade concreta – modos operatórios, gestos, estratégias, instrumentos, conflitos interpessoais – e seus processos subjetivos. Como resultados, destaca-se não apenas a existência de um ofício, com normas e valores próprios, como também o desenvolvimento dos trabalhadores evidenciado por meio das suas transformações e das transformações do seu ofício.

**Palavras-chave:** atividade, trabalho, trabalho-sujo, lixo, catador de materiais recicláveis, reciclagem, triagem de materiais, psicologia do trabalho



## ABSTRACT

OLIVEIRA, F. G. (2016). From "*dirty work*" to beautiful work: what is doing screening of recyclable materials? A study in Psychosociology of Work. Doctoral Thesis, Graduate Studies Program in Psychology, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte.

The objective of this thesis is to understand the psychosocial and subjectification processes that take place in the work of collectors of recyclable materials, especially in the case of the screeners employed in recycling co-ops. Comprehension is sought of what it means to "become a collector," or of what it is that makes a collector, in the double sense of the term: the content of his or her activity and how, in performing it, the individual establishes himself as a professional. The present study questions statements by authors who defend that the discourse related to the pride and satisfaction experienced by the collectors at work would be related to defensive and ideological mechanisms that contribute to the overexploitation and alienation of such professionals. It investigates how the work of collecting recyclable materials, and in particular their screening, performed in precarious conditions that involve direct contact with dirty objects, worthless and potentially contaminating, could be a source of development for the aforementioned professionals, allowing them to recognize themselves in their own work. The research employs the ethnographic method, with a basis on action research and grounded theory. It analyzes the work of screeners of recyclable materials from the standpoint of the relationship between: the historical and political process of organization of collectors, their concrete activity—modes of operation, movements, strategies, instruments, interpersonal conflicts—, and their subjective processes. As a result of this research, emphasis is given not only to the existence of a profession, with its own rules and values, but as well to the development of the professionals, which is evidenced by their transformations and the transformations in their work.

**Key-words:** activity, work, dirty job, garbage, collector of recyclable materials, recycling, screening of materials, psychology of work.

## Lista de siglas e abreviaturas

ONG – Organizações não- governamentais

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

ACC – Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares

FELC – Fórum Estadual Lixo & Cidadania

COOPERT – Cooperativa de Reciclagem e Trabalho de Itaúna

ASCAMP – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pará de Minas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

COOPAMARE – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte.

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

CBTU – Companhia Brasileira de Transportes Urbanos

PM – Polícia Militar

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Ministério Público

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

FNLC – Fórum Nacional Lixo & Cidadania

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FBB – Fundação Banco do Brasil

IAF – Fundação Interamericana

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

PEAD – Polietileno de Alta Densidade

PEBD – Polietileno de Baixa Densidade. Compreende o que as associações chamam de PI (plástico filme incolor) e PC (plástico filme colorido)

PET – Politereftalato de Etileno

PEV – Ponto de Entrega Voluntária

PP5 - Polipropileno

PS – Poliestireno

PVC – Policloreto de Vinila

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 PERCURSO METODOLÓGICO .....	8
1.1 - Caminhos percorridos até a pesquisa.....	10
1.2. Observando e sendo observada: Refletindo sobre o lugar da pesquisa e o da pesquisadora .....	13
CAPÍTULO 2 DAS RUAS E LIXÕES A ATORES DA GESTÃO DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	26
2.1 Catadores nos lixões.....	32
2.2 - O Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) .....	34
2.3- Políticas públicas e dilemas vivenciados pelos catadores.....	37
2.4 - Uma nova posição social e econômica .....	43
2.5 Trabalho e identidade: catadores históricos x desempregados.....	47
2.6 A construção do <i>sujeito político</i> .....	54
CAPÍTULO 3 A ATIVIDADE DE TRIAR MATERIAIS, A EXPERIÊNCIA E OS SABERES NA CATAÇÃO DE RESÍDUOS.....	65
3.1 Atividade .....	65
3.2 Atividade de triagem e condições de trabalho .....	67
3.3- Construindo a experiência .....	73
3.4 A aprendizagem dos sentidos.....	74
Os odores .....	75
O nojo.....	79

3.5. Saberes olfativos .....	81
3.6 Dificuldades de um trabalhador iniciante e a “pressão psicológica” .....	84
3.7 - Pegar e deixar passar: conflitos da triagem na esteira .....	91
CAPÍTULO 4 “TRABALHO SUJO” E “NEGATIVO PSICOSSOCIAL” .....	98
4.1 – “Trabalho sujo” e negativo psicossocial .....	101
4.2. A visibilidade oculta .....	103
4.3. A sujeira e o nojo .....	105
CAPÍTULO 5 A RELAÇÃO COM O RISCO: DA ADAPTAÇÃO PASSIVA À ATIVIDADE .....	112
5.1. Catadores e riscos: economia, fisiologia e psicologia.....	114
Falta de informação e/ou consciência.....	114
Aceitação dos riscos x sobrevivência .....	117
Imunidade e adaptação .....	117
Habituação .....	118
Lixo, sujo e valor simbólico .....	119
Eufemização .....	120
Negação .....	122
5.1 - Construção de ‘saber fazer’: Desenvolvimento de estratégias e competências de prevenção.....	125
5.2 Inteligência do/no corpo.....	130
CAPÍTULO 6 TORNAR-SE CATADOR.....	133
6.1 – Aprender o ofício .....	134

6.2 O vício da reciclagem.....	137
6.3 – A autogestão do trabalho e a questão da identidade.....	142
O caso do entreposto da associação .....	142
6.4. A hierarquia .....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	158

“Eu intervi durante muito tempo, durante cinco anos, na indústria da carne na França, nos abatedouros, um dos setores difíceis. Durante uma dessas primeiras intervenções, eu fui observar a limpeza de tripas. Não é muito fácil, o seu nariz, os seus olhos te colocam numa situação difícil de gerenciar. Um pequeno parêntese. Eu fui ver quando o operador trabalha, porque quando nós somos analistas de trabalho é preciso vê-lo trabalhando. Eu fui o primeiro consultor a colocar os pés nesse lugar onde se trabalha com as tripas, o que surpreendeu o operador. Eu fecho o parêntese. Eu posso generalizar: é um pouco como alguém que fala do trabalho em turno, quando ele nunca passou uma noite como o trabalhador de turno. Há certamente um problema aqui. Retomando o caso, eu, então, me apresentei e eu disse que queria entender, compreender, o seu trabalho. Essa pessoa me escutou, eu fiz o que era habitual, dei as devidas garantias, porque se tratava de uma empresa, e pedi a ele autorização para passar uma ou duas horas ao seu lado para poder compreender como ele limpava as tripas. E, então, ele se virou para mim, com um grande sorriso, é preciso sublinhar esse sorriso, deve-se colocar no contexto esse sorriso, e ele me disse: “Não tem nenhum problema, mas eu te aviso que limpar tripas é um ofício”.

Jacques Durauffourg,

*I Seminário Internacional Trabalho e Educação*

## INTRODUÇÃO

A (re)socialização ou o desenvolvimento por meio do trabalho é um princípio valorizado pelas políticas governamentais de geração de trabalho e renda, que incentivam, por exemplo, a organização em cooperativas e associações de pessoas que não se adaptam aos perfis exigidos pelo mercado de trabalho formal. Incluem-se, aqui, as experiências dos catadores de materiais recicláveis, desenvolvidas sobretudo nos países periféricos, que sustentam a atividade econômica da reciclagem, preservando aspectos sociais como a geração de renda e a possibilidade de reinserção produtiva e desenvolvimento de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal. Essas experiências, que, em seu conjunto, são denominadas de reciclagem solidária (Lima e Oliveira, 2008; Rutkowski, 2008), têm sido amplamente discutidas como alternativas às formas hegemônicas de tratamento do lixo desenvolvidas pelos países ricos, como a incineração. No entanto, tais experiências são atravessadas por uma contradição: os ganhos ambientais, econômicos e sociais coexistem com a precariedade das condições de trabalho e de vida dos catadores. Essa precariedade é objetivamente constatável pela renda média dos catadores, que gira em torno de um salário mínimo (Lima e Oliveira, 2016), e pelas condições insalubres e perigosas em que realizam seu trabalho. Tal realidade não impede que os trabalhadores testemunhem um sentimento de dignidade, de autorrespeito reconquistado, de orgulho pela importância social do trabalho que realizam. Esses sentimentos, no entanto, são analisados por muitos autores (Cavalcante *et al* 2007; Souza & Mendes, 2006; Porto *et al* 2004) como mecanismos defensivos e ideológicos, negação e idealização que contribuem para a superexploração e alienação desses trabalhadores. Para quem convive cotidianamente com esses sujeitos, essas ambiguidades são mais complexas do



que sugerem essas explicações de trabalho precarizado e ideologicamente dominado. Os catadores – ou pelo menos parte deles<sup>1</sup> – não desconhecem a exploração a que estão submetidos, seja em relação à baixa remuneração, seja em relação às precárias condições de trabalho, que tornam a primeira ainda mais injusta, mas ainda assim, eles reafirmam seu sentimento de dignidade e orgulho da profissão. Essas interpretações reconhecem apenas precarização, exploração e alienação porque não passam das evidências mais imediatas, visíveis a qualquer um que se depare com os catadores nas ruas ou nos improvisados galpões de triagem. Elas não vão além da imediatividade do trabalho que interpretam a partir de muitas teorias bem-construídas de superexploração. É necessário ir além da aparência do trabalho degradante para reconhecer o que está em jogo na atividade dos catadores. Diante disso, queremos compreender como esses trabalhadores desenvolvem suas atividades, em princípio desvalorizadas e desqualificadas socialmente, e de que maneira elas impactam a construção subjetiva desses trabalhadores. Queremos esclarecer em que medida essas experiências contribuem para o seu desenvolvimento e/ou, como podem constituir ações paliativas que servem para amenizar o desemprego estrutural e a miséria, ao mesmo tempo em que mantêm a desigualdade social. É possível que um trabalho socialmente desvalorizado, que se realiza em condições precárias, seja, ainda assim, fonte de desenvolvimento pessoal?

Pesquisas apontam que, a despeito de os catadores fazerem um “trabalho sujo” (Hugues, 1996) e das precárias condições materiais que os eles enfrentam, o trabalho, nas associações e cooperativas de reciclagem, contribui para a construção de identidades valorizadas e para o reconhecimento social desses trabalhadores (Pinto & Barros, 2008; Kemp, 2001). Se, de um lado, a atividade de trabalho do catador é social e ambientalmente

---

<sup>1</sup> Como acontece com qualquer categoria profissional, a consciência da exploração e dos antagonismos sociais não é homogênea.

importante ou útil, por outro, é desvalorizada, consistindo, essencialmente na tentativa de esconder ou apagar os traços *negativos* da existência humana conforme Lhuillier (2009). Nessa perspectiva, as cooperativas de catadores teriam a função de contribuir para a manutenção da ordem social, ao retirar das ruas parte do lixo e da miséria humana das pessoas marginalizadas, reduzindo sua visibilidade social. No nível individual ou subjetivo, caberia ao trabalhador, por meio de processos psíquicos, subjetivos e da sua atividade, promover a positividade ideológica dessa função, assegurando sua sobrevivência psíquica. A questão posta consiste, portanto, na natureza ainda indeterminada do trabalho dos catadores: Poderíamos afirmar que se trata de um “trabalho sujo” e/ou de uma atividade socialmente relevante, com valores próprios de um “*ofício*”? Como podemos compreender a ambivalência do trabalho precarizado pelos catadores que são, ao mesmo tempo, socialmente reconhecidos e desvalorizados? Em que medida o orgulho e o apreço demonstrado pelos catadores em relação à profissão expressam o desenvolvimento produzido pela e na atividade que realizam, ou são reflexos de mecanismos de defesa psicológicos e ideológicos necessários para tornar suportável uma vida sem alternativas?

Do ponto de vista do movimento social, a ação dos catadores, organizados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) desde 2001, é exemplar considerando as conquistas obtidas em tão pouco tempo. Com apoio de instituições sociais, sobretudo religiosas e ONGs, eles conseguiram organizar um forte movimento social capaz de influenciar a elaboração de políticas públicas, como a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010. Essas políticas configuram um quadro normativo favorável à atividade de reciclagem, revelando o reconhecimento conquistado pela profissão. Mas alguns autores afirmam que essa situação, na realidade insustentável, é mantida graças a manipulações ideológicas e ações de grupos de pressão (Baptista, 2004), servindo apenas para alimentar a cadeia da indústria de reciclagem com mão de obra barata

(Conceição, 2003). Ainda assim, quando se considera o ponto de partida dos catadores, é inegável que se trata de uma experiência exitosa, capaz de obter melhores resultados econômicos, ambientais e sociais que os sistemas oficiais de coleta seletiva ou de ações governamentais contra a pobreza (Rutkowski e Rutkowski, 2015; Lima e Oliveira, 2008). Essas controvérsias não se resolvem apenas com análises históricas, políticas ou sociais, no nível macro, embora sejam indispensáveis. Faltam elementos para aprofundar os debates de ambos os lados. Afirmar a positividade do trabalho dos catadores, com base no reconhecimento social e na conquista política, passa por cima da precariedade que justifica e alimenta as teses da manipulação ideológica que acabaria por retirar até mesmo a legitimidade e autonomia do movimento político dos catadores. Por isso, é necessário investigar o que acontece no cotidiano dos catadores e de suas associações, perguntando em que medida o desenvolvimento das políticas públicas contribui efetivamente para o desenvolvimento dos catadores e de suas atividades. E, num outro sentido, como a atividade dos catadores influencia a construção dessas políticas em uma relação orgânica do micro e do macro, em uma relação do cotidiano com o movimento social.

A rigor, embora estejamos nos referindo aos catadores, trataremos diretamente apenas daqueles que se organizam em associações e cooperativas (ACC), que estão longe de ser o modelo predominante no Brasil. A maior parte deles trabalha na informalidade, vendendo diretamente seus materiais aos depósitos, que os revendem para a indústria recicladora. Estima-se que apenas 10% dos catadores trabalham organizados em cooperativas ou associações (IPEA, 2010). Porém, na perspectiva de alguns autores (Baptista, 2004; Conceição, 2003), não existe diferença significativa entre esses grupos, ambos sendo igualmente explorados e mantidos em condições de miséria. Nossa experiência, contudo, nos leva a acreditar que a organização dos catadores faz a diferença, sendo estratégia atual dos grupos organizados mobilizar os não organizados para a construção de arranjos que lhes

permita sair da dominação dos atravessadores, o que não significa “enquadrar” a todos dentro de cooperativas.

Como o foco desta tese são os processos psicossociais de transformação dos catadores, desde que começaram neste trabalho – o *tornar-se catador* ou o *catador como ofício* – para responder às questões aqui colocadas, articulamos diferentes níveis de análise do macro (histórico, político e social) ao micro (organização do trabalho, atividade real e atividade subjetiva). Do ponto de vista empírico, buscamos assim analisar o trabalho dos catadores, a partir da relação entre três níveis distintos: (1) o primeiro, que compreende o processo histórico e político de organização dos catadores enquanto classe ou grupo social, marcada pela fundação do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) e por suas lutas junto às políticas públicas; (2) o segundo, que diz respeito não só à atividade concreta dos trabalhadores – em especial das triadoras que atuam nas cooperativas e associações – seus modos operatórios, gestos, estratégias, instrumentos, bem como os conflitos interpessoais decorrentes da organização do trabalho; (3) o terceiro, constituído pelos processos subjetivos que se apresentam no real da atividade ou na atividade subjetiva (Clot, 2010), diferente da atividade real dos ergonomistas, onde emergem conflitos intrapsíquicos vivenciados pelos trabalhadores no confronto com o real. Acreditamos que essas dimensões interagem permanentemente produzindo movimentos de transformações e criando novas exigências em todos os níveis. Esse percurso empírico em três níveis é tratado teoricamente de forma desigual. O movimento político é apenas tipificado seguindo os passos de estudos anteriores (Dias, 2009; Freitas, 2005; Wirth, 2016), que se referem aos catadores e ao MNCR como sujeitos de uma atividade política. Aprofundamos, sobretudo, o que nos parece ser a lacuna principal que são os processos de subjetivação no âmbito da atividade. Esses processos permitem esclarecer os processos de racionalização ou positivação na profissão, que se desenvolve constituindo-se em ‘ofício’.

A tese aqui defendida pode ser inicialmente caracterizada como um meio termo entre as duas posições extremas referidas nesta introdução. Na situação atual do(a)s catadore(a)s<sup>2</sup>, justifica-se a tese da superexploração e dominação ideológica. Se colocamos tal situação numa perspectiva histórica, de forma que possamos documentar e analisar no nível dos processos de subjetivação, temos aqui se não um ofício “pronto”, com suas regras e tradições, pelo menos uma profissão em desenvolvimento.

Para fundamentar essa tese, brevemente esquematizada nessa introdução, o texto está organizado em seis capítulos, começando pelo percurso metodológico realizado na construção da pesquisa, identificando, ao final, algumas categorias analíticas que nos permitem aprofundar aspectos através do trabalho do catador para esclarecer as lacunas apresentadas. Essas categorias nos permitem aprofundar a análise dos processos de subjetivação que serão descritos no capítulos 2 e 3. O capítulo 2 faz uma análise macro da construção política dos catadores que não vai além das ambiguidades e alimenta as controvérsias relativas à valorização do trabalho de catação. O capítulo 3 mostra o trabalho das triadoras de materiais recicláveis, por meio da análise de alguns conflitos vivenciados, sobretudo, pelas triadoras novatas, que nos permitem compreender os valores e saberes envolvidos na atividade de triagem. O capítulo 4 desenvolve uma análise sobre o conceito de “trabalho sujo”, no qual nos apoiamos para construir nosso argumento analítico. O capítulo 5 discute as estratégias e competências desenvolvidas pelas trabalhadoras para lidar com os riscos e constrangimentos da atividade, especialmente no que se refere à inteligência do corpo e à produção de um saber-

---

<sup>2</sup> Entendemos a importância de evidenciar a diversidade de gêneros presentes no contexto da catação. No entanto, tendo em vista facilitar a fluência do texto, utilizaremos, a partir de agora, o termo “os catadores” para nos referirmos a homens e mulheres que atuam na catação de materiais recicláveis, que envolve etapas de catar, transportar, triar, prensar, enfardar e/ou vender esses materiais. Mais adiante, conforme explicaremos, o termo “triadora” será utilizado no feminino, uma vez que, nas nossas pesquisas, identificamos a etapa de triagem é quase que exclusivamente realizada por mulheres.

fazer, que incidem na construção de um catador experiente. A partir desses aspectos, abordaremos, no capítulo 6, a questão da natureza do trabalho do catador como profissão ou ofício em desenvolvimento. Em conclusão, retomaremos a controvérsia inicial, esboçando alguns elementos que propõem uma articulação entre a atividade cotidiana e o movimento social. Essa articulação torna o trabalho dos catadores mais amplo do que uma simples profissão que ocupa um lugar a mais na divisão social do trabalho. Enquanto grupo, os catadores têm um potencial de transformação social precisamente por se situarem nas contradições estruturais mais agudas que definem o capitalismo. E não apenas negativamente, mas decorrente das soluções que criaram na tentativa de articular engajamento no trabalho, reconhecimento das diferenças, solidariedade, autogestão, trabalho e vida fora do trabalho.

Ao lutarem por sua inclusão na sociedade que os exclui, os catadores não apenas denunciam uma das maiores violências sociais - a de obrigarem pessoas a viverem do lixo e no lixo – como também constroem uma alternativa de vida e de trabalho que articula, como poucos grupos sociais a esfera da produção e da reprodução.

## **CAPÍTULO 1**

### **PERCURSO METODOLÓGICO**

A relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, assim como a crítica ao modelo positivista de ciência já são bastante discutidas nas pesquisas científicas, sobretudo em ciências sociais (Santos, 2010, Streck, 2006, Bourdieu, 1997; Thiollent, 1985;). Vários desses estudos destacam a importância da problematização acerca do processo de observação, a fim de evitar a imposição da subjetividade do pesquisador sobre os sujeitos pesquisados e a produção de ideologias que tendem a reforçar processos hegemônicos. A relação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa e a experiência, a posição, os valores e o interesse do pesquisador no que diz respeito à pesquisa e ao seu sujeito devem ser objeto de reflexão permanente. Para Schwartz (2016)<sup>3</sup>, o agir científico, como todo agir humano, leva a debates: Preferir tal objeto de pesquisa, tal método, tal protocolo significa inserir-se, de uma maneira não neutra, no meio da pesquisa, o que denota que, em todas as diferentes práticas sociais que elegemos como questões de pesquisa, mobilizamos valores.

Assim, o rigor científico significa saber movimentar-se entre os diversos saberes implicados na pesquisa (Streck, 2006). Esse movimento é construído a partir do envolvimento do pesquisador na complexidade e inclui o risco de nela se perder. Contudo, afastando-se completamente, ele não conseguirá dominá-la (Amado, 2002). Nesse sentido, vemos que a implicação do pesquisador junto ao seu objeto de pesquisa pode ser fonte de conhecimento,

---

<sup>3</sup> Conferência proferida na Universidade Federal de Minas Gerais em Novembro de 2016, a convite do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares - IEAT.

ocupando um lugar importante tanto no seio dos processos criativos, quanto nos de desconhecimento, contribuindo para a alienação individual, social e política (Amado, 2002).

Essas questões foram abordadas por Freud ao desenvolver o conceito de *transferência* e *contratransferência*. Trata-se de um dos temas mais problemáticos da teoria psicanalítica uma vez que diz respeito aos afetos do analista no cotidiano de sua clínica e o remete à sua análise pessoal, à supervisão e à escrita clínica (Zambelli, 2013; Dias, 2007).

Freud mostra que existem elementos transferenciais em todas as relações humanas. Logo, se a subjetividade é inerente a qualquer observação, ela pode ser um motor da pesquisa ou “via principal para uma objetividade autêntica”. (Devereux, 1980, *apud* Amado, 2002). E, além disso, podemos também afirmar que a negligência em relação às perturbações ligadas à subjetividade do pesquisador é que são fontes recorrentes de erros e equívocos nos processos metodológicos (Amado, 2002). Segundo Devereux (1980, *apud* Amado, 2002) “*a objetividade resulta do domínio criador de reações irracionais, conscientemente reconhecidas, sem perda de afeto*”.

O pesquisador nunca participa do seu campo de estudo como um elemento estável. Ao envolver-se nele, analisa a si mesmo, amplia a autoconsciência das suas limitações e possibilidades e, dessa forma, se transforma. A escrita dos resultados é, portanto, *um exercício de autoescrever-se* (Streck, 2006). Assim, não é possível conceber o método como um conjunto de passos estruturados cartesianamente. É preciso que ele seja construído ao longo da pesquisa frente aos diversos fatores que se reconfiguram nesse processo. Afinal, como afirmam Freire e Horton (2003), *o caminho se faz caminhando*.



Como Tarozzi (2011), entendemos que o conhecimento deve ser uma construção recíproca entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Por isso, a dimensão do significado, assim como os dados da pesquisa, deve estar no centro da investigação<sup>4</sup>.

Nossa proposta é construir as categorias analíticas da pesquisa com a compreensão da realidade proporcionada pela inserção em campo e não partindo exclusivamente da literatura, embora esta deva estar entremeada em todo o processo.

### **1.1 Caminhos percorridos até a pesquisa**

A minha experiência de trabalho com os catadores de materiais recicláveis começou quando eu era ainda graduanda do curso de psicologia, em 2003. Participei de um projeto de extensão que visava mobilizar esses trabalhadores nas ruas e no lixão de São João Del Rei para constituição de uma associação de catadores. Em 2004, depois de graduada, trabalhei em organizações não governamentais (INSEA e Pastoral de Rua), atuando em programas de implantação de coleta seletiva e organização social de catadores em vários municípios de Minas Gerais (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Três Pontas, Ouro Preto e Matozinhos) e também em Porto Velho (RO). Como técnica de apoio, assessorei a criação de empreendimentos produtivos, de redes de comercialização de recicláveis e a articulação do

---

<sup>4</sup> A Grounded Theory – tal como apresenta Tarozzi (2011) – não parte de hipóteses a serem testadas, oriundas de análise de literatura ou de trabalho empíricos antecedentes. Tampouco tem sua origem em objetivos específicos e focalizados. Ela se constrói do desejo ou da necessidade de explorar uma área de investigação, assumida em toda sua globalidade e complexidade, sem reduzi-la imediatamente a poucas variáveis controláveis ou a uma pergunta de pesquisa excessivamente pontual (p.64). A “pergunta gerativa da pesquisa” é sempre aberta: “O que está acontecendo aqui?”. Se formulada de forma muito precisa, ou previamente, corre-se o risco de forçar excessivamente os dados.

Movimento Nacional e Latino-Americano dos Catadores de Materiais Recicláveis. Participei também de encontros de intercâmbio com organizações da América Latina, África do Sul, Índia e do Egito. Na região metropolitana de Belo Horizonte, coordenei um projeto que visava à articulação de nove associações para a criação de uma rede de comercialização e a implantação de uma fábrica de reciclagem de plástico. Essa experiência, ainda em andamento, possibilitou inúmeras reflexões sobre os desafios e a efetividade da economia não mercantil no interior do mercado capitalista, em particular no caso dos catadores, que saem da condição de morador de rua para uma organização coletiva.

Durante essas atividades, coordenei projetos envolvendo diagnóstico da realidade social e produtiva das associações, pesquisas sociodemográficas para caracterizar a população dos catadores e criar indicadores de avaliação dos resultados dos projetos financiados por instituições brasileiras (Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e internacionais (Misereor, Fundação Interamericana, Manos Unidas, France Libertés). Participei da organização de eventos importantes para articulação política desses trabalhadores, como o Festival Lixo e Cidadania e o Congresso Latino-Americano de Catadores, e também do Fórum Estadual Lixo e Cidadania (FELC), instância estadual que congrega instituições técnicas, Estado e ONGs.

Tendo como base essas experiências profissionais, desenvolvi uma pesquisa de mestrado em Ergonomia e Organização do Trabalho, intitulada *“Processos de trabalho e produção de vínculos sociais: eficiência e solidariedade na triagem de materiais recicláveis”*. Busquei compreender a relação entre eficiência técnica e vínculos sociais desenvolvidos nas associações de catadores, em seus diferentes arranjos produtivos.

Em outubro de 2012, já doutoranda em psicologia, atuei num projeto de intervenção que tinha o objetivo de construir e sistematizar uma experiência de contratação remunerada de

cooperativa de catadores pela prefeitura, tal como propõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa política, sancionada em 2010, estabeleceu um conjunto de normas para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, dentre elas, a possibilidade de contratação das cooperativas e associações de catadores para realização dos serviços municipais de coleta seletiva.

O trabalho foi desenvolvido em cinco municípios brasileiros – Itaúna (MG), Pará de Minas (MG), Poá (SP), Guarulhos (SP) e Ourinhos (SP)– onde busquei construir um campo de análise, através de observações do trabalho e entrevistas não estruturadas com os catadores<sup>5</sup>. Em função da proximidade dos municípios de Itaúna e Para de Minas e também pelos dados que eu já havia construído durante a pesquisa de mestrado, as observações foram mais frequentemente realizadas na Cooperativa de Reciclagem e Trabalho de Itaúna (COOPERT) e na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pará de Minas (ASCAMP).

Durante a pesquisa de campo, mudando a posição social que havia assumido até então – de assessora das associações de catadores à pesquisadora –, assumi uma atitude mais reflexiva, necessária para explicar o que, até então, se manifestava como evidente: a minha relação com os catadores, a relação dos catadores entre eles e com seu trabalho. Essa tomada de consciência que, pouco a pouco, foi emergindo, fez com que a minha presença como observadora se tornasse um recurso metodológico essencial para compreender o sentido que os catadores dão ao seu trabalho. Essa posição de observador reflexivo não foi planejada.

---

<sup>5</sup> Alguns resultados desse trabalho foram sistematizados numa publicação feita pelo INSEA e o Movimento Nacional dos catadores, intitulada: *Prestação de Serviços de Coleta Seletiva por Empreendimentos de Catadores: Instrumentos Metodológicos para Contratação*. Disponível em [http://www.insea.org.br/publicacoes/insea-prestacao\\_servicos\\_coleta\\_seletiva-instrumento-metodologico-para-contratacao.pdf](http://www.insea.org.br/publicacoes/insea-prestacao_servicos_coleta_seletiva-instrumento-metodologico-para-contratacao.pdf)

Resultou de acasos e iniciativas decorrentes da necessidade que a pesquisa em profundidade impôs<sup>6</sup> e que, pelos efeitos produzidos, suscitaram, a *posteriori*, questionamentos favorecidos pela minha condição. Dessa forma, este capítulo de metodologia ganhou espaço especial devido às dificuldades colocadas pelo próprio tema da pesquisa. Não espero trazer uma contribuição original no campo da metodologia, mas o trânsito feito entre diferentes abordagens e técnicas - observação participante, observação etnográfica, análise ergonômica do trabalho, relatos de história de vida, observação e entrevista, *grounded theory* - por experiência própria ou por meio de leituras, com graus diferentes de competência, talvez me permita uma avaliação crítica para esclarecer questões metodológicas de fundo sobre a relação observador e nativo e sobre técnicas de observação.

A confrontação e combinação de diferentes perspectivas e instrumentos metodológicos em torno do acesso ao sentido ou ao ponto de vista do nativo, conforme o campo disciplinar em que se coloca a questão da relação observador/observado, permitem uma contribuição cruzada, cada área trazendo elementos que esclarecem os limites de outra e se esclarecendo em retorno. Dada a natureza vivida e pessoal desses (des)caminhos metodológicos, optei pelo relato em primeira pessoa.

## **1.2. Observando e sendo observada: Refletindo sobre o lugar da pesquisa e o da pesquisadora**

Ao chegar ao galpão, eu costumava passar – ou “passear”, como verbalizou uma triadora – pelos diversos setores, cumprimentando e conversando com os trabalhadores. Quando chegava em horário de intervalos, eu os encontrava conversando no pátio.

---

<sup>6</sup> Pela primeira vez depois de 10 anos acompanhando os catadores, dispus-me a fazer junto com eles a triagem, ocupando um posto na esteira.

Normalmente eu me sentava junto deles para conversar e depois acompanhava-os até o local de trabalho. Nos intervalos de lanche e almoço, formavam-se pequenos grupos. *“É hora de colocar a fofoca em dia”*, me explicou uma triadora da COOPERT, pedindo licença e levando a marmita para almoçar com uma colega debaixo da árvore. Chamava-me a atenção o fato de que as novatas, muitas das vezes, ficavam sozinhas.

Durante as visitas, não apenas eu observava como também me sentia observada, com curiosidade. *“Por que você vem aqui?”* – me pergunta um triadora depois de me olhar longamente, como quem procura o momento certo para perguntar. Tenho a impressão de que eu já estava sendo alvo da curiosidade deles. Muitos deles parecem esperar minha resposta. *“Ela é do INSEA”*... responde uma triadora – *“O INSEA é de Belo Horizonte. Eles ajuda nós a lutar pelos direito do catador...”* – *“Ser do INSEA”*, parece estar associado a um “suposto poder”, como é revelado, ou desvelado, na fala de uma triadora, no dia em que a bolsa-reciclagem – recurso pago pelo governo estadual em função dos serviços ambientais prestados pelas cooperativas de catadores - atrasou mais de três meses e os catadores queriam que o INSEA “fizesse alguma coisa” para que pudessem recebê-la. *“Eu achava que vocês, do INSEA, do Movimento, tinha mais poder para ajudar nós...”* (triadora da COOPERT)

Muitas vezes, quando eu chegava à esteira, uma pergunta me era feita: *“E aí, Fabiana? O que você trouxe pra nós? Tem alguma novidade? Como está as coisas lá, nas outras associações?”* ou ainda *“E o que vocês veio fazer aqui hoje?”* *“Tem reunião com a prefeitura?”* Antes de “tornar-me pesquisadora”, meu trabalho junto às associações era participar de reuniões com os catadores e a prefeitura, articular ações para fortalecimento do movimento. Tenho a impressão de que o meu “lugar”, como “a menina do INSEA”, era o de alguém que fazia a intermediação, ou conexão, entre os catadores e os níveis que lhes ficavam acima. Seria eu uma espécie de porta-voz? (Geertz, 2013) Uma triadora certa vez expressou: *“A gente precisa docês pra poder chegar nos grandes”*. Seria esse o meu papel? Era difícil

explicar a minha presença ali, pois eu mesma não tinha clareza do que lhes poderia oferecer. Eu lhes explicava que estava ali porque queria compreender o trabalho deles e, junto com eles, pensar em formas de melhorar esse trabalho. Mas isso era por demais abstrato! Vez ou outra percebia um olhar curioso, talvez de desconfiança, especialmente quando percebi que eu anotava alguma coisa dita por eles ou quando pedia autorização para gravar. Parecia-lhes que “eles não tinham nada de importante para dizer” e por isso me perguntavam o porquê de minhas anotações. Por vezes eu respondia que precisava registrar o que eles estavam me dizendo para não correr o risco de esquecer, mas a minha resposta era ainda vaga. Ao tentar explicar a uma catadora o que era “o negócio que eu estava trabalhando” – o doutorado, eu disse que estava fazendo uma pesquisa sobre o trabalho deles e que, ao final, eu deveria escrever uma tese – “que é como um livro”, eu expliquei. Com um olhar terno, mas distante, de quem “não tem nada a ver com isso”, ela me respondeu: “Deus vai te ajudar que você vai ser uma grande escritora”.

Durante algum tempo, convivi com uma sensação incômoda de que a demanda da pesquisa era apenas minha, como de fato era. Era portanto necessário que eu a articulasse com a demanda dos catadores.

A percepção da distância entre o mundo acadêmico e aquela realidade aumentou quando me deparei com a cópia da minha dissertação de mestrado, que eu havia entregado à COOPERT há dois anos. Ela havia sido transformada num bloco de rascunho e anotações de pedidos de marmitas.

*“Você é psicóloga!?”* – Essa pergunta “exclamativa” foi feita com mais frequência, depois que eu consegui uma vaga de internação para um ex-cooperado da COOPERT numa clínica de dependentes químicos, em Belo Horizonte. Uma amiga que era coordenadora da clínica me ajudou a viabilizar a vaga. Com 32 anos, dependente químico, embora não fosse

mais cooperado, ele estava sempre na COOPERT. Costumava catar algum material que encontrava na rua ou no depósito de entulho, que havia ali por perto e o vendia para conseguir dinheiro a fim de comprar droga. Era um pai de dois filhos que moravam com sua ex-mulher, que o abandonara. Já tinha sido internado duas vezes e preso várias vezes. Segundo ele, era “marcado pela polícia”.

“Eu não posso ir no centro não... se eles [a polícia] me vê... eles me pega e me dá porrada sem eu ter feito nada... Outro dia, o fulano tava roubando aí... os homens achou que era eu... me pegaram na rua.. me deram uma surra... olha aqui [mostra marcas nas costas]... (...) Eu falei com o sicrano que é o cara lá da boca... ele pôs o revólver na minha mão e falou: pode pegar o cara que tá roubando porque ele tá arrumando muita confusão aqui na minha área”...

Chamou a minha atenção a “lucidez” com que o rapaz falava da sua dependência. Mas, na sua narrativa, ganhava realce a violência presente nesse contexto marginal, e, além disso, a aparente naturalidade como tudo aquilo era relatado. O rapaz era conhecido pelos catadores e já tinha tido “duas chances” na cooperativa, mas “não deu conta” de permanecer cooperado.

“O pessoal já me deu chance aqui... Eu trabalhei aqui já duas vezes já... mas aí a droga... ela não deixa a gente trabalhar... eu faltava muito ai eles me tiraram ... eu até tinha vontade de voltar, mas ainda não dou conta não...eu preciso fazer esse tratamento primeiro”

A cooperativa parecia acolhê-lo. Embora sua história fosse conhecida por todos, e alguns recusassem lhe prestar qualquer apoio por julgá-lo “vagabundo”, ele convivia naquele ambiente. Conversava com um e outro, brincava, tomava água, às vezes ajudava a abrir um saco, varrer o chão, descarregar o caminhão.

Quando surgiu a vaga para a sua internação, uma cooperada me levou até a casa do rapaz, que morava próximo à cooperativa, e ele veio para Belo Horizonte comigo. Na cooperativa, muitos catadores pareciam positivamente surpresos com o fato de termos conseguido a vaga. Eles sabem que viabilizar uma vaga de internação é um processo difícil e demorado. Na semana seguinte, quando voltei à cooperativa, muitos cooperados se aproximaram de mim para contar histórias de dependência química, pessoal ou familiar – “*Você tem consultório?*” – “*Você trabalha como psicóloga?*” – “*Você acha que nós é muito doida?*” “*Eu preciso conversar com você sobre o meu filho...ele está impossível!*”. Muitos me procuravam no sentido de conseguir ajuda para parentes e conhecidos dependentes químicos. Alguns chegaram a me pedir uma conversar particular sobre suas dificuldades no relacionamento com companheiros e filhos. Diante do estranhamento de muitos deles – em relação ao fato de eu ser psicóloga e não atender num consultório, como fazia semanalmente uma assistente social da prefeitura–, eu insistia em que o meu trabalho ali era tentar compreender o trabalho deles e pensar, junto com eles, no que poderia ser feito para melhorar.

Na cooperativa, eu costumava passar a maior parte do tempo ao lado da esteira, junto às triadoras, observando e conversando. Algumas diziam que gostavam de conversar porque o tempo passava mais rápido, mas eu percebia que, às vezes, outras delas ficavam constrangidas com a minha presença. Elas falavam “*da vida dos outros*” e, muitas vezes, sobre questões e conflitos relacionados à cooperativa. Contavam histórias pessoais e gostavam de falar sobre intimidades relativas ao sexo em tom de brincadeira e “zoação” com as demais colegas.

Da mesma maneira que elas, eu me questionava acerca do meu papel naquele contexto. Eu não queria que o meu trabalho redundasse apenas em mais uma tese acadêmica que tratava os trabalhadores como meros informantes, como tantas que eu mesma já havia criticado. Os próprios catadores, já há algum tempo, se queixavam do excesso de pesquisas, estudos, entrevistas, questionários que lhes tomam tempo e não trazem nenhum retorno.



Numa discussão, durante uma das reuniões do Observatório da Reciclagem Solidária (ORIS)<sup>7</sup>, um catador de Belo Horizonte chegou a propor, ironicamente, que faria uma troca com os pesquisadores: para cada *bag*<sup>8</sup> triado, ele responderia a uma pergunta.

Aos poucos, os catadores foram dando sinais de que a minha presença naquele contexto levantava questões. Eu busquei me orientar por esses sinais.

“Eu acho muito importante estas rodas de conversa que você está fazendo aqui, porque muita gente não tem consciência do perigo”. (triadora falando sobre o risco de reaproveitar alimentos encontrados na esteira)

“A Fabiana é desse jeito! Começa com essa conversinha mole dela aí... vai perguntando... perguntando e, quando você, vê ela vai te revirando tudo!” (coordenadora da cooperativa apresentando a pesquisadora a uma triadora novata)

“É difícil conversar com você porque você faz umas perguntas difícil... eu nunca parei pra pensar nisso...” (catador, quando questionado sobre suas críticas aos cooperados novatos que, segundo ele, “não vestiam a camisa da cooperativa”)

Aos poucos, fui me dando conta de que o meu estranhamento, e, a partir dele, as questões que eu apresentava aos trabalhadores, provocavam reflexões. Embora, na minha

---

<sup>7</sup> O Observatório da Reciclagem Solidária (ORIS) é integrado por representantes dos catadores e das redes de associações, técnicos e ONGs, pesquisadores e instituições universitárias, que assessoram o MNCR, constituindo uma rede que se construiu em torno da coleta seletiva e reciclagem solidária, como alternativa sociotécnica ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

<sup>8</sup> *Bag* é um tipo de saco gigante, de aproximadamente 1m de diâmetro e 1,5m de altura, onde os materiais são armazenados.

pesquisa, eu não partisse de uma questão clara, acredito que estávamos, dessa forma, elaborando uma demanda.

Amado (2002) lembra que, quando as inevitáveis perturbações ligadas à subjetividade são consideradas como dados fundamentais e característicos das ciências do comportamento, elas têm mais chances do que quaisquer outros dados de produzir *insights*, ou seja, tomadas de consciência do pesquisador.

Trabalhando há mais de 10 anos com os catadores em contexto de lixão, rua e galpões, as questões relacionadas à higiene, saúde e segurança, por exemplo, sempre estiveram presentes no cotidiano do meu trabalho, mas, naquele momento, elas passavam a me afetar de maneira mais forte. É possível que minha condição naquele momento – fiquei grávida no decorrer da pesquisa – tenha contribuído para o surgimento desses questionamentos. Como afirma Laplantine (1994), a perturbação que o pesquisador impõe, com a sua presença, àquilo que ele observa e que o incomoda, longe de ser um obstáculo a ser neutralizado, é uma fonte importante de conhecimento. Dessa forma, incluir-se não apenas socialmente, mas subjetivamente, faz parte do objeto científico que buscamos construir. A análise não apenas das reações dos outros pela presença do pesquisador, mas também de suas reações às reações dos outros, é um instrumento capaz de fornecer vantagens científicas consideráveis, desde que saibamos aproveitar dele. O “objeto” estudado nunca é totalmente exterior ao sujeito que o observa e ambos não saem incólumes dessa observação (Amado, 2002).

Meus colegas “de fora” do ambiente de trabalho, estranhavam o fato de eu conseguir conviver com a sujeira, com o mau cheiro nele presentes e, muitas vezes, com situações constrangedoras como “esbarrar” em ratos e baratas, receber, ou recusar, presentes encontrados no lixo – colares, brincos, água em copos reutilizados, chocolate. Para mim, essas eram condições de acesso às pessoas que viviam naqueles ambientes, onde minha

intervenção se desenvolvia no sentido de qualificá-los. A medida que os vínculos iam sendo construídos, a relação com as pessoas, os objetos e o espaço se modificava. O desconforto se tornava periférico em relação aos objetivos do trabalho como a abordagem dos trabalhadores, as negociações com o governo, a estruturação física e psicossocial dos empreendimentos.

Quando ainda aluna de graduação em São João Del-Rei, fui pela primeira vez a um lixão. Fiquei aterrorizada. Era um dia chuvoso e havia dezenas de pessoas misturadas ao lixo e à lama. Alguns se jogavam em cima do caminhão para garantir o “filé”, que era o papelão. Outros se posicionavam nas laterais para receber o material que o caminhão despejaria sobre eles, levantando poeira. Fiquei bastante impressionada e não consegui ficar lá por muito tempo. Saindo do lixão, meu desejo era jogar fora minhas roupas e os sapatos. Com o tempo, o desconforto foi cedendo lugar ao interesse pelas histórias e formas de vida das pessoas que ali trabalhavam. Fui desenvolvendo maneiras de me “proteger da contaminação” destes locais: comprei botinas de cano alto, reservei roupas para o trabalho. Mas, ainda assim, pergunto a mim mesma o que mudou na minha relação com o sujo e com os espaços onde trabalham os catadores. A minha reação diante da presença de ratos e baratas, por exemplo, é bastante diferente se eu os vejo nas cooperativas e nos lixões, onde eu acredito lidar com eles com certa naturalidade, ou se os vejo no meu espaço doméstico, onde cresce o pavor que eu tenho deles. Tenho a impressão de que um sentimento relacionado à possibilidade ou não de controlar a situação me atravessa e determina minha reação. *“Nas cooperativas é esperado encontrar estes tipos de animais. Já na minha casa, não.”* – penso eu.

Durante a pesquisa, depois de seis meses observando os cooperados, eu tinha a impressão de que não conseguia ir além do que eu já havia enxergado. Comecei a indagar se eu conseguiria compreender melhor o trabalho, ou levantar outras questões se eu o fizesse junto com as triadoras.

Habitada por este incômodo, cheguei um dia à COOPERT onde que “*a esteira estava desfalcada*”. Três triadoras haviam faltado. Perguntei se eu poderia experimentar triar com elas. Além disso, perguntei se havia um par de luvas que eu poderia usar e se havia um lugar na esteira que me possibilitaria triar sem atrapalhá-las. A primeira resposta foi de espanto: “*Você está doida?*”, perguntou uma triadora. Insisti que gostaria de aprender como funcionava o trabalho.

- “Você está falando sério? Você quer mesmo?” - triadora 1

- “Você trouxe outra roupa?” – triadora 2

- “Seu cabelo e sua pele vai ficar super-ressecado!” - triadora 3

- “Daqui você vai direto para a sua casa? ... Porque você vai ficar fedendo...

Você está de carro? Você mora em casa ou apartamento? Sua garagem é daquelas que você aperta um botão e já abre o portão pra você passar com o carro?”- Triadora 2

Uma triadora me jogou dois pares de luvas – uma de látex e outra de tecido – e sugeriu que eu ficasse separando o plástico. O movimento da esteira foi interrompido para que eu pudesse chegar até o posto onde eu deveria ficar ao lado da controladora da esteira, próximo à *boca*, onde saem os materiais. Disseram-me que eu separasse os plásticos coloridos e leitosos dos transparentes. Assim que vesti as luvas e a esteira começou a movimentar, fiquei um pouco apavorada porque era difícil reconhecer os materiais e, ao mesmo tempo, coordenar os movimentos de pegá-los e colocá-los nos locais adequados. Tentei usar as duas mãos para pegar materiais diferentes, como eu as via fazer, mas isso tornava a tarefa mais difícil. Além de separar os plásticos, eu tinha que abrir os sacos que as triadoras anteriores não conseguiram abrir. As orientações ainda me foram sendo dadas durante o trabalho, pelas triadoras que estavam do meu lado. Elas me corrigiam à medida que eu ia colocando os

materiais nos funis. Na verdade, os critérios para separação não eram tão simples como pareciam. Nem todos os plásticos transparentes podiam ser postos no mesmo funil. Os “barulhentos”, por exemplo, eram de menor qualidade, deveriam ser colocados junto aos coloridos, mas isso dependia do grau e do tipo de sujeira neles envolvidos. Se estivessem “muito molhados” ou “muito sujos” não poderiam ser aproveitados, mas, “se dessem pra secar”, poderiam. As regras de separação dos plásticos coloridos e das sacolinhas de supermercado também apresentavam exceções. Nem todas elas podiam ser explicitadas. Portanto, além de coordenar os movimentos junto com a esteira, eu perguntava o tempo todo às triadoras mais experientes: *“Este pode colocar aqui?” “Este está certo?”*

Triei durante quase 40 minutos que me pareceram horas. Com a atenção focada na triagem, não conseguia conversar, como faziam as triadoras experientes. O movimento da esteira, às vezes, me deixava tonta. Algumas triadoras já haviam falado dessa sensação de enjoo, causada pelo movimento da esteira. Quando apareciam muitos plásticos e eu percebia que não conseguiria pegar todos, empurrava-os na direção contrária ao movimento da esteira para tentar ganhar tempo— quando eu as observava, eu as via fazendo isso. Eu fazia por imitação esse movimento, mas uma triadora, que estava à minha frente, pediu que eu não fizesse isso porque provocava buracos na esteira e atrapalhava o trabalho das outras. Disse ainda que eu precisava “mexer mais o corpo”:

- “Você está muito dura! Tem que mexer mais o corpo! Assim você não consegue pegar nada!”

- *“Mas mexer como?”* - perguntei fazendo um movimento com o quadril e os ombros.

— “Mexer uai... assim não... Você tem que dobrar o corpo, senão não consegue pegar nada!”

Mais tarde, no intervalo, uma triadora comentou que eu não queria dobrar o corpo pra não sujar a roupa, mas que as mulheres que trabalham lá “de verdade”, têm que dobrar o corpo, encostar a barriga na esteira. “*Não pode ter medo do lixo ou medo de se sujar*” – explica ela. Algumas triadoras, sobretudo as mais baixas que precisam debruçar-se sobre a esteira para alcançar os materiais, mostraram marcas da esteira na barriga. Já as mais altas sentem dores nas costas porque têm que ficar abaixando.

Apesar das dificuldades, eu tinha a impressão de que estava conseguindo pegar boa parte dos plásticos que passavam na esteira, mas, às vezes, eu ouvia um grito vindo da “rabeira”: “*Ta deixando passar aí, Fabiana!*” – E grande foi a minha surpresa quando chegou a hora do intervalo e o movimento da esteira foi interrompido para que os contêineres fossem organizados. Era enorme a quantidade de plástico que eu tinha deixado passar e que as triadoras pegaram.

O “shuteiro”, trabalhador que fica dentro do “funil”, empurrando os materiais para a esteira, quando me viu triando, perguntou: “*Vai comer lambança também?*” Explicaram-me que as lambanças são objetos que eles encontram na esteira e aproveitam. Elas são penduradas no suporte do teto ou guardadas na bolsa, que cada triadora mantém reservada para este fim.

Depois que participei da triagem, durante o intervalo, tive a impressão de que as triadoras se aproximaram mais de mim, ou permitiram que eu me aproximasse delas. É possível que o fato de eu ter participado da triagem as tenha estimulado a falar sobre a atividade delas e/ou me sensibilizado a ouvi-las.

Como comenta Goldman (2005) sobre o trabalho de Favret-Saada<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> Antropóloga francesa que realizou um estudo sobre feitiçaria: Favret-Saada, J. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1977.

“Foi apenas quando alguém diagnosticou que a etnógrafa fora “pega” pela feitiçaria que passou a fazer algum sentido falar com ela sobre o assunto.”  
(Goldman, 2005)

“Ser afetado” diz respeito a uma dimensão central do trabalho de campo. Trata-se da experiência de habitar um outro lugar, de ser tomado pelas suas intensidades específicas, as quais, em geral não são significáveis (Barbosa Neto, 2012). Não se trata, lembra o autor, de entrar em uma relação fusional com as pessoas com as quais estudamos, nem de imaginar, por uma condescendente empatia, como seria estar no lugar delas, mas de efetivamente estar nesse lugar, de habitá-lo, ou de ser habitado por ele.

Como sempre, sentei-me na pedra onde elas costumavam ficar durante o intervalo, mas, naquele dia e nos que se seguiram, pareceu-me que havia mais pessoas sentadas ali. Considerei a hipótese de que, antes, a minha presença pudesse afastar algumas delas e que a minha participação na triagem tivesse estreitado o vínculo entre nós.

Uma triadora perguntou-me o que eu achei de triar, e eu respondi que era mais difícil do que parecia. Elas riram, e uma delas fez questão de apontar a diferença da minha condição em relação à delas:

“É difícil...boba... aqui você tá triando na brincadeira, mas, quando a gente começa de verdade, é difícil! Até pegar o jeito... não é fácil não!” (triadora)

Perguntei se eu havia passado no teste. Elas riram, respondendo que não. “*Você é ruim demais!*” Observaram que, num determinado momento, eu havia começado a tossir. Eu mesma não havia percebido.

“Gente assim não dá não... A gente já vê no início... porque depois... elas não dá conta... vai adoecer... começa a pegar atestado... aí não dá”...(triadora)

“*Você estava com medo de rasgar os sacos*” observou uma triadora. Ela tinha razão. Eu não tinha me dado conta disso, mas temia que, dentro dos sacos houvesse algum objeto perfurocortante ou nojento<sup>10</sup>.

—“A gente não pode ter medo de rasgar os sacos! Tem que rasgar com vontade [ela faz o movimento com os braços como se estivesse rasgando]... Se você vai com muito jeitinho... muito devagarzinho... não dá...não funciona...” (triadora)

—“ Mas vocês não têm medo de encontrar algum vidro... seringa... ali dentro?” (pesquisadora)

—“ uai... a gente sabe quando tem... Só de pegar o saco... às vezes... você sabe... mas tem que tomar cuidado... né?” (triadora)

A minha participação na triagem trouxe novos elementos de análise e acredito que tenha permitido uma melhor orientação das entrevistas, tendo em vista a compreensão do trabalho das triadoras. Além disso, foi interessante perceber como, de certa forma, eu me tornei uma espécie de instrumento, por meio do qual as triadoras puderam falar sobre seu trabalho.

Além das intervenções realizadas na cooperativa, participei de reuniões dos catadores junto à prefeitura, que me permitiram também observar conflitos existentes entre o poder público e os catadores. Os capítulos que se seguem decorrem dessas análises.

---

<sup>10</sup> Pode parecer estranha a minha preocupação em encontrar algum objeto nojento uma vez que tudo ali poderia parecer nojento, mas o meu incômodo maior era com a surpresa, ou com o fato de não poder prever, ou controlar, o que poderia encontrar.



## **CAPÍTULO 2**

### **DAS RUAS E LIXÕES A ATORES DA GESTÃO DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

No início dos anos 1990, os catadores eram uma das imagens mais significativas da miséria brasileira e de nossos graves problemas sociais. Nesta década, são reconhecidos como atores na gestão de resíduos sólidos urbanos. Em menos de 20 anos, passaram da situação de se constituírem em uma grave questão social, objeto de políticas públicas de assistência, a atores que constroem uma alternativa para dois importantes problemas sociais: a exclusão e o lixo. Como essa transformação foi possível?

No Brasil, o número de catadores que atuam nas ruas e nos lixões de todo o país varia de 400 mil (IPEA, 2013) a 800 mil (MNCR, 2014). Apesar das divergências entre os censos oficiais e as estimativas do Movimento Nacional dos Catadores, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) admite que o número real seja bem maior que o divulgado no censo oficial, uma vez que este se baseia em declarações dos entrevistados em domicílio, ou seja, não são consideradas as pessoas que moram nos lixões e nas ruas – realidade ainda de grande parte dos catadores. Além disso, existe a dificuldade de nomeação da profissão em função ou não reconhecimento ou desvalorização do trabalho, e muitos ainda concebem a catação como atividade complementar, realizada como “bico” e não como atividade de trabalho principal. A pesquisa do IPEA (2013) revela que, do total de catadores identificados, pelo menos 30% deles são mulheres – há também suspeita de que esse percentual seja bem maior – e cerca de 700 mil crianças são sustentadas pela renda da coleta de resíduos. Conforme a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, as cooperativas ou associações de

catadores formalizadas somam pouco mais de 1.175, e reúnem, ao todo, 30.390 trabalhadores (IBGE, 2010)

O reconhecimento social conquistado pelos catadores de materiais recicláveis, que se depreende da relativamente curta trajetória histórica desses trabalhadores, passa por transformações relacionadas à função social do seu trabalho e de suas formas de organização coletiva. As primeiras associações e cooperativas de catadores surgiram no Brasil, no final da década de 80, por iniciativa de grupos religiosos que desenvolviam um trabalho sociopedagógico com a população de rua. A associação de catadores de material de Porto Alegre foi fundada em 1986, a COOPAMARE, em São Paulo, no ano de 1989 e a ASMARE, em Belo Horizonte, em 1990 (Dias, 2009).

Em Belo Horizonte, há registros da existência de catadores desde o final da década de 30. Em 1975, quando foi criado o aterro sanitário municipal, cerca de 300 pessoas trabalhavam no depósito de lixo da cidade, localizado no bairro *Morro das Pedras*. Nas ruas, os catadores misturavam-se à população de rua. Cerca de 83%<sup>11</sup> deles tinham moradia, mas só iam para casa em finais de semana. Como não havia espaço para armazenar os materiais coletados durante a semana, eram obrigados a ficar na rua para vigiá-los. Assim, “dormiam amontoados em meio ao lixo recolhido” nas calçadas, sob marquises ou viadutos. A cachaça, muitas vezes recebida como “presente” dos depósitos, era usada para anestesiá-los as dificuldades e cumpria também uma função de socialização (Dias, 2002).

---

<sup>11</sup> Citado por Dias (2002), esse dado faz parte do relatório de pesquisa elaborada pela equipe de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Ação Comunitária em 1989. Tal pesquisa teria sido objeto de reivindicações da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, que, já naquela época, estava iniciando seu trabalho sociopedagógico com a população de rua de Belo Horizonte.

Os catadores se diferenciavam da população de rua em geral em função do trabalho. Eles tinham a catação como uma atividade regular, com uma territorialização específica<sup>12</sup> e uma rotina de trabalho bem-definida (DIAS, 2002). Esses aspectos se refletem numa organização diferenciada em relação à dos demais moradores de rua. Não é à toa que os catadores são referidos pelos técnicos sociais como “a elite da rua”.

De maneira geral, a perseguição e a violência de policiais e fiscais da prefeitura— por meio das chamadas “operações limpeza”, que consistiam em ações de retirada dos catadores do centro da cidade — assim como a exploração realizada pelos donos de depósitos faziam parte do cotidiano dos catadores e era também conhecida pelo poder público conforme relata Dias (2002), citando um ofício da Superintendência de Limpeza Urbana:

“...mendigo, via de regra que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósito de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa, à margem da lei”... (Ofício GAB 3679/558/79, arquivo CEMP/SLU *apud* Dias, 2002)

Os depósitos eram, em sua maioria, irregulares, com condições precárias de funcionamento, especialmente no que se refere à segurança e às condições sanitárias. Não existia qualquer regulamentação das relações de trabalho. Muitos deles não tinham carrinho de coleta, por isso o tomavam emprestado do depósito com a condição de venda exclusiva do material, sendo que os preços eram impostos pelo comprador, que chegava a reter os documentos dos trabalhadores como garantia do acordo.

---

<sup>12</sup> Ainda hoje, há mais de 50 anos, os catadores têm, entre eles, acordos tácitos que lhes conferem a exclusividade do recolhimento de materiais em determinados pontos ou regiões da cidade. Há algum tempo, alguns desses pontos chegavam a ser negociados com outros catadores por determinado valor fixo ou comissionado, de acordo com a venda do material.

Em 1987, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte iniciou um trabalho de “escuta ativa” dos catadores. Rompendo com as práticas tradicionais de assistência à população de rua, como a doação de comidas, os membros da Pastoral juntavam-se aos catadores com a intenção de “misturar-se à lida” deles (Dias, 2002). Na rua, eles realizavam encontros para “rezar o terço”, dançar forró, tomar chá e, nestes momentos, abordavam questões relativas ao direito, à ecologia, ao valor do trabalho. Isso possibilitava a construção de relações de confiança entre catadores e membros da Pastoral e entre os próprios catadores, que, ainda hoje, recordam o sentimento de desconfiança que eles próprios tinham em relação aos técnicos e agentes sociais das organizações não governamentais e da prefeitura.

“A gente era muito ignorante e muito sofrido também... pensava ‘esse povo aí é mais um querendo enganar a gente’... mas aí eles chamava nós pro forró, tinha comida... a gente ia... tinha as passeatas... a gente conseguiu o galpão... aí foi vendo que se a gente organizasse era melhor... a gente foi ficando menos ignorante...” (Valdeci - catador fundador da ASMARE)

Dadas suas fragilidades políticas, sua condição de anonimato ou clandestinidade, – seja por alguns terem passagens pela polícia, seja por experimentarem o estigma da atividade, o sentimento de vergonha, de descrédito e medo gerado pelas experiências de violência e humilhação, pelas dificuldades de compreensão do contexto sócio-econômico e político– a dispersão dos trabalhadores dificultou abordar estas pessoas e inibiu um processo de auto-organização.

As “operações limpezas” eram realizadas com frequência pela prefeitura de Belo Horizonte. Tratava-se de retirar e/ou queimar os materiais e pertences dos catadores, dos moradores de rua, levando-os para longe da região central. No dia 22 de agosto de 1988, as reações provocadas por uma “operação limpeza” marcaram a história da organização dos

catadores em Belo Horizonte e evidenciaram a importância dessa organização para o enfrentamento dos problemas que eles viviam.

“Os catadores que haviam ocupado a área da antiga CBTU (à Av. do Contorno, 10.555, atual sede da ASMARE) e que ali moravam e triavam o seu material (eram cerca de 50 a 60 barracos), foram expulsos numa violenta ação da Prefeitura e da Polícia: “a Prefeitura chegou no dia 22 de agosto com a PM e a Defesa Civil às quatro horas da manhã jogando os barracos para o chão com as coisas e todos nós dentro. A gente não teve nem tempo para tirar as coisas. Perdemos tudo que tínhamos: cobertores, documentos (...), também o papel, a sucata, (...) ferro que tínhamos para vender”. A Pastoral de Rua foi acionada e conseguiu reunir os catadores dispersos em diversos pontos da cidade, em função da ação da Prefeitura, mobilizando-os para a redação de uma carta aberta à população de Belo Horizonte que denunciasse a repressão a que vinham sendo submetidos os mesmos. Intensifica-se a partir daí o processo de mobilização dos catadores com a realização de inúmeras reuniões que culminaria com a fundação da ASMARE.” (Dias, 2002 – p.59)

O processo inicial da organização dos catadores se constituiu contra a figura da prefeitura – que perseguia os catadores– e dos “atravessadores”, compradores de materiais que exploravam o trabalho dos catadores. A ASMARE assumiu um papel reivindicador junto ao município e trouxe à cena uma nova imagem dos catadores. Não mais como pobres, mendigos e incapazes, mas como trabalhadores da limpeza pública. Ademais, reuniu a produção dos catadores, agregando valor aos materiais, estabelecendo-se como um novo agente econômico no mercado da reciclagem.

As reuniões e assembleias realizadas em praças públicas, as passeatas que tomavam as ruas das cidades, as manifestações e ocupações de espaços públicos, as cartas públicas que denunciavam a violência contra os catadores... tudo isso contribuiu para a construção de uma nova imagem desses trabalhadores perante a sociedade e em relação a eles próprios.

Em 1989, foi anunciada a possibilidade de implantação pela prefeitura de um projeto de coleta seletiva de lixo, dentro de uma política de terceirização da limpeza urbana. Frente à ameaça de que o setor privado assumisse a gestão desse serviço, excluindo o trabalho dos catadores, a Pastoral de Rua, junto com eles, realizou articulações, debates e manifestações com o objetivo de obter o apoio da sociedade civil e do poder legislativo na defesa da participação desses catadores nos projetos de coleta seletiva.

Em 1990, durante a votação da lei orgânica do município, depois de uma passeata até a câmara municipal de Belo Horizonte, organizada pela Pastoral de Rua, os catadores foram integrados à política municipal que determinou que “*a coleta seletiva em Belo Horizonte deve ser feita prioritariamente com cooperativas de trabalhadores*”. Mas, apenas em 1993, na gestão liderada pelo Prefeito Patrus Ananias, que, enquanto vereador, havia sido o relator dessa lei, estabeleceu-se a primeira parceria da ASMARE com a Prefeitura de Belo Horizonte para a implantação do projeto de coleta seletiva municipal. Essa parceria, oficializada por meio de um convênio entre a ASMARE, a Arquidiocese de Belo Horizonte e a Secretaria de Assistência Social, viabilizou recursos mensais para o pagamento do aluguel de galpões e caminhões, de energia, de água, dos funcionários, de uniformes e vales-transporte para os associados. Essa parceria investiu também em campanhas de comunicação com o objetivo de estimular a prática de coleta seletiva e de transformar a imagem preconceituosa em relação aos catadores. Promoveu, além disso, a ampliação da associação, por meio do aluguel de novos galpões com o intuito de agregar novos catadores. Esse aspecto é importante porque marca uma mudança significativa na natureza e no desenvolvimento do trabalho dos catadores

que passa a ser regulado pelo poder público. De inimigo, perseguidor dos catadores, o Estado se transforma em promotor das iniciativas e, nessa condição, ele normatiza o processo, definindo o lugar de cada um no sistema. A isso, Rancière (2006) chama de *Polícia*.

O contexto sociopolítico que propiciou a mudança na abordagem da questão do catador em Belo Horizonte se insere numa discussão sobre democratização da gestão pública, vivenciada no âmbito nacional, e numa preocupação mundial relacionada à sustentabilidade ambiental (Dias, 2002). Esse fato influenciou as relações do poder público com os catadores em Belo Horizonte e justificou, posteriormente, investimentos nacionais e internacionais para a criação de outras cooperativas de catadores no Brasil.

## **2.1 Catadores nos lixões**

Em 1992, quando da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a situação dos catadores, incluindo crianças em lixão, foi pauta do noticiário internacional. A UNICEF iniciou alguns projetos na região norte e nordeste do Brasil, tendo como público-alvo as crianças que viviam nos lixões. Em 1996, ao tomar conhecimento da experiência realizada junto aos catadores em Belo Horizonte, por meio de um concurso em que a Secretaria de Limpeza Urbana (SLU- BH) foi premiada, o representante da UNICEF no Brasil convidou a engenheira sanitária, que esteve à frente da SLU à época da criação da ASMARE, para desenvolver um trabalho que pudesse articular a questão ambiental e a infância. Esse órgão internacional iniciou um diálogo com vários outros órgãos e instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério Público (MP), no intuito de construir alternativas e esforços para lidar com problemas relativos à presença daqueles que vivem nos lixões. (Dias, 2009).

O trabalho infantil nos lixões era invisível até mesmo aos serviços de assistência sociais dos municípios. A OIT, que até aquele momento não incluía, na sua lista, o trabalho infantil em lixões, indicou a necessidade de priorizá-lo nos programas sociais (Dias, 2009).

Pouco a pouco, outras instituições foram se envolvendo com a questão – Caixa Econômica Federal, Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU), organizações representantes de catadores existentes à época – e, nesse processo, surgiu a ideia da criação de um Fórum permanente para discutir questões de engenharia, de trabalho e renda, de direitos humanos, de violência contra criança. Por isso, criou-se o Fórum Nacional Lixo & Cidadania (FNLC) em 1998, e, junto com ele, o Programa Lixo & Cidadania, que tinha como objetivos: (1) erradicar o trabalho infantil nos lixões e promover a inserção das crianças em atividades socioeducativas; (2) inserir os catadores em programas municipais de coleta seletiva, capacitando-os e apoiando o seu processo organizativo; (3) erradicar os lixões e recuperar as áreas degradadas por esses vazadouros a céu aberto (Dias, 2009). Baseando-se nas experiências já existentes de organização de catadores – como a ASMARE em Belo Horizonte –, o programa tinha como estratégia: (1) o estímulo ao associativismo dos catadores e a criação de fóruns estaduais e municipais Lixo & cidadania; (2) o envolvimento do Ministério Público como forma de pressionar os prefeitos a priorizarem a questão do lixo sob a perspectiva dos princípios do Fórum; (3) a coordenação das instituições de financiamento em torno do estabelecimento de pré-condições para projetos de resíduos sólidos no sentido do equacionamento da questão social do lixo.<sup>13</sup> (Dias, 2009; Grimberg, 2007, Abreu, 2007).

---

<sup>13</sup> Uma apresentação detalhada, não só do surgimento do Programa Lixo & Cidadania, bem como seus desdobramentos, pode ser encontrada em DIAS (2009).



A partir deste programa, diversas cooperativas e associação de catadores foram criadas em todo o Brasil. Além daquelas formadas por catadores que atuavam no lixão e nas ruas, muitas outras foram constituídas por trabalhadores desempregados que nem sempre possuíam experiência com a catação. Algumas prefeituras viam, na cooperativa de reciclagem, uma possibilidade de resolver o problema do lixo e, ao mesmo tempo, do desemprego no município. Dessa forma, muitas cooperativas se desenvolveram deixando de fora os catadores. Outras os contemplaram no momento da sua constituição, mas acabaram por excluí-los em função dos conflitos decorrentes da organização do trabalho (Oliveira 2010).

## **2.2 - O Movimento Nacional dos Catadores (MNCR)**

No início dos anos 2000, já existiam organizações de catadores em todo o Brasil. Alguns grupos constituídos em associações ou cooperativas, junto com instituições apoiadoras como o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, – formado pela Pastoral de Rua de Belo Horizonte, a Organização de Auxílio Fraternal e a Cáritas brasileira – e também o Fórum Nacional Lixo & Cidadania se articularam e promoveram, em 2001, um encontro nacional dos catadores em Brasília que ficou conhecido como o I Congresso Nacional dos Catadores. Neste encontro, eles fundaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Naquela ocasião, os catadores encaminharam ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamentava a profissão de *catador de materiais recicláveis* e determinava que um processo de industrialização (reciclagem) fosse desenvolvido em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. No mesmo ano, a profissão foi reconhecida junto à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). (MNCR, 2014)

O MNCR se organizou por meio de uma comissão nacional, formada inicialmente por catadores representantes dos estados presentes ao congresso e uma equipe de articulação nacional, composta por cinco pessoas, oriundas das regiões sul, sudeste, nordeste e centro-oeste.

Por meio da comissão de articulação e, inicialmente com o apoio de instituições parceiras, como a Pastoral de Rua de Belo Horizonte, a Organização de Auxílio Fraternal, de São Paulo e o Pangea, da Bahia, os catadores não só assumiram o papel de articuladores e passaram a construir estratégias para obtenção de recursos para sua organização política e social, bem como para a estruturação dos empreendimentos e a construção de políticas públicas que assegurassem a participação desse segmento nos sistemas de coleta seletiva.

Em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome (MDS), que, naquele momento (2004 a 2010), tinha como Ministro Patrus Ananias, financiou um projeto de capacitação dos catadores. Esse projeto foi realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores em todo o país e teve um impacto importante na sua articulação, uma vez que possibilitou a criação de vínculos entre os catadores e a estruturação das *bases orgânicas* do MNCR em todas as regiões do país. Produziu e divulgou “cartilhas de formação do catador” que abordavam a história e os princípios do MNCR, os direitos dos catadores, as questões econômicas e tecnológicas relativas ao trabalho. Ele possibilitou o intercâmbio das experiências e, além disso, realizou um diagnóstico nacional da situação do trabalho. Propiciou, ainda, a realização de estudos técnicos – estudo do custo de um posto de trabalho na catção e estudo do custo de sistemas de coleta seletiva com e sem catadores – que geraram argumentos para a construção de novas reivindicações (INSEA, 2005). O projeto possibilitou também parcerias com outras instituições que viabilizaram o espaço para implantação de uma

sede do MNCR, em São Paulo, com a estrutura necessária para as ações de comunicação e divulgação do MNCR.

A agenda de reuniões e atividades políticas do MNCR se intensificou, e os catadores foram assumindo de forma cada vez mais autônoma as estratégias de articulação do movimento e a gestão dos apoios técnicos e institucionais. Fundaram sua própria entidade representativa, a Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT), que assumiu a gestão de vários projetos estratégicos e recursos, antes feita por instituições parceiras. Passaram a realizar periodicamente eventos importantes como a Expo-Catador, que se constituiu como um espaço de capacitação dos catadores, de comunicação e divulgação do MNCR e de articulação com parceiros<sup>14</sup>. Nas esferas estadual e municipal, as discussões do trabalho dos catadores no campo das políticas públicas, assim como as reivindicações junto aos órgãos do executivo e legislativo, também se intensificaram. Os encontros realizados pelo MNCR contribuíram para o fortalecimento dos vínculos e para a construção da identidade coletiva dos catadores. Eles também estimularam iniciativas de reivindicações e negociações que ocorreram por meio de reuniões, audiências públicas, passeatas e outras mobilizações de rua (Insea, 2007).

A partir de 2004, o MNCR estabeleceu uma relação próxima com o Presidente da República, que, a convite dos catadores, esteve presente em vários eventos, por exemplo os encontros anuais de Natal, realizados, ao final de cada ano na cidade de São Paulo. A participação do presidente nesses eventos se tornou um compromisso, cumprido ao longo dos

---

<sup>14</sup> Estas ações, até então se realizavam em outros espaços, entre eles, o Festival Lixo e Cidadania, promovido anualmente, desde 2002, em Belo Horizonte, pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais e a ASMARE.

oito anos de seu mandato. Nessas ocasiões, era feita a avaliação dos avanços e desafios vivenciados na relação dos catadores com o governo.

### **2.3- Políticas públicas e dilemas vivenciados pelos catadores**

As ações governamentais de incentivo e desenvolvimento das iniciativas de catadores decorreram no primeiro momento (de 1998 a 2000) da articulação de instituições públicas e da sociedade civil organizada. Elas puderam ser percebidas no âmbito do Programa Lixo & Cidadania, a partir de 2001 por força das articulações estabelecidas pelo MNCR junto ao governo federal e estadual. Essas ações ganharam força a partir de 2003, após a posse do presidente Lula.

A primeira iniciativa de apoio promovida pelo governo federal foi a abertura de editais para financiamentos de projetos de estruturação das cooperativas. No entanto, a maior parte dos recursos tornou-se inacessível aos catadores, que não dispunham de condições técnicas para atender às exigências da lei e, por isso, poucos foram os recursos que chegaram efetivamente aos catadores.

As reivindicações dos catadores se intensificaram com os encontros de formação do MNCR em todo o Brasil. Além das demandas relativas à organização social e infraestrutura para melhoria das condições de trabalho, eles exigiam sua participação nos sistemas de coleta seletiva municipais e a remuneração pelos serviços prestados.

Em setembro de 2003, foi criado o “Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo”– CIISC, reestruturado e renomeado posteriormente, em 2010, como

Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis<sup>15</sup>, [grifos nossos] com o objetivo de “articular políticas públicas de apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis” (BRASIL, 2013). O comitê era coordenado pela Secretaria Geral da União e integrava diversos ministérios, órgãos públicos e representantes do MNCR. Foi um espaço importante de negociação de apoio aos catadores e de discussão de projetos e políticas que antecederam à criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sobretudo aquelas que diziam respeito às disputas com o setor privado para a regulamentação da logística reversa<sup>16</sup>.

A Fundação Banco do Brasil, e posteriormente a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criaram linhas de crédito e financiamento específico para empreendimentos de catadores, que foram estimulados a constituir arranjos organizativos como as redes de associações ou cooperativas de segundo grau, a fim de se adequarem às normas de financiamento estabelecidas. Nesse período, houve várias iniciativas de criação de redes de empreendimentos e centrais de comercialização.

---

<sup>15</sup> Esse comitê foi reestruturado e renomeado em 2010, pelo mesmo decreto que criou o Programa Pró-Catador que visava promover e integrar ações empreendidas pelo governo federal e voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, destinadas ao fomento e apoio a organização produtiva dos catadores, melhoria das condições de trabalho, ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. A execução e o monitoramento do Programa Pró-Catador, com ações para a inclusão socioeconômica dos catadores, foram coordenados pelo CIISC. O comitê integrava o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério das Cidades, Funasa, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal e Movimento Nacional dos Catadores.

<sup>16</sup> A logística reversa é definida pela Lei 12.305/10 como "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada". O processo da logística reversa responsabiliza as empresas e estabelece uma integração de municípios na gestão do lixo. Nesse processo, os produtores de um eletroeletrônico, por exemplo, têm que prever como será promovida a devolução, a reciclagem daquele produto e a destinação ambiental adequada, especialmente dos que eventualmente poderão retornar ao ciclo produtivo.

Em 2006, foi criado o decreto presidencial nº5.940 que determina a implantação de coleta seletiva nos órgãos públicos da esfera federal e a destinação dos recicláveis às cooperativas e associações de catadores. Em 2007, a lei de diretrizes nacionais de saneamento nº11.445 estabeleceu a viabilidade de contratação direta das organizações de catadores, com dispensa de licitação, para execução dos serviços de coleta seletiva. Essa lei foi reiterada posteriormente pela política nacional de resíduos sólidos (PNRS), lei nº12.305.

Em 2010, a política nacional de resíduos sólidos foi sancionada, depois de um longo processo de discussões, que durou mais de 20 anos e foi marcada por conflitos entre diversos interesses do setor privado (geradores de resíduos, importadores), setor público e catadores. O aumento da geração de resíduos e sua incorreta destinação, o grande número de lixões, o esgotamento progressivo de áreas adequadas para a construção de aterros sanitários, a falta de incentivos à coleta seletiva e à reciclagem justificaram a necessidade da criação de um marco regulador para as questões relativas ao lixo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos dispõe sobre “a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis” em todo o território brasileiro. Ela determinou o fechamento dos lixões brasileiros, estimulou a participação das associações e cooperativas de catadores em acordos setoriais para logística reversa, definindo a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. Incentivou a participação dos catadores nos planos de gestão de resíduos municipais, definindo que teriam prioridade, no acesso aos recursos da União, os municípios que implantassem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

Essas conquistas permitiram aos catadores assumir uma nova posição como atores econômicos e políticos. Contudo, um dilema enfrentado pelas associações de catadores diz respeito à sua trajetória histórica, que se originou em ações de assistência social aos moradores de rua e catadores de lixões. Se, de um lado, seus empreendimentos são desafiados a “profissionalizar” a gestão, visando desenvolver capacidades competitivas para concorrer com empresas privadas e se tornarem autossustentáveis, por outro, ainda dependem da assistência do Estado, que lhes destina recursos de fundos não reembolsáveis. Recebem também financiamentos de empresas privadas que pretendem promover sua responsabilidade social por meio de ações destinadas a grupos socialmente vulneráveis ou de proteção ambiental. O apoio do Estado justifica-se pela promoção do desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores excluídos e visa minimizar fragilidades técnicas e sociais advindas de prejuízos históricos, de forma a tornar os empreendimentos competitivos no mercado formal.

Os catadores vivem, atualmente, uma fase de transição no que se refere à sua posição social e econômica. A possibilidade de contratação das cooperativas e associações de catadores pelas prefeituras é uma conquista importante no que diz respeito ao reconhecimento profissional dos empreendimentos. Contudo, ela estabelece exigências que implicam necessariamente a mudança dos processos de trabalho, tendo em vista a demanda por aumento de produtividade e mais controle dos processos.

A remuneração pelos serviços urbanos, que há muito tempo vêm sendo realizados pelos catadores gratuitamente, é uma das condições para que esta atividade se torne mais eficiente em termos de benefícios ambientais – reciclagem, limpeza da cidade, economia de aterros –, e sociais, uma vez que as associações e cooperativas de catadores, em sua maioria, são formadas por pessoas com baixo nível de escolaridade, com saúde precária e com outras características incompatíveis com as exigências do mercado formal de trabalho. A Política

Nacional de Resíduos Sólidos incentiva a contratação dos empreendimentos, mas por outro lado, cria uma série de exigências – alta eficiência e produtividade, cumprimento rígido de normas de qualidade e segurança, controle de dados de produção – desmedidas em relação à atual condição de desenvolvimento das associações. O que se observa, portanto, não é o reconhecimento do modo de produção destes empreendimentos, conforme reivindicava o MNCR, mas o estabelecimento de uma “nova” forma de produção, que se assemelha muito às formas mercantis e que descaracteriza a história e a luta dos catadores.

Os serviços de limpeza urbana, que atualmente são realizados pelas empresas privadas contratadas para esta finalidade, podem, a partir da lei, serem realizados pelos empreendimentos de catadores. No entanto, na prática, o que se transfere aos catadores são as atividades menos lucrativas. A lucratividade das empresas é assegurada pela escala e variedade dos serviços – coleta, transporte, aterramento ou tratamento dos resíduos, gestão do aterro sanitário, comunicação com a população–, o que permite a otimização de recursos, a diluição de custos fixos e economias de escala. Ao transferir parte dos serviços para a cooperativa, as empresas preservam as atividades que oferecem maior potencial de lucro e abrem mão das operações que possuem custo fixo e menor potencial de rentabilidade (Lima *et. al.*, 2013). Essa mesma lógica é observada nas fábricas recuperadas ou nos processos de terceirização via cooperativas de trabalho (Lima, 2007). A externalização de custos por meio do enxugamento das empresas, nomeada por Harvey (2006) de acumulação flexível, é uma das principais características da atual fase de desenvolvimento do capital.

Essa nova forma de acumulação demanda a adaptação das cadeias produtivas consolidadas, o que provoca a precarização das condições de trabalho. Porém, no caso da reciclagem, como lembra Wirth (2016), a estruturação da cadeia produtiva tem uma especificidade em relação às demais: sua origem se deve às condições precárias de trabalho daqueles que sobrevivem do lixo. Não se trata, portanto, de uma reestruturação precarizante



das condições de trabalho, como enfocam a maior parte das pesquisas que analisam o trabalho dos catadores sob a ótica da sua funcionalidade para a acumulação do capital (Bosi, 2008, 2010, Gonçalves, M. A, 2006, Baptista, 2004). Os catadores não resultam de processos de precarização do trabalho ou partes do trabalho em uma dada cadeia de produção. Ao contrário, é o trabalho precário que viabilizou – e até hoje viabiliza – a existência de diversas cadeias de reciclagem. O movimento não é de precarização para produzir mais valor, mas de desenvolvimento de um trabalho precário para viabilizar uma cadeia de produção de valor. Essa mudança de perspectiva invalida boa parte dos críticos teóricos em termos de super-exploração, que se baseia nos conceitos de flexibilização e precarização do trabalho. Em termos práticos, as consequências são mais importantes: apontam não para uma involução mas para o desenvolvimento da atividade em um movimento que vai dos lixões à gestão de serviços públicos e, além disso, para formas de organização da produção material com base na solidariedade. Além de recuperar os resíduos, as iniciativas de catadores objetivam o desenvolvimento de pessoas e têm o desafio de articular eficiência e solidariedade. As tensões e conflitos que decorrem dessa articulação são vivenciados cotidianamente na organização do trabalho, na construção das regras e gestão das cooperativas e associações de catadores (Oliveira, 2010). Na medida em que o atendimento às exigências referentes à contratação dos empreendimentos tenta “enquadrá-los” em modelos incompatíveis com suas realidades, estabelecendo metas e padrões rígidos de produção e prestação de serviços, os conflitos tendem a se agravar, aumentando a precariedade das condições de trabalho e excluindo, mais uma vez, pessoas com maior grau de vulnerabilidade e menor possibilidade de reintegração social.

## 2.4 - Uma nova posição social e econômica

Os conflitos entre interesses privados de grandes empresas que atuam com os resíduos sólidos e aqueles defendidos pelo movimento social se apresentam nas atividades cotidianas de cada empreendimento. Embora conquistas importantes tenham sido alcançadas, sobretudo na esfera macrossocial, representada pelas políticas públicas, a luta política se concretiza no âmbito local e agrega características distintas em cada associação ou cooperativa de catador.

Enquanto as empresas privadas orientam o seu processo de produção em função da lucratividade, adotando tecnologias que colocam em risco a qualidade ambiental e o desenvolvimento social dos trabalhadores, as cooperativas buscam construir espaços em que a solidariedade e a eficiência coexistem, conforme demonstramos em estudos anteriores (Lima e Oliveira, 2016, 2012; Oliveira, 2010).

Se, de um lado, os catadores quebraram o “acordo tácito de invisibilidade” (Souza, 2008) e tiveram sua existência econômica e social reconhecida, eles são, agora, “convidados” a assumir outros papéis na dinâmica social e econômica, para a qual eles nem sempre dispõem de condições ou *pré-condições* (Souza, 2008), exigidas para a disputa no mercado formal capitalista.

Eis, aqui, algumas nuances importantes para caracterizar o trabalho dos catadores nesse momento de transição. A possibilidade de atuarem como agentes econômicos no mercado formal, sendo, por exemplo, contratados através das cooperativas e associações para prestarem serviços remunerados de coleta seletiva, impõe a esses trabalhadores uma série de exigências relacionadas à eficiência nos serviços: aumento da produtividade, controle da produção, manutenção de padrões de qualidade, adequação a regras jurídicas, que implicam a padronização de procedimentos de produção.

Para assumir uma nova posição na gestão e prestação de serviços públicos, os catadores não podem se valer da mesma lógica capitalista e excludente que os criou, ou seja, a eficiência exigida nos serviços prestados – que implica maior disciplina e controle do tempo e dos movimentos de cada trabalhador – não pode ser conquistada a partir da exclusão dos “menos aptos”. Por isso, as cooperativas criam arranjos ou organizam as tarefas de maneira que cada trabalhador tenha condição de desenvolver seu trabalho, respeitando, dentro de certos limites, as especificidade e limitações de cada um (Oliveira, 2010). Nos empreendimentos, a solidariedade e eficiência se combinam de diferentes formas conforme o grau de envolvimento dos cooperados, o tipo de tecnologia (esteira, bancada, indivíduo) e a forma de remuneração (individual, por produção, coletiva...) (Lima e Oliveira, 2016; 2012; Oliveira, 2010).

Diferentemente do que pode parecer, a dinâmica de organização e gestão das cooperativas de catadores não é um processo simples. O funcionamento e a produtividade nesses empreendimentos requerem uma forte integração dos aspectos técnicos e sociais do processo, como a conexão dos vários elos da cadeia de reciclagem e a capacidade dos associados de trabalharem coletivamente. A fase inicial de organização do empreendimento e os períodos em que há um número maior de novos associados exigem investimentos na construção de um “ajustamento” do grupo, ou coletivo de trabalho, que lhe permita produzir. Ela exige, portanto, o desenvolvimento de um “saber grupal” que, como veremos, está articulado ao “saber fazer” da atividade. Assim, o crescimento de uma cooperativa ou associação não é um processo que se dá, por assim dizer, “do dia para a noite” (Oliveira, 2013; Desroches, 2006).

Além das condições internas para o funcionamento dos empreendimentos, o acesso dos trabalhadores aos recicláveis é condição fundamental para assegurar a viabilidade do trabalho e deve ser garantido por meio do apoio da população e de políticas públicas. Em

algumas cidades do Brasil, no entanto, leis municipais atuam no sentido contrário. Elas restringem a circulação dos catadores pela cidade, sobretudo nas regiões centrais onde os recicláveis são encontrados em maior quantidade.

O município de Porto Alegre (RS), por exemplo, instituiu o “Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana” (Lei nº 10.531/2008), que restringe a circulação dos catadores pelas ruas da cidade, sob a justificativa “do caráter desumano” da atividade de catar materiais recicláveis na rua (Vieira 2012, p.38). O vereador autor da lei argumenta que não existe apenas proibição, uma vez que “estão sendo oferecidas alternativas”. Estas, entretanto, consistem em cadastrar os catadores em programas sociais e/ou encaminhá-los a um galpão de triagem, de forma que eles possam trabalhar, “esperando” o material chegar através da coleta feita pelo município, normalmente por meio de empresas terceirizadas, que não primam pela qualidade da separação do material na fonte e, assim, acabam levando aos galpões maior quantidade de matéria orgânica e/ou rejeito do que recicláveis.

Em 2007, a prefeitura de Belo Horizonte também tentou restringir o acesso dos catadores ao centro da cidade, alegando que eles atrapalhavam o trânsito. Através de uma ação judicial do Ministério Público, essa restrição foi eliminada (Oliveira e Silva, 2007).

A precariedade e a indignidade do trabalho é frequentemente usada como argumento daqueles que defendem a extinção do trabalho dos catadores. Embora seja necessário reconhecer a precariedade das condições em que muitos catadores ainda vivem e trabalham, esses discursos parecem orientar-se por visões de mundo baseadas em julgamentos morais de uma elite que ignora o cotidiano real destes trabalhadores e desconsideram o processo histórico, de que tratamos brevemente aqui, desde suas origens. Não se trata de justificar a precariedade das condições, mas de considerar o movimento progressivo que vem se

desenvolvendo desde o início do trabalho dos catadores, com mais intensidade nas últimas duas décadas.

Atualmente, um modelo defendido pela administração pública de algumas metrópoles brasileiras é o sistema de centrais de triagem de grande porte, que mantém os catadores apenas na função de triadores, com atuação restrita dentro dos galpões. A coleta seletiva e todo o beneficiamento posterior seriam feitos por empresas privadas, supostamente mais eficientes. Tal proposta é vista com desconfiança pelos catadores vinculados ao movimento social. Se, de um lado, a mecanização dos processos de triagem parece interessante pela promessa de aumento de eficiência e minimização da penosidade do trabalho, uma vez que reduziria o contato direto dos catadores com os resíduos, por outro lado, tem-se a clareza de que a máquina provoca a redução do efetivo de mão de obra e, por sua vez, a exclusão de grande parte dos catadores. Assim como a regulação do trabalho trouxe mudanças para a natureza da atividade dos catadores, a mecanização da triagem implica uma nova mudança na natureza do trabalho, que coloca em risco a presença das triadoras no processo, mesmo que muitas análises realizadas até o momento nos levem a duvidar da promessa de eficiência, da máquina.

As ameaças de mecanização dos processos ou daquilo que é referido como “profissionalização”, que considera muito mais os aspectos da *performance* ou da eficiência, trazem a tona um conflito vivido no interior do movimento social acerca da questão identitária dos catadores, que revelam diferentes formas de engajamento na atividade e no movimento social.

## 2.5 Trabalho e identidade: catadores históricos x desempregados

As transformações no mundo do trabalho, ocorridas a partir das duas últimas décadas do século XX, suscitaram discussões importantes acerca dos paradigmas teóricos e metodológicos que concebem o trabalho como elemento central na construção da sociabilidade humana. A diminuição do trabalho assalariado, ou dos chamados “empregos estáveis”, a precarização do trabalho em alguns setores, o surgimento de novas classes sociais – como a “ralé” (Souza, 2008) – e de atividades econômicas, cujos atores, vistos como marginais/perigosos (Souza, 2008) reivindicam o reconhecimento enquanto trabalhadores, levantam questões importantes acerca do papel do trabalho na constituição da identidade.

Na perspectiva marxista, que afirma que “a essência do homem é o conjunto das suas relações”, ou ainda “que o homem é o que faz e como o faz” (Marx e Engel, 2001), o trabalho pode ser compreendido como mediador entre ele e a natureza. É por meio dele que o homem transforma e constrói o mundo. E, ao transformá-lo, ele também se constrói, produz sua identidade e sua subjetividade. O trabalho dá acesso à esfera pública, à inserção na rede de trocas e de relações e é produtor do sujeito e da sociedade.

O trabalho envolve a dimensão do *ter*, do *ser* e do *fazer* (Lhuillier, 2006). Ele é uma maneira de *ter* renda, de produzir independência, de não ser apenas donatário. É a abertura à reciprocidade, à possibilidade de inserção numa rede de trocas, de dons e vínculos sociais, que possibilita também a conquista de um lugar no sentido ontológico de reconhecimento. É na relação com o outro que o sujeito articula sua existência e se constrói como sujeito. A dimensão do *ser* está articulada à noção de identidade, ao que identifica o sujeito num grupo social e o vincula a uma hierarquia profissional. Trata-se, portanto, de um processo que se constrói ao longo de toda a vida, por meio de uma prática. Além disso, trabalhar é fazer junto e não somente estar junto. É lutar com o real para transformá-lo, construir meio para viver e

não apenas se adaptar a ele. Ao *fazer*, o sujeito se coloca à prova, submete-se e enfrenta medos, frustrações, limites. Dessa forma, ele se transforma. Por isso, podemos afirmar que o trabalho articula a relação com o próprio sujeito, com o outro e com o real (Lhuillier, 2006).

O prazer no trabalho está ligado à ação de transformação do real e de si mesmo, que diz respeito a criar sentido e produzir reconhecimento, a seus próprios olhos e aos olhos de outros. Assim, podemos dizer que o trabalho funciona como um espelho e que a impossibilidade de nele se reconhecer produz sofrimento, assim como a necessidade de renunciar um “trabalho bem feito”, uma “*bela obra*” (Lhuillier, 2006).

Reconhecer-se no trabalho implica reconhecer-se no objeto que nele se produz, considerar a sua eficácia, mas também a possibilidade de imprimir a sua marca ou o seu estilo pessoal naquilo que se faz. Reconhecer-se no trabalho requer também reconhecer-se no ofício, compartilhar regras, princípios e valores comuns sobre como fazer, como trabalhar junto, como contribuir com a construção de uma história coletiva, com a transmissão e a transformação do ofício. Implica, ainda, reconhecer-se na sua própria atividade, quer dizer, no uso que se faz de si mesmo (Schwartz, 2000). Ter o sentimento de ser ativo, de poder inovar, criar, inventar, experimentar uma atividade viva que permite ao sujeito se desenvolver. Tudo isso requer o confronto com o real, o enfrentamento das dificuldades, dos riscos e limites presentes na atividade. É através destes movimentos que o trabalhador se constrói, e se transforma, espelha a sua imagem e produz a sua identidade. Dessa forma, os trabalhos socialmente desvalorizados e/ou que envolvem atividades aparentemente “desqualificadas” nos levam a questionar sobre os modos de produção subjetiva ou identitária envolvidos nesses processos. Em que medida ou como esse tipo de trabalho é capaz de proporcionar condições para a produção de identidades valorizadas ou para o empoderamento subjetivo desses trabalhadores?

A identidade dos catadores, entendida como uma produção sócio-histórica, que lhes confere uma existência social, na medida em que os identifica como parte de um grupo ou de uma comunidade no sentido amplo, é intrinsecamente associada à atividade que realizam. Se concebemos a atividade como algo vivo e dinâmico, assim também entendemos a identidade desses trabalhadores. Assim, os conflitos relativos à identidade são também reveladores da atividade realizada pelos catadores.

Sendo uma atividade reservada a pobres, e que se supõe – equivocadamente, como tentaremos mostrar – simples, portanto executável por “qualquer um” sem qualificação, não é difícil compreender a grande quantidade de pessoas que buscam as cooperativas, atraídas pela possibilidade de obter renda. Ao confrontar-se, no entanto, com a situação real, muitas delas desistem do trabalho. Outras permanecem. As razões que levam cada pessoa a permanecer na cooperativa ou abandoná-la são ainda pouco explicitadas, e, às vezes, tratadas meramente como uma questão de “frescura” ou “falta de força de vontade”.

Os catadores afirmam que nem todas as pessoas que trabalham na cooperativa são “catadores de verdade”. Essa afirmação está presente em vários conflitos, que buscam legitimar um tipo de saber ou comportamento necessário ao trabalho nas cooperativas.

A expressão “catadores históricos” é utilizada para diferenciar aqueles que têm trajetória de rua e/ou lixão, ou seja, que já tinham a catação como atividade principal antes do processo de organização do trabalho em cooperativa ou associação, daqueles chamados de “desempregados”, que se tornaram catadores a partir de sua inserção em uma cooperativa ou associação, que não vivenciaram o trabalho de catação antes da sua organização. Eles, geralmente, têm, em suas histórias de vida, experiências anteriores de trabalho que lhes proporcionaram o desenvolvimento de habilidades específicas relacionadas à disciplina para o trabalho fabril comumente exigido no mercado formal. De maneira geral, demonstram



menores dificuldades, em relação aos “históricos”, no que se refere ao desenvolvimento de atividades que envolvem o uso de ferramentas virtuais, a gestão financeira e a comunicação escrita.

As trajetórias pessoais destes trabalhadores influenciam suas percepções acerca do trabalho, por exemplo na relação que eles estabelecem com os materiais e que lhes permite avaliar se esses materiais podem ou não ser aproveitados. Na relação com a Prefeitura, os catadores que vivenciaram as perseguições de fiscais tendem a ser menos gentis e mais desconfiados. Alguns dos que tiveram experiências de trabalho formal, às vezes são mais rigorosos com regras e rotinas de trabalho. Essas diferenças se manifestam no interior dos empreendimentos, onde tais características se misturam, e em outros espaços, onde se discutem políticas públicas relacionadas ao trabalho da catação.

Os “catadores desempregados” surgiram na segunda metade da década de 90, estimulados pelos programas de economia solidária e geração de renda, desenvolvidos, sobretudo, pelos governos do Partido dos Trabalhadores. As pessoas inscritas nos programas municipais de geração de renda eram encaminhadas às cooperativas existentes ou estimuladas, através de cursos de capacitação em economia solidária, a formar novos empreendimentos. A criação de algumas dessas iniciativas ignorava a existência de trabalhadores que já atuavam na catação, e algumas prefeituras chegavam a explicitar sua preferência em trabalhar com pessoas desempregadas, uma vez que estas se mostravam mais “compreensivas” e “dóceis” que os catadores do município. As diferenças históricas na trajetória de cada um desses grupos, marcadas pela experiência de trabalho no lixão, nas ruas, ou em empresas, estabelecem diferenças na forma de engajamento com o trabalho, na perspectiva de desenvolvimento da profissão e também na relação com a prefeitura municipal,

conforme ilustra o conflito entre associações de Belo Horizonte na primeira década do ano 2000.

Nesta cidade, o período de 2004 a 2008 é marcado por conflitos entre os diferentes empreendimentos de catadores: de um lado a ASMARE, associação formada por “catadores históricos”, atuantes no município há mais de 50 anos, sobretudo na região central, onde a maior parte deles coletam seus materiais com o uso de carrinhos, e de outro, as novas cooperativas criadas por volta do ano 2000, sendo muitas delas com o apoio da prefeitura municipal por meio dos programas de economia solidária e geração de renda. Tais cooperativas acusavam a ASMARE de concentrar poder na articulação de projetos e apoio financeiro; a ASMARE criticava os demais empreendimentos de serem “pelegos”, ou atrelados à prefeitura, sendo pouco críticos em relação à terceirização dos serviços de coleta seletiva e à proibição da circulação dos catadores no centro da cidade, uma vez que o modelo defendido por eles era do transporte mecanizado, sem necessariamente manter a participação de catadores na coleta.

Em sua trajetória de luta e embates com o poder público, conforme relataram vários autores (Freitas, 2005; Kemp, 2001; Dias, 2002), a ASMARE celebrou um convênio com a prefeitura municipal por meio da Secretaria de Assistência Social, que durou de 1993 até 2014. Pelo convênio, a prefeitura repassava um valor mensal à Associação, para o custeio de despesas com água, energia elétrica, aluguel de imóveis, caminhões, e funcionários do quadro técnico. A ASMARE conquistou, igualmente, o apoio de órgãos públicos e não governamentais, brasileiros e internacionais que lhes deram condições de ampliar seus projetos – marcenaria, creche, bar, restaurante –, Festival Lixo e Cidadania e articulações com grupos de catadores de diversos municípios brasileiros e da região metropolitana de Belo Horizonte, por meio da formação da rede de comercialização Cataunidos.

Os catadores oriundos de lixões e das ruas experimentaram uma relação de proximidade ou identificação mais forte com os resíduos. Isso provocou repercussões nos sentidos atribuídos ao trabalho e à relação que eles estabelecem com a atividade. “*Catador de verdade veste a camisa da cooperativa*”... “*não tem vergonha de ser catador*”... “*não tem nojo do lixo*”... “*catador que é catador come coisas do lixo*”... “*catador que é catador tem orgulho da profissão*”. Além disso, a experiência de ter passado pelo lixão ou pela rua tornou-os mais compreensivos às dificuldades ou “inabilidades sociais” de catadores que tiveram experiências parecidas e, às vezes, se apresentavam mais agressivos, com limitações cognitivas e físicas decorrentes de dependência química, situações de violência.

Uma das críticas que os empreendimentos formados por pessoas desempregadas recebem do Movimento Nacional dos Catadores está relacionada à sua forma de organização política, que se aproxima mais de um sindicato de trabalhadores formais do que de um movimento social de trabalhadores informais com características específicas, como é o caso dos catadores “históricos”. Dessa forma, suas pautas de reivindicações, tomam como referência, mais os direitos trabalhistas, CLT, do que a realidade de pessoas que, saindo de condições miseráveis, buscam construir um tipo de empreendimento compatível com suas especificidades. Um exemplo pode ser observado no conflito vivido recentemente em relação à nova proposta de lei do cooperativismo, apoiada pela maior parte dos grupos articulados ao fórum de economia solidária, e rechaçada pelo Movimento Nacional dos Catadores.

A lei 12.690/2012, conhecida como a nova lei do cooperativismo, se construiu com base no combate às falsas cooperativas, conhecidas como “coopergatos”, frequentemente usadas em processos de terceirização e licitações públicas com o objetivo de burlar encargos trabalhistas. A nova lei busca fomentar um “*cooperativismo autêntico*” por meio de uma “*autonomia coletiva e coordenada do processo de trabalho, que divergiria da relação de*

*subordinação do falso cooperativismo*”. Por isso, ela estabelece direitos mínimos a serem garantidos pela cooperativa de trabalho aos seus sócios: 1) retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional ou, em caso de inexistência, ao salário mínimo; 2) jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais; 3) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; 4) repouso anual remunerado; 5) retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; 6) adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; 7) seguro de acidente de trabalho (BRASIL, 2012).

Diferente das relações empregatícias, onde existe a figura do patrão, de quem se deve cobrar tais direitos, nas cooperativas, os cooperados são responsáveis pela sua viabilidade econômica por meio da sua própria força de trabalho. Isso envolve conflitos, especialmente porque alguns trabalhadores não compreendem ou não reconhecem a diferença entre essas lógicas e tentam reproduzir os princípios do mercado formal, atribuindo à coordenação da cooperativa o lugar do patrão.

O Movimento Nacional dos Catadores argumenta que o padrão de tratamento estabelecido pela nova lei é incompatível com a realidade das cooperativas de catadores, em sua maior parte em situação de pobreza. Nem todas conseguem garantir uma renda de um salário mínimo aos seus cooperados. Além disso, vários grupos viabilizam o trabalho coletivo, considerando as particularidades de cada cooperado, o que resulta, muitas vezes, em diferenças significativas na forma de participação na produção e na divisão dos rendimentos do empreendimento. A presença de alguns trabalhadores na cooperativa, por exemplo, está condicionada à possibilidade de trabalhar com uma jornada inferior a 44 horas semanais, ou em horários flexíveis. A padronização estabelecida pela nova lei onera, portanto, as cooperativas de catadores, inviabilizando sua continuidade e a criação de novos empreendimentos, uma vez que impossibilita arranjos organizativos que consideram

diferenças históricas e do perfil de cada grupo, aspecto que parece ser o diferencial de “sucesso” desses empreendimentos em seu potencial de desenvolvimento humano e ambiental, conforme demonstramos em estudos anteriores (Oliveira, 2010).

Wirth (2016) observa que *o movimento nacional dos catadores possui uma dinâmica de organização e um projeto político próprio, construídos a partir da sua experiência de trabalho e de luta, o que lhe garantiu fóruns específicos de interlocução com o governo. Enquanto a ação principal dos movimentos da economia solidária se dá pela via dos espaços de participação e diálogo com o Estado, o movimento de catadores concilia os espaços institucionais com o repertório de protestos como ocupações e marchas...*

## **2.6 A construção do sujeito político**

A *subjetivação política* (Rancière, 2004) é um processo de *desidentificação ou desclassificação* de uma nomeação estabelecida que interroga as normas que distribuem hierarquicamente os lugares de cada um na sociedade. Esse processo pode ser identificado entre os catadores em diversas situações da organização. As ações realizadas nas primeiras iniciativas de confronto com a polícia e com os fiscais, a formação das primeiras associações, as atividades de protesto, a criação do MNCR, assim como o trabalho cotidiano que atualiza as lutas políticas, podem ser compreendidas como um processo de mobilização social, que possibilita a formação de identidades políticas, que são elementos fundamentais da mudança social (Prado, 2002).

A identidade política é “um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais” (Prado, 2002). Ela é experienciada como uma relação antagônica que se estrutura na passagem da consciência de uma relação de

subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo dessas relações (Prado, 2002). Trata-se da saída de uma posição em que a inferiorização é dada como natural para assumir o lugar do conflito, onde as diferenças entre o NÓS e ELES são reconhecidas como irreconciliáveis. Esse processo implica a estruturação de crenças, valores e significados que vão se transformando durante o processo de mobilização social (Prado, 2002) que neste caso, podemos compreender como sendo o próprio trabalho dos catadores.

A mobilização social é o desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas que são necessárias para a constituição de ações coletivas e que emergem como uma possibilidade de construção de discursos e práticas antagônicas, imprescindíveis à mudança social (Prado, 2002). O trabalho dos catadores se constrói na contracorrente de diversas lógicas hegemônicas – do mercado, da higiene, da ordem – e, como tal, ele exige a vivência cotidiana do conflito e, por meio dele, provoca questionamentos relativos à forma como a sociedade produz e gerencia seus recursos.

A dinâmica do movimento social dos catadores se funda na luta pela sobrevivência por meio do trabalho, a partir de um sentimento de sofrimento que encontra ressonância em outros “iguais” e dá início a um processo de politização das relações, conforme explica um catador, citado em Wirth (2016):

“...quando chegou lá [em Brasília] a gente ampliou o horizonte da visão. A gente pensava que era os mais sofridos, nós aqui era os mais perseguidos, porque tinha a vivência nossa e a gente não conseguia enxergar isso na TV. Não tinha catador na TV, não tinha como a gente saber como é que era do outro lado, como é que era em outro estado, porque sequer as pessoas falavam a palavra catador, não tinha isso na época. Então a gente pensava que o máximo que tinha de sofrimento era o que a gente vivia [aqui no Rio Grande

do Sul]. Quando nós chegamos em Brasília, vimos uma força muito grande do Nordeste, não uma força política, uma força de expressão social, mas uma força em torno da questão do sofrimento, [...] muitas delas não conseguiram falar nem dos próprios materiais que separavam. De tanta perseguição, de tanta timidez mesmo, do processo de vida que elas tinham, não conseguiram nem falar mesmo. Então o sofrimento era tanto que em determinados momentos a gente conseguia conversar com essas pessoas e a gente optou por dizer que o nome que a gente queria de reciclador a gente mudou pra catador porque era o jeito que eles se chamavam. O pessoal se conhecia como catador, catador de lixo mesmo, que chamavam na época, a gente conseguiu dar uma juntada entre o sentimento que a gente tinha e o sofrimento deles e unificar o nome em nível nacional de catador de material reciclável e partir dali a gente formar esse movimento e esse movimento ser um movimento amplo. Ser um movimento que não ia defender só a nossa pauta, mas que iria defender uma pauta dos catadores de modo geral”. (Alexandre Cardoso, catador de Porto Alegre, liderança do MNCR – citado em Wirth, 2016)

O sentimento de sofrimento e perseguição revela a condição de submissão vivenciada pelos catadores que, posicionados num lugar que lhes foi designado socialmente, “*não tinha como saber como é que era do outro lado*”. A percepção do sofrimento do outro coloca em questão o seu próprio sofrimento – *A gente pensava que era os mais sofridos, nós aqui era os mais perseguido*– e lhes possibilita evidenciar as relações de opressão. Dessa forma, o MNCR se funda num sentimento de injustiça, propiciado, em boa medida, pelas experiências vivenciadas até aquele momento no âmbito dos municípios e que evidenciaram a possibilidade de construção de outras formas de existência a partir da organização dos trabalhadores.

A escolha do nome “catador de material reciclável” em detrimento de outras nomeações – “reciclador” ou “catador de lixo” – coloca em questão o seu lugar, ou a sua identidade e interroga: Quem são efetivamente estes sujeitos?

Se, de um lado, eles têm a possibilidade de se reconhecerem como “recicladores”, termo que lhes confere um *status* profissional mais valorizado socialmente, uma vez que os posiciona entre outros atores econômicos e sociais de maior poder na cadeia de produção – como os industriais –, por outro, existem elementos fortes que os identificam como marginalizados, ou seja aqueles que não são contados, que não participam da divisão dos lugares e dos recursos estabelecidos socialmente e, por isso resta-lhes catar aquilo que, em princípio, “não tem utilidade” – o lixo.

Esse conflito está presente em diversas situações em que geralmente os catadores são referidos como “catadores de lixo”, e isso provoca um mal-estar, como aquele de uma gafe. Um exemplo pode ser visto no decreto que cria o “Comitê Interministerial de Catadores de Lixo” e, posteriormente o renomeia como “Comitê Interministerial de Catadores de Materiais Recicláveis”. O premiado documentário “Lixo Extraordinário”, (Walker 2010), sobre o trabalho dos catadores no lixão de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, também aborda este conflito de nomeações. Outro exemplo emblemático diz respeito à intervenção de uma catadora junto aos palestrantes de uma mesa redonda sobre “tecnologias de coleta seletiva” que, num discurso em defesa do trabalho dos catadores, se referia a estes como “pessoas excluídas”. Na ocasião que se abriu para perguntas da plateia, uma catadora se levantou e perguntou: *“Vocês estão falando ai de excluídos. Quem são os excluídos? Somos nós, catadores? Porque eu não me sinto excluída!”*

A política, para Rancière (2004), é uma questão de *nomes impróprios*, de nomes que expressam uma desigualdade na distribuição social, ou um “*dano à igualdade*”, que coloca



em questão os lugares estabelecidos para cada um na hierarquia social. Ela interrompe o processo de naturalização da distribuição desigual das partes que ocultam as distorções, ou os “danos” produzidos e que geram relações de opressão e identidades subalternas. Por isso, está sempre relacionada à igualdade e se pauta na possibilidade de “verificar as relações entre quaisquer pessoas ou grupos de pessoas”.

Os catadores alcançaram conquistas importantes desde que iniciaram seu processo de luta por reconhecimento e melhorias das condições de trabalho. Aqueles que se transferiram do lixão para o galpão ou aqueles que antes moravam nas ruas ressaltam os avanços das condições de trabalho e de vida e o acesso a bens, ambientes e serviços antes ignorados ou inexistentes. Esses serviços incluem programas sociais, cuidados médicos e dentários, cursos de formação profissional, intercâmbios com outros catadores, reuniões com instituições prestigiadas nacional e internacionalmente, possibilidade de acesso ao crédito e mesmo o reconhecimento de transeuntes que hoje os parabenizam pelo trabalho realizado.

Cada conquista marca uma história de conflito que, ao longo do tempo, vem construindo a identidade dos catadores. O local de trabalho aparece como elemento importante que estrutura a identidade daqueles que por muitos anos, trabalharam e viveram sem referência, nas ruas ou num lixão. Como afirma Santos (1977) *“cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território (...) A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”* (p.81).

A relevância do galpão como espaço de trabalho é expressa no depoimento de uma catadora fundadora da ASMARE:

(...) “a primeira conquista nossa foi o direito de trabalhar, porque a gente tinha de ser enxergado como trabalhador. E também o espaço pra trabalhar: o galpão.

Então, a primeira reivindicação que nós fez foi galpão pra nós trabalhar, local, né? A gente queria ter endereço de trabalho porque, às vezes, costumava falar:

- Eu vou pro trabalho agora.

-Onde é que ocê trabalha?

- Eu trabalho em tal lugar assim, assim...

- Onde é que ocê trabalha?

- Eu trabalho no centro da cidade.

- Aonde?

- Na Praça Sete.

- Mas, que Praça Sete?

- Ah, na rua, no passeio.

Agora a gente tem endereço. A gente sabe: vou pra ASMARE. A gente tem a ASMARE, assim como uma firma, ou aliás ela é uma firma. Mais a gente tinha esse sonho de trabalhar assim pra, quando perguntassem: onde é que ocê trabalha, a gente dizer: Eu tenho lugar pra trabalhar, tem nome, tem endereço do lugar que eu trabalho. Agora a gente tem. Quando a gente tem um espaço de trabalhar, cê tem endereço, cê sente mais segura. Fiscal num vai chegar e tomar nosso papel aqui dentro. A polícia não vai chegar aqui e espancar nós aqui dentro. Aqui nós temos segurança. É um espaço nosso! Porque na rua não, qualquer pessoa podia chegar, polícia, fiscal e tomar nosso material, tomar carrinho, espancar, pôr fogo, né? Agora nós temos endereço, nós temos segurança. Cê ter endereço é outra coisa! Eu trabalho na ASMARE! Ó que

orgulho! E todo mundo tem esse orgulho. Eu trabalho na ASMARE, né? É a firma nossa!” (D. Geralda – sócia fundadora da ASMARE – citada em FREITAS, 2005)

O galpão é o certificado de uma existência social que legitima o direito ao trabalho e confere aos catadores uma identidade valorizada. Ser identificada enquanto trabalhadora é uma espécie de escudo contra a violência policial, “justificada” pela condição de marginalidade<sup>17</sup>.

Os conflitos com o poder público e com o setor privado impulsionaram esses trabalhadores a um processo de articulação e de organização como afirmação da importância da sua atividade para as cidades e da identidade de trabalhador enquanto sujeito de direitos. Através da análise de depoimentos de catadores que participaram da fundação da ASMARE no final da década de 80, Freitas (2005) afirma que a construção da identidade de catador-trabalhador se fundamentou na construção coletiva da sociabilidade, desde que esses sujeitos passaram a ser mais fortemente pressionados contra o exercício da atividade de catação e começaram a dar passos pretendendo a criação de estratégias de reivindicação junto à prefeitura municipal. Nas palavras da autora,

“o campo do conflito é fertilizador de uma vivência profundamente significativa e decisiva para a construção de um novo modo de ser desta categoria de trabalhadores urbanos. O lugar do sentimento de revolta, de medo

---

<sup>17</sup> Aqui, queremos marcar a condição das mulheres no trabalho, para quem o galpão parece ter uma importância ainda maior, dadas as especificidades das condições de violência contra a mulher vivenciadas na rua. Os dados comparativos do percentual de mulheres no trabalho de catação mostram que elas são muito mais numerosas nos empreendimentos do que na catação autônoma, realizada na rua. E vale ainda destacar a expressividade da sua participação no movimento social dos catadores, sobretudo nas ações que envolvem o aspecto de liderança.

e de inferioridade, resultante das humilhações e injustiças presentes nas ruas de Belo Horizonte, e encarnadas nas vidas destes trabalhadores, até fins da década de 80, começa a transformar-se em espaço de gestação e de criação de sujeitos de direitos”. (Freitas, 2005)

A participação dos catadores nas atividades de formação do movimento social e nas atividades que se desenvolveram a partir disso, como seminários, passeatas, congressos, “viagens”, cursos, trouxe contribuições importantes para a formação desses trabalhadores. Essas atividades promoveram intercâmbio entre diferentes experiências e práticas profissionais, permitiram o desenvolvimento de sentimento de pertencimento a uma classe profissional, a discussão sobre direitos, conhecimento de mercado, estratégias de relacionamento com prefeituras, formas de operacionalização da coleta seletiva.

A prática de resistência e luta dos catadores possibilitou a afirmação do trabalho de catação como algo importante e útil socialmente e se constituiu como um dos aspectos fundamentais na construção de uma imagem valorizada pelos próprios trabalhadores e também pela sociedade.

O nome “trabalhador”, segundo Freitas (2005), foi a conquista mais desejada por esses sujeitos e o que mais os motivou no início de sua mobilização. Não ser reconhecido como um trabalhador é motivo de sofrimento e limita possibilidades de serem aceitos socialmente. Muitos catadores relatam situações em que foram “confundidos” com ladrões em função da sua aparência, durante o trabalho na rua e em locais onde são observados com desconfiança. Eles evitam certos lugares por causa desses constrangimentos. Face a essas experiências, compreende-se o valor que eles atribuem ao fato de terem sua profissão reconhecida como trabalho, usarem uniforme, crachá, serem abordados positivamente pela mídia, conquistarem

prêmios e serem recebidos por ocupantes de cargos de poder (prefeitos, governadores, diretores de empresas):

“Empresa que antes me escorraçava da porta deles, hoje me convida pra dar palestra lá”... (D. Geralda – catadora fundadora da ASMARE)

Na caracterização da “ralé brasileira”, Souza (2011) afirma que o trabalho é o principal signo distintivo, que marca a condição de não delinquência desses sujeitos. É uma espécie de *proteção moral a humilhações* como ser confundido com um ladrão ou com um mendigo, condições rechaçadas pela maioria dos catadores.

A aprendizagem de “novos conhecimentos” e valores, que compreendem questões relacionadas ao meio ambiente, aos materiais com os quais os catadores trabalham, a tecnologias, à saúde e cidadania é desenvolvida no trabalho cotidiano e, a partir dele, vai ganhando outras significações, por meio de espaços de reflexão, elaboração e reconhecimento.

“Antes eu só conhecia de lixo. Hoje eu conheço de meio ambiente, de vida e cidadania”.(D. Geralda em cerimônia na comemorativa dos 15 anos do MNCR na câmara de vereadores de Belo Horizonte – 13 de setembro de 2016)

O trabalho dos catadores, que inclui as lutas pelo seu reconhecimento, lhes possibilitou o acesso a diferentes contextos, antes vistos apenas “pela televisão”, que eles passaram a frequentar –assembléia legislativa, ministérios, prefeituras, bancos, emissoras de rádio e televisão, seminários e audiências públicas, cerimônias –, onde eles passam de um lugar de

“serviçais” para o de “servidos”<sup>18</sup> e com direito a voz. Essas vivências propiciam condições para compreensão do caráter histórico dos processos de organização da sociedade, que abre possibilidades para o questionamento de relações como subordinação, ao desvelar novas possibilidades, acessos e perspectivas, conforme podemos perceber no depoimento dos catadores.

“Eu nunca tinha viajado daqui... depois que a gente começou a se organizar eu já conheço uma porção de catadores... a cooperativa de Itaúna... aquele lugar lá... Betim... como é que chama?...o aterro sanitário... a associação de Belo Horizonte... todo ano a gente vai para Belo Horizonte no Festival pra lutar pelos nosso direitos... a gente aprende muito lá com eles como é que trabalha... discute pra saber o preço dos materiais...” (D. Iris – catadora de Rondônia)

“Depois que nós começou a organizar... vender os material... aí que nós começou a ganhar um tiquim mais... trabalhar mais limpo... foi que eu vi o tanto que nós era explorado...” (catador de Pará de Minas)

Wirth (2016) mostra que à medida que os catadores vão ocupando novos espaços, seja na cadeia produtiva da reciclagem, seja assumindo parte do serviço público de limpeza urbana, *eles* realizam novas experiências de trabalho. *É a reflexão sobre essas experiências, proporcionada pelo movimento*, afirma ela, *que aponta constantemente novas questões de luta*. Ao longo da história, especialmente a partir da sua organização enquanto classe de trabalhadores, marcada pela fundação do Movimento Nacional dos catadores, é possível perceber as mudanças ocorridas na forma e no conteúdo das reivindicações feitas pelos

---

<sup>18</sup>Ao relatar a experiência de participar da festa de premiação dos parceiros, realizada pelo Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, uma catadora de Rondônia diz: “*Lá, a pessoa [o garçon] chega para você e diz: ‘A senhora aceita?’*”

catadores. Os debates, inicialmente baseados em reivindicações de direito, acesso aos resíduos e melhores condições de trabalho, passaram ao questionamento das formas de gerenciamento público da limpeza urbana, à remuneração das cooperativas pelos serviços realizados, às rotas tecnológicas de tratamento de resíduos e seus impactos ambientais.

## CAPÍTULO 3

### A ATIVIDADE DE TRIAR MATERIAIS, A EXPERIÊNCIA E OS SABERES NA CATAÇÃO DE RESÍDUOS

#### 3.1 Atividade

As atividades humanas são, ao mesmo tempo, produção de si e do mundo, práticas sociais de construção e de transformação de um mundo comum, que põem em jogo suas razões e possibilidades de existir (Lhuillier, 2014). Elas são sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, que estabelecem um vaivém constante entre o micro do trabalho e o macro da vida social incorporada às normas. Vaivém que não deixa incólume nenhum dos dois níveis (Schwartz, 2011). O que quer dizer que a história da vida econômica, política, social não pode ser escrita sem um olhar sobre esses múltiplos vaivéns. Lhuillier (2014) afirma:

“O trabalho não é a parte maldita da atividade humana, oposta ao campo da política – que seria sua parte nobre – ou à contemplação, depurada das escórias da heterodeterminação. Nossa concepção do trabalho está fundada em uma questão mais vasta: a da ação do homem sobre seu ambiente, ação que põe em jogo suas razões e até suas possibilidades de existir. O trabalho *stricto sensu* não pode ser separado das demais atividades humanas, individuais, coletivas ou cívicas. Em outras palavras, tudo o que leva a desarticular o trabalho dessas atividades contribui para sua desumanização”. (p.6)”



A compreensão dos processos de subjetivação passa inevitavelmente pela atividade, que faz a conexão entre o sujeito e o coletivo ou social. É na atividade e pela atividade que o coletivo se constitui em cada sujeito e organiza o seu contato com o real (Clot, 2010).

A atividade se produz num sistema de interações entre indivíduo e ambiente, em que as estruturas internas dos atores envolvidos – sua constituição fisiológica, sua personalidade, sua competência, sua história no trabalho e fora dele (família, lazer, esporte) – e as estruturas do ambiente (incluído o social) se codeterminam. Ela pode ser caracterizada, ao mesmo tempo, como cognitiva, autônoma, encarnada, situada, individual e coletiva (ou social), cultivada e vivida (Theureau, 2016).

Dizemos que a atividade é cognitiva, porque envolve a constituição de determinados saberes. Autônoma, porque consiste numa dinâmica de interações assimétricas entre um ator e o seu ambiente (outros atores incluídos), isto é, de interações com o que, nesse ambiente, é selecionado como pertinente para a organização interna a cada momento do ator considerado. A atividade é encarnada, porque se realiza sempre num corpo e é impossível separar corpo e espírito. Ela é também situada dinamicamente num mundo onde existem outros atores, o que faz com que a atividade individual se torne individual-social e situada também numa cultura. Dizemos, por fim, que ela é vivida porque envolve uma noção de consciência necessária para sua compreensão (Theureau, 2016). Daniellou (2004) sintetiza:

“Em suas atividades, os homens ou as mulheres, no trabalho, tecem. A trama seriam os fios que os ligam a um processo técnico, a propriedades da matéria, a ferramentas ou a clientes, a políticas econômicas – eventualmente elaboradas em outro continente – a regras formais, ao controle de outras pessoas... No caso da urdidura, ei-la ligada à sua própria história, a seu corpo que aprende e que envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a diversos

grupos sociais que lhes ofereceram saberes, valores, regras com os quais compõem dia após dia; aos próximos também, fontes de energia e de preocupações; a projetos, desejos, angústias, sonhos”... (p.2).

### **3.2 Atividade de triagem e condições de trabalho**

A representação dos catadores associada ao objeto de trabalho se evidencia nas mudanças de sua nomeação ao longo da história: “papeleiro”, “garrafeiro”, “carroceiro”, “lixeiro”, “catador de papelão”, “catador de lixo”. Ela inclui termos estigmatizantes que expressavam a ideia que se tinha dessas pessoas como “maloqueiros”, “vagabundos”, “sujismundo”, “marginais”, “pivetes de rua”, “mendigos”... O nome “catador de materiais recicláveis” adotado pelo MNCR, conforme referimos, tornou-se frequente, desde o do I Congresso dos Catadores. As diversas mudanças na nomeação expressam alterações que ocorreram acerca do surgimento de novos tipos de resíduos que transformaram a atividade e os processos de subjetivação dos catadores. Assim, podemos afirmar que o processo de organização e valorização da catação – enquanto atividade produtiva – foi um processo de organização e valorização subjetiva desses trabalhadores a despeito das contradições envolvidas, uma vez que, ainda hoje, eles enfrentam inúmeros desafios.

Um dos aspectos do trabalho dos catadores diz respeito às más condições em que ele é realizado. Mesmo fora dos lixões, os recursos de que eles dispõem para a atividade (galpões, equipamentos, apoio técnico) são precários. Visto de longe, o trabalho de triagem parece simples, o que justificaria sua destinação a pessoas “sem qualificação” ou mesmo sua substituição por máquinas. Entretanto, sob a perspectiva da Atividade (Theureau, 2014; Schwartz 2011; Clot, 2010; Clot & Lhuillier, 2010; Daniellou, 2004), outros elementos se

apresentam e, como tentaremos mostrar, a atividade de triagem se revela como algo complexo, que requer um conjunto de competências que são desenvolvidas na prática.

O trabalho de separação dos recicláveis consiste em (re)estabelecer classificações para os diversos materiais descartados como lixo. Dizemos “estabelecer” e “reestabelecer” a fim de acentuar a característica dinâmica e situada da atividade de triagem. Não se trata apenas de separar materiais seguindo uma classificação preestabelecida – o que pode ser feito por uma máquina automática –, mas trata-se de categorizar, considerando critérios de utilidade (sujidade, reutilização, reciclabilidade) e econômicos (preço de mercado, custo da separação, valor relativo dos materiais), que podem variar no espaço e no tempo. Tudo isso se cristaliza, com maior ou menor complexidade, em cada gesto de triagem.

Os conflitos entre algumas triadoras, que atuam nas cooperativas e associações, mostram que a atividade dessas profissionais requer o desenvolvimento de diversas habilidades no nível das capacidades corporais, perceptivas ou sensoriais, motoras e psicossociais. E, dependendo das condições em que ela se realiza (disponibilidade de infraestrutura, grau de educação da população, exigências estabelecidas pela prefeitura, condições de mercado), essa atividade se torna ainda mais complexa.

Como atividade que agrega valor ao material coletado, a triagem pode ser entendida como o coração do processo de produção de recicláveis. No Brasil, ela é realizada manualmente, embora algumas iniciativas de centrais de triagem automatizadas comecem a surgir<sup>19</sup>. Sendo uma atividade predominantemente manual, a triagem é baseada na força de trabalho humano e é a etapa da cadeia produtiva que requer maior aproximação ou contato dos trabalhadores com os materiais. Essa etapa ocupa grande parte da mão de obra das

---

<sup>19</sup> São Paulo já tem a primeira central de triagem mecanizada de resíduos. (Para uma análise do processo, ver Souza, 2016).

cooperativas – em torno de 50%, dependendo do arranjo organizativo - e em sua maioria, ou quase totalidade, é realizada por mulheres. Por isso, utilizamos aqui a forma feminina para nos referirmos a estas trabalhadoras.

Os processos de triagem variam, em cada empreendimento, de acordo com os dispositivos técnicos disponíveis. Algumas cooperativas utilizam a esteira (figura 1), outras realizam a triagem no chão (figura 2), com o auxílio de *bags*<sup>20</sup> posicionados estrategicamente no chão, para receber os materiais separados. Outras utilizam mesas de triagem (figura 3), sobre as quais os materiais misturados são despejados, e as triadoras realizam a separação, depositando-os em contêineres ou *bags* dispostos, no chão, ao redor da mesa. Os silos também são usados por algumas cooperativas (figura 4). Trata-se de uma espécie de gaiola gigante, que recebe os materiais misturados e cuja abertura, na parte inferior das grades, forma uma espécie de mesa, que permite a retirada dos materiais à medida em que são separados em *bags*, dispostos no chão.



Figura 1a – Esteira de triagem de resíduos

---

<sup>20</sup> *Bags* são sacos que têm em torno de 1 m de diâmetro x 1,3m de altura.

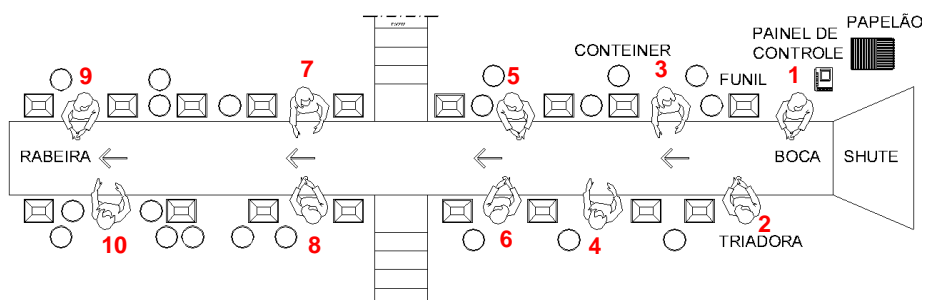


Figura 1b – Esteira de triagem – vista de cima

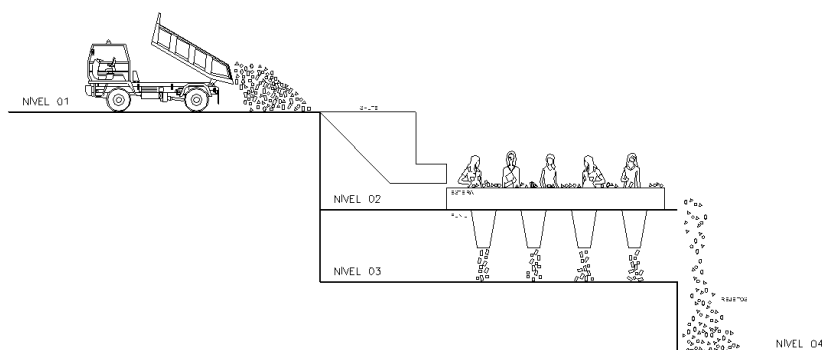


Figura 1c – Esteira de triagem – vista lateral



Figura 2- Triagem no chão



Figura 3 – Mesa de triagem



Figura 4 – Silo

As triadoras rasgam os sacos com as mãos ou, com a ajuda de uma faca, separam os objetos neles contidos, depositando-os nos compartimentos estabelecidos para cada material.

As mais experientes são capazes de identificar alguns conteúdos, antes mesmo da abertura dos sacos e, assim, conseguem antecipar movimentos, seja no sentido de se prevenirem de objetos perigosos ou contaminantes, abrindo o saco com mais atenção, ou rejeitando-o, seja no sentido de otimizar o processo de produção, despejando o conteúdo do saco num local específico a fim de que os objetos não se misturem ou não contaminem os demais se for o caso de matéria orgânica.

A chegada de materiais inapropriados aos galpões é um dos problemas enfrentados pelas triadoras. Ela acontece, em boa parte, devido à má separação na fonte, aquela realizada pela população no momento do descarte. Nem tudo o que é destinado às cooperativas é possível de ser comercializado. Além de objetos para os quais ainda não existe tecnologia de reciclagem ou viabilidade técnica e econômica de comercialização – por exemplo, alguns tipos de plásticos, alguns papéis, isopor –, encontram-se materiais orgânicos que, dependendo da quantidade ou do tempo de armazenamento, acabam por contaminar os recicláveis, ou provocar mau cheiro, atraindo animais como moscas, ratos, baratas, urubus. Objetos perfurocortantes sem embalagem adequada, assim como resíduos hospitalares – seringas, luvas usadas, curativos, bolsa de sangue – são encontrados entre os materiais. Não se podem desconsiderar também as embalagens de produtos tóxicos que chegam às cooperativas. A falta de condições adequadas para o armazenamento dos materiais nos galpões potencializa o problema, aumenta a penosidade do trabalho das triadoras e, conseqüentemente, a sua ineficiência.

Quando expostos à chuva, os materiais se tornam mais pesados, e sua triagem exige das trabalhadoras maior esforço de manipulação e maior número de gestos, para retirar a água acumulada nos objetos. A umidade também aumenta a contaminação dos materiais e, conseqüentemente, as perdas que fazem aumentar os gestos das triadoras – separar materiais que se tornaram rejeitos, escorrer água de objetos, colocar papel para secar. Quando estocados



em locais fechados, pouco ventilados, os gases emitidos ficam concentrados, o que aumenta o risco de combustão e o odor. Algumas triadoras chegam a se queixar de dores de cabeça. Outras sentem que a pele do rosto fica queimada e manchada pela exposição aos gases. A presença de vetores como insetos, ratos, urubus, sapos, atraídos pela matéria orgânica, aumenta os riscos de contaminação e os odores.

A triagem de alguns lotes é reconhecidamente mais penosa que a de outros. Os produtos oriundos de laticínios ou frigoríficos, por exemplo, costumam ter um cheiro desagradável e, dependendo das condições em que são armazenados, acumulam vermes, o que torna esse processo ainda mais difícil. Alguns odores se impregnam na pele e permanecem mesmo após o banho.

Esses problemas são também objeto de conflitos entre as cooperativas e a população do seu entorno. Por isso, elas geralmente são instaladas em regiões pouco nobres da cidade, longe do centro urbano. Tais conflitos aumentam as exigências da atividade dos catadores – intensificação do ritmo de trabalho no sentido de reduzir o estoque de materiais não triados, melhoria do aspectos visuais de organização –, evitando a hostilidade e as ameaças feitas pela vizinhança incomodada pelo mau cheiro, pela presença de bichos, pelo barulho, pela má aparência do espaço e das pessoas que circulam por ali.

### **3.3- Construindo a experiência**

A experiência prática dos catadores, sobretudo das triadoras, se apresenta como determinante para o funcionamento e a produtividade das cooperativas. Ela é que permite o desenvolvimento de habilidades e os modos operatórios necessários para responder às exigências da atividade.



As triadoras experientes conseguem reconhecer características específicas dos materiais de diferentes origens (bairros e empresas). Esse reconhecimento é feito pela identificação de determinados tipos de objetos e sua quantidade. Lotes, como os de bairros mais abastados, principalmente em períodos de final de ano, são aguardados com entusiasmo, enquanto outros são recebidos com certa rejeição, geralmente por conter quantidade maior de matéria orgânica. Quando estocados por muito tempo, eles acabam contaminados pela matéria orgânica, que entra em processo de decomposição, exala cheiro e atrai vetores.

A capacidade de reconhecer as características dos materiais presentes em cada lote, ou mesmo de prevê-las de acordo com o período do ano ou da semana, passa não só pela experiência de triar os materiais, como também pelo cheiro que permite identificar a presença de matéria orgânica e seu grau de decomposição. Tais competências são extremamente úteis à realização da atividade tendo em vista que lhes permite antecipar problemas, priorizando a triagem de lotes que contenham maior quantidade de matéria orgânica.

“Aquele material tem um segredo... Não pode deixar acumular... se acumular você não consegue mexer nele porque o cheiro fica insuportável, dá dor de cabeça... aí ninguém consegue mais” (triadora da ASMARE)

### **3.4 A aprendizagem dos sentidos**

A percepção do cheiro e do nojo é influenciada pela história sociocultural do sujeito, e, portanto, ela é também construída pelas experiências produzidas na atividade de trabalho. Trata-se de uma competência que permite aos trabalhadores desenvolver melhor o seu trabalho.

A atividade de triagem requer o uso dos vários sentidos. O reconhecimento de alguns materiais, como o copinho de PP<sup>21</sup> e PS, se faz pelo tato - o PP é mais resistente que o PS, outros, como alguns plásticos são identificados pelo barulho que produzem.

“Esse é PP e esse é PS... você pode ver aqui no fundo, mas demora... a gente também não enxerga... então tem que apertar assim oh... tá vendo? Esse é o PP”... (triadora )

“Esses aqui você tem que apertar para ver o barulho oh... escuta esse... é diferente” (triadora)

### ***Os odores***

Para se protegerem dos odores presentes em alguns materiais, as trabalhadoras se colocam em apneia, tampam o nariz, utilizam máscaras, luvas, capas de plástico, perfumes, na tentativa de cobrir o cheiro desagradável. Mas todos consideram que essas técnicas e proteções são pouco eficazes. De um lado, porque os cheiros são voláteis e se infiltram; por outro, porque são considerados como parte integrante da atividade profissional. Por isso, devem ser não apenas suportados, mas aceitos.

Alguns resíduos procedentes de frigoríficos, tais como embalagens plásticas de carne, são ironicamente chamados de “cheirosos” e, assim como aqueles de laticínios, são triados em sistema de rodízio em que duplas de trabalhadoras se revezam a cada dia. Embora em algumas situações os trabalhadores criem arranjos para se livrar da tarefa malcheirosa,

---

<sup>21</sup> Essas siglas se referem aos tipos de material de que são feitos os objetos.

trocando as tarefas ou mesmo pagando uma companheira para executá-la, o rodízio é uma regra da cooperativa, em que o coletivo entende que todos devem fazê-la.

Dependendo do tempo de estocagem e da temperatura do ambiente, o cheiro e a presença de vermes e moscas se intensificam. As triadoras tentam evitar que os materiais se acumulem, triando-os no mesmo dia em que chegam, mas admitem que, às vezes, postergam a tarefa por terem algum compromisso a que não querem comparecer “fedendo”. Relatam dificuldade para almoçar no dia em que triam o material fedorento. Além do mau cheiro que fica na pele e na roupa, a lembrança de alguns resíduos “atrapalha o apetite”. Por isso, almoçam antes da triagem, ou não almoçam. A mesma roupa, que geralmente é usada por vários dias, é trocada depois da triagem dos “cheirosos”, pois essa tarefa é a última a ser realizada no dia.

As triadoras dizem que, no início, o estômago chegava a embrulhar e o cheiro era muito forte. Depois, “se acostumaram”<sup>22</sup> e não sentiam mais o mau odor. O “esquecimento” desse mau odor pode ser explicado, em princípio, pelo fenômeno conhecido como fadiga olfatória (Almeida *et al*, 2008). Trata-se da saturação dos receptores olfativos devido à alta exposição a determinado elemento. Isso explica as razões pelas quais alguns familiares se queixam de sentir o mau cheiro, ao passo que eles mesmos – os trabalhadores –, não percebem. Em determinados contextos sociais, a insegurança e o constrangimento dos catadores se explica pelo fato de não conseguirem perceber se estão ou não com mau cheiro.

O conhecimento acerca da função e da importância do trabalho participa da percepção do cheiro e do nojo. Algumas triadoras afirmam que, à medida que foram aprendendo sobre o

---

<sup>22</sup> Souza & Mendes (2006) também identificam verbalizações como estas: (...) nos primeiros dias, você sente um pouquinho de nojo, mas com o tempo você vai indo, você vai se acostumando” – (p.32)

trabalho e conhecendo outras experiências, a percepção sobre o material foi mudando e o nojo, segundo elas, acabou<sup>23</sup>. A participação nas atividades políticas proporcionadas pelo MNCR e o INSEA contribuíram, segundo elas, para essa transformação, uma vez que as ajudaram a perceber o valor do seu trabalho e a se sentirem orgulhosas por isso. O depoimento de uma triadora expressa essa transformação.

“Quando eu cheguei [na associação] achei uma loucura... me colocaram no papel branco – para separar os coloridos do branco, que era o melhor material... mas eu achei horrível... Eu estava triando aqueles material devagarzinho ainda... e ainda achando que estava péssimo e aquele lixão lá na frente, falei meu Deus do céu... fedozão, falei’ Haaa... não vai vingar não, vocês tá é me enganando... aí depois eu fui para a esteira... as meninas falou ‘Você está indo bem... Você é rápida’ ... aí fui para a esteira e comecei a separar aqueles material lá..... falei ‘ah... bom... gostozinho...não é ruim não... acho até que eu peguei rápido... Peguei... era muito material... A gente não separava só papelão, ou só pet não... lá separava de tudo... aqueles tamborzinho, os bag... aí rapidinho eu peguei as manhas lá e gostei”... (triadora)

-“De que você gostou?” (Pesquisadora)

- “Uai... deixa eu ver... eu gostei de aprender que tem diferença de material, de preço... ah... sabe? Sei lá... gostei de ganhar o meu dinheiro, e gostei também... depois que o pessoal foi explicando... Porque que a gente fica separando isso

---

<sup>23</sup> Essas transformações no sentido de amenizar o incômodo em relação à sujeira parece acontecer também com os técnicos que acompanham o trabalho dos catadores. Os primeiros contatos com a realidade do trabalho e com o lixo costumam provocar desconforto que diminui com o decorrer da experiência.

aqui? Vai fazer o que com isso? ‘A gente vende... faz nosso salário... E também evita de estar sujando bueiro’... foi explicando as coisas... assim...pouco... pouco que a gente está reciclando aqui já ajuda o meio ambiente... Eu pensava ‘mas que carai de meio ambiente? Meio ambiente de quê?’ Eu não sabia... Não tinha noção disso não... Aí, de vez em quando, a gente ficava conversando na cozinha... o pessoal lá da Cataunidos<sup>24</sup> começou a frequentar lá... eu comecei a frequentar as reuniões... aí eu fui entendendo... Ah tá.. então meio ambiente quer dizer que é árvore, camada de ozônio.. aí eu falei ‘Ah...então o serviço não é só lucro... não é só dinheiro... a gente está ajudando também... então está muito bom... peguei gosto aí... agora em agosto vai fazer oito anos que eu estou aqui (...) **Hoje eu não acho que é mais uma bagunça... hoje eu já sei que cada material tem o seu lugar...** você sabe.. ali no chão é papelão, plástico, copinho, esses trem que é tudo junto você sabe que é um lixo... você sabe que aquilo ali tem um valor... copinho é ali... papelão é ali... plástico é do lado de cá... sabe que, depois que a gente recicla, tudo vai colocar nos bag... A gente sabe que é o dinheiro... não é lixo... é dinheiro...” (triadora de Betim).

-“E o mau cheiro que você sentia no início?” (pesquisadora)

- “Eu acho que eu acostumei... (risos) ou eu acostumei ou a gente acha que é cheiro... sei lá... cheiro agora de dinheiro... cheiro de felicidade... cheiro de pagamento das contas... você não vê mais o mau cheiro... você sabe que

---

<sup>24</sup> Cataunidos é uma rede de comercialização de recicláveis formada por nove cooperativas e associações de catadores da região metropolitana de Belo Horizonte. Seu processo de funcionamento inclui reuniões para discussão e planejamento das estratégias logísticas de comercialização que estão intrinsecamente associadas aos aspectos políticos presentes em toda a cadeia produtiva, como tentamos evidenciar ao longo do texto.

daquilo ali vai sair a sua sobrevivência... **Aqui a gente vem primeiro pela necessidade... mas você fica por amor...** apegar... sei lá... é tanto que você passa na rua... se você vê assim um negócio você fica com vontade pegar... uma latinha... um pet... você tem vontade pegá... isso tem um trem esquisito...”  
(triadora de Betim)

### ***O nojo***

“Primeiro eu sentia nojo, era muito difícil... Depois... quando eu fui entendendo melhor o trabalho e a importância do trabalho para o meio ambiente... para a cidade... eu fui perdendo o nojo” (triadora)

A relação das triadoras com o nojo também se transforma ao longo da experiência de trabalho. Ainda que afirmem que “perdem o nojo”, observamos que, ao apropriar-se do trabalho, através da experiência com o objeto e a participação no coletivo de trabalho, elas não só ampliam o sentido e a compreensão acerca dele como também percebem a sua função, a sua importância, os seus riscos. Desenvolvem estratégias que lhes permitem um certo distanciamento, ou separação em relação aos “objetos nojentos” ou malcheirosos. Por exemplo, trocam de roupa, deixam passar alguns objetos, escolhem, quando possível, o melhor momento de triar os lotes menos malcheirosos.

A apropriação do trabalho só pode acontecer com o tempo, com o desenvolvimento da experiência, e para isso é preciso “superar” as dificuldades iniciais. As estratégias, os modos operatórios e saberes produzidos pela atividade mostram que a positividade do trabalho dos catadores não é um simples processo ideológico, em que as mudanças seriam produzidas por fatores externos, decorrentes, por exemplo, da valorização das questões socioambientais. A

relação com o nojo passa também pela prática, que permite reduzir ou circunscrever os efeitos do mau cheiro. Este não deixa de existir, mas manifesta-se tanto quanto possível sob controle. Sabemos todos que o concreto é o inimigo da ideologia!

Os primeiros contatos com a matéria prima do trabalho, o lixo, são apresentados às triadoras como fundamentais à prática da triagem.

“A gente vê no início se a pessoa tem jeito ou não... Tem umas que demoram a pegar o jeito... mas tem umas que de cara a gente já sabe que não vai dar certo...” (triadora)

Há muitas pessoas que trabalham um dia na cooperativa e não voltam. As justificativas, quando apresentadas, são conhecidas pelos trabalhadores experientes.

“Elas falam que sentiu muita dor, ou que arrumou outro emprego, mas a gente sabe quando elas são nojentas... Não adianta insistir...Tem umas que passa mal... não dá conta” (triadora)

O nojo é um dos elementos determinantes para avaliação da candidata à vaga na cooperativa. Mesmo que ele seja, em certa medida, uma reação esperada, a posição da candidata frente aos objetos é atentamente observada pelas demais colegas. E não apenas as candidatas são avaliadas, mas os técnicos que se propõem a trabalhar com os catadores também o são.

As pessoas que permanecem na cooperativa são aquelas que conseguem passar pela experiência do nojo. Isso só é possível quando se experimenta efetivamente a atividade. Muitas pessoas são atraídas para trabalhar na cooperativa em função da renda, geralmente superior àquela que conseguiriam em outro emprego compatível com o seu nível de escolaridade.

Embora sejam rigorosas na avaliação das novatas, as triadoras experientes admitem que, quando começaram, também sentiam nojo. Muitas afirmam que permaneceram porque precisavam trabalhar e não tinham alternativas.

“No início, eu tinha receio de colocar a mão no lixo... Eu fiquei porque precisava trabalhar... Mas depois fui acostumando... Antes de vir trabalhar aqui eu não sabia desse negócio de coleta seletiva não... não sabia que existia esse negócio de separar... aprendi isso foi aqui... Eu descobri a associação porque eu estava precisando trabalhar e meu filho chegou em casa com um brinquedo e falou que ele tinha ganhado aqui... aí eu fiquei curiosa e vim aqui saber o que era e eles falaram que tava precisando de gente... aí eu vim...” (triadora)

### **3.5. Saberes olfativos**

Os “saberes olfativos”, uma vez desenvolvidos através da experiência de trabalho, resultam na diferenciação entre novatos e experientes. Eles são importantes em determinadas categorias profissionais e são formados, na situação de trabalho, pela “impregnação” (Candau & Jeanjean, 2006). Assim, é possível identificar um tipo de hierarquia olfativa específica de diferentes grupos profissionais, em que alguns odores são sentidos de forma mais “agressiva” que outros (Béguin, 1993 apud Candau & Jeanjean, 2006)). No caso dos catadores, a percepção do cheiro, assim como o nojo, vão sendo, aos poucos, aprimorados, de maneira que o desconforto do cheiro e mesmo o visual, inicialmente difíceis de nomear, vão ganhando forma, sentido e expressão.

Os trabalhadores, expostos frequentemente a substâncias que exalam cheiro, desenvolvem competências olfativas diferenciadas. Alguns grupos profissionais parecem desenvolver uma “cultura olfativa” própria, em que seus membros compartilham sensações e



representações de práticas olfativas, como mostram Candau e Jeanjean (2006) em pesquisas realizadas com agentes mortuários, enfermeiros e trabalhadores de esgotos.

Os agentes mortuários são capazes de identificar o corpo de um afogado, através do cheiro. Os enfermeiros percebem que o paciente com infecção intensa tem um cheiro diferente. Da mesma forma, os trabalhadores de esgoto são capazes de perceber a presença de determinados tipo de gases nas galerias subterrâneas através do olfato (Candau & Jeanjean, 2006). Essas percepções são competências extremamente importantes para a atividade, tanto no que se refere à produtividade, quanto à prevenção ou ao cuidado da saúde do trabalhador.

Nas galerias subterrâneas, onde eles atuam, existem gases mortais (CO<sub>2</sub> ou H<sub>2</sub>S) que, em alta concentração, atacam as células olfativas a ponto de não serem perceptíveis pelo olfato. A fraca concentração de H<sub>2</sub>S libera um cheiro conhecido como de ovo podre. Assim, diferentemente do que se poderia pensar, é justamente quando não há “mau cheiro” que se deve preocupar. Saber identificar determinados odores pode ajudar os trabalhadores a lidar com o risco, a antecipar problemas e a preservar a própria saúde.

Candau e Jeanjean (2006) mostram que esses trabalhadores se preocupam com o fato de não se incomodarem com o cheiro qualificado de “mau cheiro” por aqueles que não exercem sua atividade profissional. A hipótese de um sentimento “natural” de repulsão, do qual eles seriam privados, os conduzem a se interrogarem sobre sua própria constituição fisiológica. Alguns chegam a legitimar como natural sua competência profissional. *“Para trabalhar em esgoto, há aqueles que suportam o cheiro e outros que não suportam. É fisiológico. Há aqueles que ficam e outros que abandonam o trabalho no primeiro dia. A gente vê passar aqui pessoas que não ficam. Elas não conseguem suportar o cheiro”*. Outros consideram que a ausência de repulsão vem de um processo de acostumar-se. *“A pessoa que vai lá [no cheiro repugnante] sentir a primeira vez, é certo, isso vai ser repugnante. É difícil*

(...) não é tanto o que a gente vê que incomoda, é mais o cheiro pela primeira vez. Depois a gente se habitua. Depois, quando você está habituado você não sente mais o cheiro” (Candau & Jeanjean, 2006).

Ao mesmo tempo que se deve “acostumar” com o nojo, é preciso cuidar para não extingui-lo totalmente. O nojo serve também como indicador de sanidade, como revelam os trabalhadores de esgoto estudados por Jeanjean (2011). Eles afirmam que *aqueles que não têm absolutamente nenhum nojo, que gostam, por exemplo, do cocô, pegam sem luvas e é provável que nem lave as mãos depois, “são loucos”*. E para trabalhar nestes locais é preciso ter a cabeça boa. Por isso, dizem que é preciso encontrar um equilíbrio delicado entre o “suportar” e “não ser pego”<sup>25</sup>. Outros trabalhadores estudados pelo mesmo autor dizem se testar, ou testar sua saúde mental, através dos seus sentimentos ou da ausência deles diante de um crânio rachado. Eles temem “ficar loucos” e, por isso, se asseguram de experimentar o nojo algumas vezes por acreditar que isso é sinal de sanidade (Jeanjean, 2011). Temem, igualmente, se tornar insensíveis. Os ritos de iniciação ao quais os novatos, nesses trabalhos, são submetidos funcionam de maneira parecida. Mas de forma comedida, na tentativa de que eles desenvolvam coragem e habilidades necessárias para dominar os riscos (Jeanjean, 2011).

---

<sup>25</sup> No trabalho dos catadores, o limiar entre a loucura e a saúde mental se apresenta também na expressão “se jogar no lixo”. Não se trata de “se jogar” simplesmente, mas de se jogar sem a ele se misturar. Diz-se que, no início do processo de organização, os catadores se encontravam “misturados ao lixo”. Aqueles que vivenciaram esse período se recordam das situações de violência entre os catadores que aconteciam com muita frequência nos locais de trabalho, que serviam de moradia. Os profissionais que assessoraram esses grupos nas fases iniciais do seu processo de organização destacam as situações de violência contra mulheres e homossexuais e a baixa estima que caracterizava fortemente esses trabalhadores.

### 3.6 Dificuldades de um trabalhador iniciante e a “pressão psicológica”

Os catadores afirmam existir, na cooperativa, o que eles nomeiam de “pressão psicológica”, exercida pelo conjunto dos cooperados, mas que nem todos conseguem suportar. Uma diretora afirma que *“aqueles que abaixa a cabeça para tudo, aceita tudo, não ficam. Eles não dão conta”*. Ela afirma ainda: *“Como todo mundo é dono, tem que saber falar”*.

A expressão “pressão psicológica” se apresenta à pesquisadora quando duas mulheres, depois terem trabalhado cerca de três ou quatro meses na triagem, solicitam o desligamento da cooperativa alegando não terem suportado a “pressão psicológica”. As solicitações acontecem em dois momentos distintos, num espaço de duas semanas entre uma e outra.

Seus depoimentos oferecem elementos de análise, através dos quais buscamos compreender as razões que as levaram ao deixar a cooperativa. Ao explicitar as questões envolvidas na “pressão psicológica” vivenciada pela trabalhadora, alguns elementos da atividade de triagem na cooperativa vão sendo revelados. Isso nos permite conhecer um pouco das exigências vivenciadas pelas trabalhadoras.

Os critérios para admissão de um cooperado e sua permanência na cooperativa requerem um movimento que integra um conjunto de elementos presentes na atividade das triadoras, que envolvem aspectos sociais, psicológicos, físicos e de produtividade. Mesmo que um trabalhador tenha sido admitido oficialmente como cooperado, isso não significa necessariamente que ele pertença ao grupo ou que ele seja reconhecido como alguém “do ramo”.

A análise do ciclo de integração de um novato ao contexto profissional, apresentada por Clot (2010), identifica quatro instâncias de desenvolvimento do ofício: impessoal, interpessoal, transpessoal e pessoal. Ela nos ajuda a compreender o processo vivenciado pelas triadoras novatas em seus movimentos de apropriação do ofício, que tem um efeito importante

sobre a saúde dos profissionais envolvidos uma vez que lhes possibilita reconhecer-se na sua atividade, nos resultados obtidos e no trabalho realizado.

Segundo Clot (2010), ao iniciar-se numa situação de trabalho sem conhecê-la previamente, um novato utiliza-se da prescrição como o único recurso para conseguir fazer o que deve ser feito. A prescrição situa-se no impessoal da tarefa e se trata de algo precioso para o desenvolvimento da atividade. Mas, ao se deparar com as dificuldades impostas pelo real – sabemos bem que o meio é infiel – um conjunto de atividades pessoais se apresenta, inaugurando um conflito com a prescrição. O novato tenta imitar os mais experientes, utilizando-se de “atalhos profissionais”, mas logo percebe que não funciona. O que ele vê do exterior e tenta imitar, limita-se a automatismos observáveis. As particularidades dessas ações são invisíveis uma vez que se trata de problemas já “resolvidos” pelos experientes. Em meio a esse conflito, o novato busca recursos interpessoais do ofício para tentar resolver seu enigma. Ele investiga seus pares, compara a atividade de uns e de outros, começa a identificar as especificidades de cada um e a descobrir o que lhes é comum e o que lhe serve de referência. Ele se beneficia da troca e do diálogo com os experientes, especialmente quando estes falam entre si, sobre os “previsíveis genéricos da atividade” que lhes permitem livrar-se da situação diante do imprevisível.

Interpessoal, o ofício se abre ao transpessoal e o gênero da atividade que inicialmente era obstáculo invisível, torna-se matéria de reflexão para o novato: ele começa, no melhor dos casos, a reconhecer-se em algo que ele torna cada vez mais independente de cada um dos colegas.(...) Apropria-se dele, toma sua posse, ao mesmo tempo, avaliando que nunca será seu proprietário. E, finalmente, esse ofício transpessoal, objeto de investigação e de pesquisa, transforma-se em meio de agir no real, em instrumento de ação (Clot, 2010, p.296).

Contudo, as dificuldades permanecem uma vez que os objetivos prescritos pela tarefa e aqueles reinventados pela atividade coletiva, prática, inauguram um outro conflito. É preciso *manipular com destreza, experimentar, comparar*. A vivência desse conflito e a elaboração ou a “digestão” da prescrição permitem a transformação do novato em um trabalhador experiente, capaz de assumir certas liberdades com a tarefa e com o gênero profissional, porque ele domina os dois. *Paradoxalmente, a atividade profissional é, enfim, pessoal, o que não era no começo. Ele acabou por fazer seu o ofício impessoal e transpessoal, graças aos recursos interpessoais do coletivo*. Assim, ele é capaz de assumir pessoalmente o dever do ofício. Agora, ele “é do ramo” (Clot, 2010).

O processo de admissão de novos cooperados envolve um período de teste que dura cerca de três ou quatro meses. Durante esse período, o trabalhador é avaliado pelos seus pares, junto com a diretoria e não pode faltar ao trabalho. Ele participa da distribuição dos rendimentos<sup>26</sup> da mesma forma que os cooperados. Após o período de teste, sua admissão é votada pela assembleia que decide pela aprovação ou não do trabalhador como membro integrante da cooperativa.

As duas ex-triadoras que solicitaram o desligamento, conforme dito anteriormente, permaneceram na cooperativa por mais de três meses. Uma delas já havia sido aprovada pela assembleia, e a outra teria sua condição votada na semana seguinte, mas a diretoria e as

---

<sup>26</sup> Os rendimentos aqui não incluem o valor referente à bolsa-reciclagem, – benefício que, como explicamos, é pago pelo governo de Minas às cooperativas de catadores, pelos “custos evitados” de aterramento de lixo. O valor da bolsa recebida por cada cooperativa é proporcionalmente à quantidade de material comercializada trimestralmente (embora normalmente atrase). Quanto à distribuição aos cooperados, a assembleia decidiu que só devem receber a bolsa-reciclagem aqueles que participaram da produção referente ao trimestre em questão e que estão vinculados à cooperativa, seja como cooperado formal, seja em teste, até a data do seu pagamento. Isto é, os trabalhadores que se desligam da cooperativa antes do pagamento da bolsa pelo Estado, seja por reprovação da assembleia seja por opção própria, perdem o direito de receber a bolsa-reciclagem, mesmo que tenham participado da produção.

demais colegas já haviam antecipado que ela seria aprovada. Em entrevista, as triadoras se queixam de dificuldades em relação ao grupo de trabalho. Embora elas tenham conseguido desenvolver suas tarefas, atendendo às exigências da cooperativa, elas se sentiam insatisfeitas e excluídas do coletivo de trabalho.

“Depois que mudou a diretoria ficou bem mais assim, né? (...) Ficou mais cobrança! Teve uma mudança! Ficou cobrando mais: ‘Pega mais plástico!’ (...) e depois teve a queda do pagamento”... (ex-triadora)

O aumento do preço do plástico no mercado coincidiu com a troca da diretoria e poder ter contribuído para o aumento da cobrança, conforme denuncia a ex-triadora – “*pega mais plástico!*”. A queda no valor do pagamento se deveu a uma decisão tomada em assembleia, na qual a triadora, naquela época, ainda não tinha direito a voto, porque estava em fase de teste. A assembleia decidiu pela redução das retiradas de todos os cooperados durante três meses, com a finalidade de constituir um capital de giro da cooperativa, e, desta forma, evitar a prática de “adiantamento de pagamento” junto aos compradores, o que vinha acontecendo já há algum tempo e que prejudicava a capacidade de negociação da cooperativa.

Esse conjunto de fatores parece ter contribuído com o sentimento de “pressão” vivenciado pela trabalhadora que, estando na cooperativa há pouco mais de dois meses, ao que parece, ainda não dispunha de recursos suficientes para compreender esta situação. – “*Como é possível aumentar a cobrança e diminuir o pagamento?*” – Aqui, temos um exemplo da importância da articulação do nível político e estratégico com o da atividade. Sem compreender as razões históricas e econômicas que levaram a cooperativa a reduzir as retiradas, a triadora hostiliza a diretoria e percebe como injustas as relações de trabalho.

A ansiedade decorrente do julgamento dos colegas no período de experiência, associada ao esforço de dominar os gestos e atender às demais exigências do trabalho, explica parte da sobrecarga vivenciada pelas triadoras novatas.

“Então é assim... os novatos têm que trabalhar para os que trabalham há mais tempo porque tem esse trem de... de votar né, como que fala? Quando você entra... aí passa um tempo e tem que ver... todo mundo tem que ver se você entra... se você fica... né! (...) avaliação acaba que... porque o que acontece... você morre de trabalhar e as pessoas que já estão lá há mais tempo... fica só no bem bão... Por isso que não para ninguém... Por que cobra... cobra... cobra de quem chegou... E as pessoas que já estão lá você vê que não faz nada. (...) O que não fica gente ali é isso... porque você não dá conta de passar pela pressão das pessoas que estão lá” (...) (triadora egressa)

A trabalhadora sente que seu esforço é maior que o das demais triadoras, experientes, e que estas não o reconhecem, e deixa claro a “pressão”, ou opressão, imposta pela condição de julgamento dos demais trabalhadores, que, na visão da novata, parecem não reconhecer seu esforço.

...” o último dia que eu trabalhei... que eu desanimei... eu falei ‘eu não piso aqui mais’... Foi no sábado... A gente foi passar compras... Aqueles bag de pet, que fica lá em cima... Ai estavam eu e a D. Ana [também novata] no PET... É umas compras que vêm da rua, uns bag que vêm cheio de líquido e você faz a separação... aí tava eu e a D. Ana no PET... e estava a Denise e a Elma na boca... E é assim, quando era qualquer um de lá que trabalhava no PET... é assim... chega uma quantidade de PET... aí você pede ‘para’... ou ‘vai’..., né! Assim... a pessoa que está lá... pergunta pra D. Ana... Elas ia rodando e pronto

assim... Do jeito que elas achava que elas queriam... Tipo... o que me deu a entender... é que eu e a D. Ana não era nada ali... Porque a obrigação não... o que a gente via lá... é... todo mundo falava: ‘Vem!’... ‘Pára!’... não... elas não perguntava... se ela via o tanto de PET no nosso rumo... ela já tocava a esteira por conta própria... ai eu ainda comentei com a senhora... não foi D. Ana!? “olha para você ver... eu estou sentindo que estava sozinha.. que estava só nós duas na esteira... Por que no fim... parecia que ficava só eu e a D. Ana trabalhando... as outras tudo ficava assim em si... mas a gente é a mesma coisa que não tivesse ali na esteira.” (triadora egressa)

A falta de reconhecimento das demais colegas (*Eu e a D. Ana não era nada ali*), assim como a sensação de que “estava sozinha” pareceram insuportável à trabalhadora que decidiu deixar a cooperativa, argumentando não suportar tanta “pressão psicológica”. Sobre a decisão de parar ou não a esteira, a controladora do painel, mencionada pela ex-triadora, não foi entrevistada, portanto não podemos avaliar essa situação específica. Sabemos, no entanto, que o julgamento e a decisão de parar ou não a esteira, quando solicitado, envolvem fatores que incluem a quantidade de pessoas trabalhando naquele momento, a quantidade de material sendo processado e, especialmente, a “pressão” para reduzir o estoque de material ainda não triado. Isso implica desocupar o pátio, evitando cobranças da prefeitura e indisposições com a vizinhança, uma vez que o acúmulo de material aumenta a quantidade de vetores como urubus, ratos, baratas e também o mau cheiro. Estes são alguns dos fatores que justificam, muitas vezes, a perda de material que passa pela esteira, sem que seja aproveitado e acaba sendo contabilizado e aterrado como rejeito, mesmo que não o seja. As triadoras mais experientes sabem que “*quando a esteira tá arroiada,*” é aceitável passar mais material e que não se deve “mandar parar” muitas vezes para não atrapalhar o processo como um todo.



A habilidade para solicitar, no momento certo, a parada da esteira, ou decidir o que pode ou não “deixar passar”, é desenvolvida na história de trabalho com o grupo e requer o conhecimento do seu coletivo de trabalho. A construção desse processo envolve uma espécie de ‘equalização’ de olhares, ou afinidades.

(...) “depois que eu cheguei lá.. o que eu achei que ia ser difícil, pra mim foi o fácil que foi mexer no lixo porque eu pensei.. mexer com lixo... aquela porcariada...porque vai fralda, e tudo quanto é coisa... Mas mexer com lixo não é o problema lá... o problema lá realmente é as pessoas mesmo... Sabe, porque eles humilha a gente... É tipo assim...parece que lá cê tá num lugar que é o melhor... eles se põe que é o melhor lugar do mundo”...(ex-triadora)

A triadora explicita um aspecto importante do desenvolvimento da atividade que diz respeito às condições para o trabalho coletivo ou à necessidade de relacionar-se com as demais colegas. Além da relação de poder, ou da humilhação, percebida pela triadora, revela-se uma contradição entre o seu ponto de vista – “*mexer com lixo, aquela porcariada*” – e o que entende ser o da cooperativa “*estar num lugar que é o melhor do mundo*”.

As diretoras afirmam que “para trabalhar na cooperativa tem que ter pensamento forte para aguentar a pressão psicológica”. E explicam:

“na cooperativa todo mundo fala da vida de todo mundo e, se você for dar ouvido pra tudo o que falam de você, você não fica. Então você tem que aprender a entrar por um ouvido e sair pelo outro...” (diretora)

A ex-triadora parece perceber a “humilhação” exercida sobre as novatas, como algo intencional, ou quase como uma prova: “*Elas trabalham o psicológico da gente!*” *Aquele trem (...) arruma aquelas conversa boba, atravessada...*” (triadora egressa)

Uma das condições de “sobrevivência” na cooperativa, segundo as triadoras, está relacionada à competência de selecionar, não apenas os materiais, mas “o que escutar” e “o que falar”. Essas competências, como sabemos, são adquiridas na prática social, junto a um grupo específico. Explica uma diretora:

“Na cooperativa todo mundo é dono... Então você não pode ser daqueles que abaixa a cabeça pra tudo... não fala nada... aceita tudo... esses não ficam... Eles não dá conta... E aqui... é difícil aguentar nós... porque nós fala mesmo... nós fala na cara... você pode gostar ou não”... (diretora)

A capacidade de negociação, o “aprender a falar”, é um aspecto importante no trabalho das triadoras e se desenvolve na prática. A ideia de que “todos são donos” remete, mais uma vez, à noção de um coletivo de trabalho, cujo pertencimento implica o acesso e à apropriação dos saberes, valores e das regras do grupo social.

### **3.7 - Pegar e deixar passar: conflitos da triagem na esteira**

Uma triadora relata seu constrangimento quando, ao parar a esteira para faxina, como acontece sempre ao final de cada turno, outra triadora teria jogado uma “bombona<sup>27</sup>” de plástico em direção a ela, de forma grosseira, quase acertando seu rosto. Ela disse que havia pensado em deixar a cooperativa naquele dia, mas recobrou a calma e se manteve calada.

A parada da esteira para a faxina acontece sempre ao final de cada turno. A esteira é esvaziada, e os materiais que requerem uma triagem fina são despejados sobre ela para que as triadoras os retriem. É o caso dos blocos de papel, livros e cadernos que devem ser

---

<sup>27</sup> *Bombona* é uma espécie de contêiner utilizado para colocar os materiais durante a triagem

desfolhados e também dos plásticos como PET e PP que devem ser separados por cor. Nesse momento, as triadoras que pegam os materiais que outras “deixaram passar” lançam as bombonas em direção às responsáveis para que estas os depositem nos funis adequados. Acontece, às vezes, de alguma triadora jogar o material em direção à outra, que “deixou passar”, quando a esteira ainda está em movimento, ao invés de mantê-lo numa bombona, até o final do turno. Segundo elas, isso é feito quando veem que a outra consegue pegar ou para que a outra fique “esperta”.

Se bem que esse seja um procedimento cotidiano, a ex-triadora novata afirma ter se sentido ofendida pela forma grosseira como a colega procedeu. As triadoras mais experientes também admitem sentir-se constrangidas quando alguém lhes entrega os materiais que elas “deixaram passar”, mas todas sabem que “um pouco sempre passa”, “é impossível pegar tudo”. De qualquer forma, esse momento é constrangedor porque “todo mundo vê o que você deixou passar”.

“Igual, no plástico, até umas três ou quatro bombonas, dependendo do dia, é normal passar... mais que isso... você já fica com vergonha... o povo já te olha torto... a gente sabe...!” (triadora experiente).

No momento da “faxina”, não somente a produtividade individual da triadora fica exposta, mas também a da dupla. Uma vez que o trabalho na esteira é organizado em duplas, que se encarregam dos mesmos tipos de materiais, as triadoras desenvolvem preferências ou afinidades para trabalhar com umas e não com outras. No caso das triadoras novatas, o incômodo de trabalhar com parceiras pouco produtivas parece ainda maior, porque a responsabilidade pelo material que passa é atribuída, geralmente às novatas.

A exigência do trabalho coletivo se evidencia, por exemplo, no esforço das triadoras novatas se ajustarem ao modo operatório de cada grupo e das parceiras de trabalho.

Cada dupla é responsável por catar determinados tipos de materiais que passam na esteira, mas, como as posições são obrigatoriamente rotativas, não se pode escolher o que ela vai catar. Embora muitas façam trocas e arranjos a fim de trabalharem nas posições desejadas, ou com parceiras com quem têm mais afinidade, as duplas se formam de maneira aleatória.

Elas se ligam por afinidade. “Umas são mais caladas, outras gostam de conversar mais”, “tem certos assuntos que você conversa mais com umas do que com outras”. Algumas preferem pessoas “mais calmas”, mas que “trabalham de verdade, não as que ficam enrolando, saindo toda hora para ir ao banheiro, deixando passar...” Outras, sobretudo as novatas, se queixam daquelas que trabalham muito rápido e dizem que elas são desesperadas e deixam a parceira apavorada.

“A M, nossa! Aquela mulher é uma máquina! Ela chega assim e vai triando numa rapidez, parece que ela nem olha... A gente fica até com vergonha...” – (triadora novata)]

“Aqui ninguém gosta de trabalhar com a M. porque ela é desesperada, ela apavora a gente” (catadora experiente)

Há ainda as que se queixam daquelas que puxam o material para trás, formando montes e “buracos” na esteira, que atrapalham o desenvolvimento do trabalho das demais.

Quando não conseguem pegar todos os materiais, algumas trabalhadoras os puxam para traz, num gesto com o braço, contra o movimento da esteira, impedindo que eles passem. Assim, elas ganham tempo para pegá-los, sem que seja necessário solicitar a parada da esteira. Essa estratégia, porém, tende a impedir a passagem de outros materiais que deverão ser pegos por outras triadoras, posicionadas adiante. Os “buracos” na esteira são contraprodutivos, e os montes dificultam a visibilidade dos materiais que ficam amontoados, perturbando o trabalho da parceira posicionada à frente. Evidencia-se, aqui, uma característica fundamental da

atividade que diz respeito a um debate sobre valores. Este debate é, mesmo tempo, consigo mesmo e de ordem social, ou seja, diz respeito ao “bem viver juntos” (Schwartz, 2007 p.45). O debate consigo mesmo está ligado à economia ou à racionalidade do corpo como economizar-se, economizar a fadiga, manter os ritmos e as cadências. O de ordem social atua como um acordeão permanente entre o global e o microscópico. A preocupação em não atrapalhar o trabalho da vizinha faz parte dos valores do “viver juntos”, como afirma Schwartz (2007):

“Se eu creio que devo lutar, mesmo no infinitamente pequeno, nas minúcias, para tornar vivível a vida da minha vizinha, é porque eu acredito em algo como o viver juntos e porque a política para mim tem um certo valor, desde quando isto tenha um valor no nível microscópico. Mas existem também situações em que pode haver crises, conflitos. Em que, ao contrário, eu não me coloco esta questão, eu não coloco este valor em jogo. Eu sustento o valor inverso porque minha situação é já tão penosa para viver que eu não quero saber o que se passa ao lado, ou então, porque eu estou em conflito com os outros” (p.45)

A solicitação de parada da esteira pode ser uma alternativa ao gesto de empurrar para trás, conforme se disse anteriormente, mas, quando ela se torna recorrente, pode comprometer a produtividade de toda a equipe. Além disso, dependendo das condições em que o trabalho é desenvolvido – se a esteira estiver completa, se a quantidade de material na esteira estiver dentro do previsto – uma pessoa, que solicita a parada frequentemente, pode ser vista como “mole”, e ser acusada de atrapalhar o processo do grupo.

Ainda que existam modos operatórios distintos, assim como valores individuais relacionados à atividade das triadoras, o grupo constrói acordos comuns para estabelecer julgamento acerca do grau de exigência da separação, do que se pode ou não “deixar passar”,

da velocidade da esteira, das solicitações de paradas da esteira. Tais julgamentos se realizam a partir de uma complexidade de elementos. Tais elementos envolvem a avaliação da quantidade de material em estoque naquele dia, das exigências da prefeitura ou da vizinhança relativas ao acúmulo de material, da previsão do tempo – que interfere na possibilidade de perda do material –, da situação econômica da cooperativa, das características do grupo de triadora. Se, por exemplo, naquele grupo existem pessoas alérgicas, é aceitável “deixar passar” um lote de material que contém muita poeira.

Depois de um tempo de experiência, as triadoras reconhecem os modos operatórios umas das outras, o que permite que ajustes sejam feitos entre elas. Isso permite, também, como dissemos, o desenvolvimento de relações de afinidades dentro do mesmo grupo, o afeto, a confiança e as trocas de experiência sobre o trabalho e que vão além dele. Portanto, muitas triadoras não gostam de “mudar de turma”. A avaliação acerca dos resultados do trabalho, ou os critérios de um “*trabalho bem feito*”, são estabelecidos pelo coletivo, que integra valores e regras do ofício, produzidas ao longo da história.

A dificuldade de “ser treinada numa turma e trabalhar em outra”, aponta a importância da interação entre os pares ou da afinidade do coletivo como um todo para a realização da atividade. O relato de uma triadora novata ilustra essa dificuldade de regulação ou de estabelecer uma “afinidade” com o modo operatório de uma determinada parceira experiente:

“(...) eu estava trabalhando com uma menina lá e não gostei não... ela ficava falando na minha cabeça: ‘não, não pode deixar passar nada porque ta ta ta ta...’ aí uma hora ela gritou ‘Pára, pára, pára, pára’... eu achei que ela tinha cortado alguma coisa...aí ela falou: ‘Ah, é uma garrafa aí do seu lado’... eu falei... ‘Jesus Sacramentado! Haja cabeça’... então isso vai te torturando... e ela vap vap vap...batia trem na minha cara...e eu pensei ‘minhas vistas... meus

olhos... essa menina vai machucar meu olho hoje’... uma coisa me contando ‘essa menina vai machucar seu olho’... Bateu um negócio assim no meu olho... ai eu custei a tirar... um negocinho que ficou dentro e eu com um olho só... Desci da esteira... catei a minha bolsa e falei: ‘vou embora’... atravessei a esteira quase rodando... fui lá pra cima....tem umas que são brutas, elas recolhe coisa é jogando... aí você toma trenhada na cara...uai, você não pode trabalhar assim não, menina... batendo coisa... você tem que pensar nas vistas... nossa senhora... num desespero... uma falação na esteira... Parece que a criatura tem problema”... (triadora egressa)

Esses conflitos são reveladores da existência de um *gênero profissional* (Clot, 2014; 2010; 2006), ou de “regras do ofício” (Cru & Dejours 1987), que podem ser entendidas como uma espécie de “memória social” ou “estoque de disponibilização de atos”, que funciona como um instrumento coletivo de transformação do trabalho. Nas palavras de Clot (2014), o gênero profissional é a parte subentendida da atividade, o que os trabalhadores de um dado meio veem e sabem, esperam e reconhecem, apreciam ou temem; o que lhes é comum e o que os une sob as reais condições de vida; o que eles sabem dever fazer graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário reespecificar a tarefa a cada vez que ela se apresenta. É como uma palavra-passe ou um atalho conhecido apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. (...) Entram na carne dos profissionais, pré organizam-lhes as operações e a conduta, estão de certo modo soldadas às coisas e aos fenômenos correspondentes. É por isso que não requerem formulações verbais específicas. O intercalar social do gênero é um corpo de avaliações comuns que regulam de forma tácita a atividade pessoal (p.96).

O gênero profissional da atividade é formado pela experiência que ultrapassa a história do próprio sujeito. Ele é transpessoal, como que um traço de união na intersecção do passado e do presente numa história de que ninguém é proprietário (Clot, 2014).

O acesso ao gênero profissional possibilita a compatibilização entre a produtividade, a qualidade e a segurança. Trata-se de um elemento fundamental à gestão do risco, uma vez que possibilita a construção dos “saberes de prudência”. Estes *se exercem em sistemas de autorregulação do coletivo de trabalho e de autorregulação dos ritmos e dos modos operatórios individuais* (Cru & Dejours 1987). São transmitidos no curso da história, de geração a geração, em função de sua eficácia, sem que seja necessário explicitar seu caráter de prudência.



## CAPÍTULO 4

### “TRABALHO SUJO” E “NEGATIVO PSICOSSOCIAL”

Em uma primeira aproximação, viver do lixo e trabalhar no lixo nos leva imediatamente a pensar em um trabalho “sujo”. O que parece ser senso comum, na verdade é uma noção importante, que traz uma perspectiva de análise do trabalho muito fecunda para nos ajudar na compreensão da atividade dos catadores em geral e das triadoras em particular. Cunhado por Everest Huges (1897-1983), na Escola de Chicago (1956/1996), o conceito de “trabalho sujo” nos propõe refletir sobre uma divisão moral e psicológica do trabalho, que separa as atividades valorizadas socialmente daquelas que são desqualificadas, delegadas, negadas, ocultadas ou socialmente rejeitadas. O “trabalho sujo” se refere às tarefas *“fisicamente nojentas ou simbolizam alguma coisa de degradante e humilhante”*. Ele pode também corresponder *“ao que vai de encontro às nossas concepções morais”*. Refere-se ao campo da sujeira e da transgressão (Huges, 1996)

Nosso interesse ao evocar essa noção, não é o de preestabelecer uma categoria ou muito menos um sentido *a priori* para o trabalho dos catadores, mas de explorar as possibilidades de análise sociológica que o conceito oferece especialmente na sua ênfase dos aspectos hierárquicos presentes na organização do *métier*. Entendemos que a perspectiva do “trabalho sujo” nos ajuda a refletir sobre o sistema social no qual a atividade se insere, sobre a forma como se constitui, ou se distribui o conjunto de tarefas no interior de uma mesma categoria profissional e também entre diferentes categorias e a hierarquia de valores associados a cada uma delas. Essa perspectiva também nos convoca a pensar a questão da organização do trabalho, não apenas como divisão social e técnica, como também moral. Dessa forma, ela nos permite explorar a experiência subjetiva daqueles que assumem tarefas da baixa escala de prestígio, e a quem o trabalho sujo ou uma parte dele foi delegado.

Segundo Hugues (1996), todo ofício, mesmo os de maior prestígio, comporta uma parte de “trabalho sujo”, ou seja, aquelas tarefas consideradas menos nobres ou desagradáveis. Tomando como exemplo o trabalho de um médico, cuja profissão é bastante valorizada culturalmente, podemos supor que a tarefa de informar o diagnóstico de uma doença grave a um paciente, dar a notícia da morte de alguém à família, ou tentar conter um paciente psiquiátrico pode ser considerada a parte “suja” do trabalho. Geralmente, essa parte “suja” é objeto de delegação.

Se, de um lado, a delegação do “trabalho sujo” se estabelece por meio de uma relação hierárquica que estrutura determinado ofício, definindo as esferas de poder e prestígio, por outro, podemos pensar no “trabalho sujo” como uma espécie de destinação construída historicamente pela sociedade de classes, pelos sistemas econômicos, pela desigualdade social. De fato, numa perspectiva histórica, observamos que determinados ofícios são reservados a uma classe social específica – pobres, negros, imigrantes. Há também aqueles atribuídos “às mulheres da ralé”, como o trabalho doméstico e a prostituição; e os que são comumente, ou majoritariamente, destinados aos “homens da ralé”, como o tráfico de drogas (Souza, 2008).

A condição de pobreza é um aspecto comum das populações que trabalham com os resíduos em diferentes países, quer se trate dos “intocáveis” na Índia, quer dos imigrantes na França, quer da *ralé brasileira* (Souza, 2008).

Na Índia, grande parte do recolhimento do lixo doméstico fica a cargo do setor informal, ou seja, são os catadores que organizam a coleta porta a porta, que, além de materiais recicláveis, inclui outros tipos de resíduos como os orgânicos. Nesse país, é impossível falar do fenômeno da catação sem se referenciar ao sistema de castas. Este é baseado na divisão das pessoas em grupos sociais nos quais os direitos econômicos, civis e

culturais de cada indivíduo são predeterminados pelo nascimento, conferindo um caráter de hereditariedade a essa divisão.

A maioria dos catadores (*wastepickers*) na Índia são recrutados das chamadas “*Sc-Scheduled castes*”, antigamente conhecidos como “os intocáveis”, ou “*dalits*”. As castas intocáveis eram as que se encarregavam dos trabalhos menos nobres. Seus integrantes não eram autorizados a viver dentro de cidades ou vilas, nem a andar nas ruas sem uma marca de identificação (Ramaswamy, 2005). O estigma parece ser ainda maior entre as mulheres, cuja presença é mais expressiva na atividade de catação, enquanto os homens aparecem mais frequentemente como compradores ambulantes de sucata, atividade que envolve o uso de capital e condições de trabalho relativamente melhores, além de um melhor *status*. Além disso, as mulheres *dalits* não são aceitas para o trabalho doméstico, o que limita as suas opções de trabalho. (Dias, 2009)

Na França, o sistema de reciclagem conta com centrais de triagem automatizadas, onde a separação dos resíduos é feita por máquinas sob a supervisão de trabalhadores. São imigrantes, em sua maioria, que trabalham nesses espaços. Nas periferias, encontram-se também muitos imigrantes que sobrevivem da catação e do aproveitamento de materiais.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Algumas iniciativas de organização social dessas pessoas têm sido promovidas, inspiradas inclusive nas experiências brasileiras. Uma parceria entre a ONG francesa *France Libertés Fondation Danielle Mitterrand* e o Movimento Nacional dos Catadores promoveu atividades de intercâmbio entre catadores brasileiros e franceses, com o objetivo de apoiar a organização social dos catadores franceses e fortalecer as articulações internacionais contra a incineração de resíduos. Em 2010, um grupo de catadores brasileiros esteve na França pela primeira vez. Visitou agrupamentos de catadores, conversou com trabalhadores e conheceu tecnologias de tratamento de lixo como a incineração. No ano seguinte, um grupo de catadores franceses visitou o Brasil.

#### 4.1 – “Trabalho sujo” e negativo psicossocial

A noção de “trabalho sujo” nos parece útil para explorar não apenas o que diz respeito aos processos de mobilidade profissional individual – acesso a um nível superior na hierarquia do trabalho –, mas também à experiência subjetiva daqueles que assumem tarefas da baixa escala de prestígio, aqueles a quem o “*trabalho sujo*” ou uma parte dele lhes foi delegada. Aqui, além dos catadores de materiais recicláveis, podemos pensar nos trabalhadores de saneamento de água e esgoto que têm a tarefa de fazer funcionar as instalações coletivas que produzem e canalizam o rejeito e nos trabalhadores de necropsia, de cemitérios, faxineiros, agentes penitenciários.

As tarefas desses trabalhadores se desenvolvem em zonas de fronteiras sociais que separam o sujo e o limpo, a vida e a morte, o “bom” e o “mau” e se constituem em transgredir separações socialmente estabelecidas como tocar excrementos, manipular e abrir cadáveres, aprisionar e coagir pessoas. Eles atuam na contracorrente da produção social, no sentido inverso do “processo civilizacional”, distanciando-se do que é estabelecido socialmente como “mais nobre”, ou “mais valorizado” e aproximando-se do “mais bruto” e selvagem. Por isso, são chamados de “trabalhadores do negativo” (Lhuillier, 2002).

O negativo é utilizado como metáfora para designar o inverso, o lado que é deixado à sombra<sup>29</sup>. A negatividade está associada à necessidade de o aparelho psíquico efetuar as operações *de rejeição, de negação, de recusa, de desmentido/retratação, de renúncia e de apagamento, a fim de preservar um interesse maior da organização psíquica do próprio sujeito ou dos sujeitos aos quais ele está ligado em um conjunto, por um interesse maior*. A negação compartilhada assegura a defesa do sujeito e o vínculo intersubjetivo, fundado sob a

---

<sup>29</sup> Pode-se melhor compreender a ideia de negativo, a partir do negativo de material fotográfico, onde se registra a imagem que dá origem à fotografia que é apresentada, geralmente colorida.

potência da ignorância que sela o *pacto denegativo*. Este se estabelece em espaços impedidos e tem a função de controlar, conter ou neutralizar aquilo a que é preciso renunciar para poder pertencer (Käes, 2005). Renuncia-se ao reconhecimento de uma parte de nossos desejos em benefício do desejo de reconhecimento, que nos impulsiona para a filiação e o respeito pelas regras de convivência (Enriquez, 1997). Algumas instituições têm a função de tratar esse negativo, como as funerárias, as prisões, as empresas de limpeza urbana, os manicômios e asilos. A morte, o crime, a sujeira e a loucura devem ser segregados, escondidos, negados.

Os trabalhadores do negativo se encarregam daquilo que é rejeitado e que deve, portanto, ser encoberto. Seu trabalho consiste na impossível tentativa de camuflar o real. Assim, a questão do sentido do trabalho e a busca pelo reconhecimento social das tarefas assumidas se colocam para esses trabalhadores de uma forma singular (Lhuillier, 2009). As organizações responsáveis por tratar os resíduos que constituem o negativo psicossocial lançam mão de denominações eufemizantes que fabricam uma representação do trabalho compatível com os processos de identificação (Lhuillier, 2009). Por exemplo: o resíduo substitui o lixo, a administração penitenciária se apresenta como se estivesse a serviço da segurança das pessoas e com o objetivo de ressocialização, os hospitais psiquiátricos se colocam como ruptura aos manicômios de antigamente, os asilos se travestem de casas de repouso ou mesmo de famílias substitutas, as agências funerárias oferecem serviços que condizem com o ideal de imortalidade.

Uma vez que o trabalho é um dos principais elementos da identidade social, que influencia o julgamento sobre si mesmo, os trabalhadores do negativo devem cuidar para diferenciar-se – ou não se contaminar – do seu objeto de trabalho que carrega o negativo, o sujo, a transgressão moral e a desvalorização (Lhuillier, 2009). A significação como valorização social das atividades desses trabalhadores deve ser elaborada no âmbito do coletivo de trabalho e das comunidades profissionais. *Nesse espaço se podem reconstruir os*

*sentidos do trabalho e a legitimação das práticas de cada um. É nele que se organizam as “tramas simbólicas” que permitem domesticar as ressonâncias fantasmáticas da confrontação com o “objeto” de trabalho – a doença, a morte, a velhice, a violência, o desvio, a invalidez, a perda, a falta.* (Lhuillier, 2009). Portanto, o sentido é constantemente reelaborado na intersubjetividade produzida por meio da atividade, a fim de se obter uma posição profissional assegurando limites e conteúdo. Essa construção intersubjetiva supõe a existência de um “espaço transicional” (Winnicott, 1971 *apud* Lhuillier 2009), em que as fronteiras do possível e do impossível, do aceitável e do inaceitável sobre o plano de valores morais são colocados em questão. Esses espaços são ainda importantes para a construção do reconhecimento social, pelo menos entre pares, e igualmente para o reconhecimento no trabalho realizado (Lhuillier, 2009).

#### **4.2. A visibilidade oculta**

Hughes buscou compreender a atividade como forma de realização de si e como processo identitário de um conjunto de relações dinâmicas com os outros. A construção de sentido do trabalho, segundo ele, implica não só aquele que o realiza, seus pares e outros profissionais, como também o sistema social no qual o trabalho em questão se inscreve, em especial o sistema de repartição de funções que contribuem para sua manutenção. No âmbito da análise, Hugues (1996) dá atenção às fronteiras que envolvem cada tarefa e que são lugares de uma necessária cooperação com outros postos. Como exemplo, ele afirma que *“não se pode descrever corretamente o trabalho do enfermeiro, sem levar em conta todas as modalidades de sua relação com o paciente”*, como os cuidadores, os técnicos e os médicos.

Se cada profissão constitui um conjunto de tarefas, é importante explorar o que forma a unidade do conjunto e a hierarquia de valores associados a cada um deles. Quais são as

tarefas consideradas agradáveis, gratificantes ou, ao contrário, servis, indignas, monótonas, “*que não exigem qualificação*”? Como essas tarefas são distribuídas no interior de uma mesma categoria profissional ou entre diferentes categorias? Num período de mudança, seja técnica, seja organizacional, novas tarefas tendem a surgir ou desaparecer, isto é, elas se redistribuem. O prestígio social, entendido em termos de reconhecimento, contribui com a divisão do alto e do baixo de uma escala não apenas técnica, mas também de valores do trabalho (Lhuillier, 2002), o que implica julgamentos em termos de valores e de prestígio. E todo discurso sobre o trabalho realizado comporta uma retórica de valorização de si e de distinção em relação ao trabalho vizinho (Lhuillier, 2002). Valorização e distinção que passam pela ocultação, rejeição, a delegação (ou a subversão) do “trabalho sujo”. Para Hugues (1951), a divisão do trabalho é mais uma questão de respeitabilidade e imagem de si que de competência e saber especializado. Logo, o estudo da organização do trabalho como divisão de tarefas e de homens, ou divisão técnica e social, deve incluir a divisão moral e psicológica do trabalho. Seguimos esse autor quanto à dimensão moral da divisão do trabalho, mas não quanto à dimensão do saber. Pelo menos no caso dos catadores, as competências no saber especializado constituem uma das bases objetivas para a subversão do “trabalho sujo” em um trabalho positivo.

O princípio que alimenta a noção de divisão moral do trabalho é aquele que o torna tolerável, valorizado para os próprios trabalhadores e para os outros (Lhuillier, 2002- p.79-80). Diferentes estratégias ou dispositivos sociopsicológicos podem ser utilizadas com o objetivo de neutralizar as tarefas consideradas menos gratificantes ou sem valor. Uma delas diz respeito às expressões eufemizantes, como foi dito anteriormente: referir-se a catadores como agentes ambientais, aos trabalhadores de esgoto como trabalhadores de serviço sanitário, aos faxineiros como agentes de serviços gerais. Outra estratégia é a implantação dos serviços em ambientes protegidos dos olhares mais nobres como é o caso das cooperativas de reciclagem,

dos cemitérios e dos presídios, localizados longe da região central. Podem ainda ser usados mecanismos tecnológicos que buscam amenizar a penosidade do trabalho, expulsando as tarefas mais ingratas. Exemplo disso é a tentativa de automatização da triagem de lixo e das atividades de limpeza urbana realizadas em países desenvolvidos, onde a desigualdade social é menor e o custo da mão de obra é alto.

A sujeira e o nojo são, geralmente, concebidos pelo conjunto dos atores sociais como natural e inexorável. Pouco se questiona sobre as razões pelas quais se classificam o lixo, por exemplo, como sujo ou nojento, ou por que alguns elementos são capazes de despertar nojo em algumas pessoas e não em outras. Compreender, portanto, as origens e os mecanismos que levam ao desenvolvimento dessas noções permitem-nos aproximar da atividade dos catadores. Os catadores não são trabalhadores aos quais foi atribuída uma tarefa suja, mas que construíram no lixo sua identidade, pois foi o que lhes “coube” como forma de sobreviver. Não se trata de um trabalho que preexistia e foi ocultado, mas de um trabalho que foi criado por eles próprios.

#### **4.3. A sujeira e o nojo**

A reflexão sobre a sujeira, segundo Douglas (2010), implica a reflexão sobre a relação do homem com a desordem, do ser ou não ser, da forma ou a falta de forma, da vida e da morte. A limpeza, por oposição, está associada à organização, à categorização e, portanto, à exclusão. A sujeira está envolvida num sistema, onde ela é o subproduto de uma ordenação ou classificação sistemática de coisas, ou seja, os elementos que não são adequados ao critério de ordenamento estabelecido é o que formam a sujeira, conforme explica Douglas (2010):

“Podemos reconhecer nas nossas próprias noções de sujeira que estamos usando uma série de *omnibus compendium* que inclui todos os elementos



rejeitados de sistemas ordenados. É uma ideia relativa. Sapatos não são em si sujos, mas é sujeira colocá-los na mesa da sala de jantar, comida não é sujeira em si, mas é sujeira deixar utensílios de cozinha no quarto, ou deixar comida salpicada na roupa; do mesmo modo, equipamento do banheiro na sala de visitas; roupa pendurada nas cadeiras; coisas que são para ser deixadas fora da casa dentro da casa; coisas do primeiro andar no térreo; roupa de baixo aparecendo, e assim por diante. Resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (p.51).

Por meio desses exemplos, Douglas (2010) evidencia o caráter relativo da sujeira, ou seja, ela é uma construção social, cujos critérios mudam de acordo com o tempo e o contexto em questão. Esses critérios, de modo geral, não são explicitados. É importante, para a manutenção da ordem social, que pareçam naturais.

A ideia de sujeira comporta tanto a noção de cuidado com a higiene quanto o respeito por convenções da ordem social. Mesmo que percebidas como naturais, as regras de higiene mudam de acordo com o estado de conhecimento e também com os vínculos sociais em questão. Elas podem, por conseguinte, ser colocadas de lado em nome de uma amizade, ou se apresentar num contexto de trabalho, de maneira bem diferente daquele do familiar. Ao preparar um jantar em casa, para a família ou os amigos, um *chef* normalmente não usa o aparato higiênico – máscara, touca, roupas – que utiliza quando preparar um jantar num restaurante para um grupo de clientes. Da mesma forma, a relação que se estabelece com a troca ou lavagem de fraldas, limpeza do nariz ou bumbum de um filho, ou mesmo no compartilhamento de alimentos não é a mesma que se estabelece com uma pessoa “desconhecida”. A relação com os animais domésticos também é outro exemplo. Basta observar o constrangimento de um visitante menos habituado diante do “bichinho”, tratado

pelo dono da casa como um morador comum – senão mais ilustre –, que se senta no sofá, sobe na pia, passeia entre os alimentos na mesa de jantar, dorme na cama com o dono.

Para os povos modernos, a sujeira é dominada pelo conhecimento de organismos patogênicos. O movimento higienista, que surgiu no final do século XVII, abriu um novo capítulo para a história do lixo. O nascimento desse movimento se enraíza numa nova sensibilidade em relação à saúde e a morte. Até então, o lixo não era considerado como uma fonte de insalubridade. Ele era mais um incômodo que um risco sanitário. É no fim do século XVIII que o ar, via cheiros, é suspeito de veicular miasmas e doenças. (Lhuillier & Cochin, 1999; Corbin, 1987)

Marvin Harris (1978) afirma que os rituais antigos têm uma base higiênica. Os atos de lavar e separar, por exemplo, servem a uma finalidade prática e podem, ao mesmo tempo, expressar temas religiosos. Os judeus, que adquiriram imunidade às pragas, tinham regras de lavar-se antes de comer. A dieta hebraica excluía animais sujeitos a parasitas, mesmo sem saber da existência dos vermes *trichiniasis*, que só foram observados depois de 1828. Os Iorubás da África Ocidental usam a mão esquerda para lidar com qualquer coisa suja e a direita para comer. Os brâmanes também necessitam de pelo menos um banho diário, pois sem ele não podem realizar suas adorações diárias aos deuses (Douglas, 2010).

O desenvolvimento científico e a descoberta de micro-organismos foram fundamentais para a mudança da sensibilidade dos cidadãos em relação à limpeza. No âmbito do trabalho, a noção de sujeira está presente nas questões relativas à saúde e à segurança dos trabalhadores.

A ideologia da limpeza se constrói sobre a da propriedade. A higiene e o lixo pertencem ao domínio do íntimo, de uma experiência corporal e doméstica, porém, o poder público se reserva o direito de intervir sobre seus destinos (Lhuillier & Cochin, 1999).

Na França, a criação de uma organização pública do tratamento do lixo data do século XVII. A primeira política municipal a serviço da “boa ordem, segurança e salubridade pública” foi instituída em 1884. O código da saúde pública, que determinou o regulamento sanitário, trouxe um conjunto de prescrições relativas ao lixo e à limpeza. Um século mais tarde, surgiram as primeiras usinas de incineração de lixo francesas. A incineração parecia a resposta mais radical à ameaça da imundície, uma vez que ela era associada à ideia de purificação por meio do fogo. A pesquisa sanitária orientava o desenvolvimento de técnicas modernas visando evitar, ao máximo, o contato com o lixo: isso quer dizer tirá-lo da vista, do toque, do cheiro (Lhuilier & Cochin, 1999). Esse movimento de expulsão colocava também à distância os *chiffonniers*<sup>30</sup> os *biffins*<sup>31</sup>, os *boueux*<sup>32</sup> e ameaçava, obviamente, suas maneiras de subsistência (Lhuilier & Cochin, 1999). No Brasil, esse cenário é bastante atual, haja vista o curto tempo de existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em 2010, e os projetos de usinas de incineração que se alastram por todo o país<sup>33</sup>. Aqui, no entanto, a ideia de afastar a imundície e o risco de contágio são reforçados pelos interesses de grandes empresas privadas que se beneficiam desses projetos por meio das parcerias público-privadas.

Nas comunidades primitivas, a sujeira tinha a função de reforçar pressões sociais ou manter a “ordem ideal da sociedade”, através de “perigos” que ameaçavam os transgressores. Dessa forma, as leis da natureza eram, muitas vezes, introduzidas para sancionar o código moral e certas regras sociais eram definidas por crenças em contágio perigoso (Douglas, 2010).

---

<sup>30</sup> Catadores que coletavam especialmente objetos de tecido para serem vendidos a oficinas de recuperação.

<sup>31</sup> Trabalhadores que coletam objetos descartados para recuperá-los e vendê-los.

<sup>32</sup> Trabalhadores responsáveis pela limpeza de fossas ou esgotos.

<sup>33</sup> A primeira usina está sendo construída em Barueri, região metropolitana de São Paulo.

Entre nós, modernos, vários hábitos populares são também marcados pelo risco de contaminação como não tocar em cadáveres, nem dejetos, não entrar em casa com roupas que foram usadas em cemitérios ou hospitais, não visitar recém-nascidos antes de algumas semanas de vida.

Associada à sujeira, a questão do nojo aparece, carregando elementos subjetivos que se apresentam mais fortemente. A percepção sensorial é uma condição do nojo, ou seja, o objeto em questão deve poder ser visto, tocado, sentido. Quando a sujeira se apresenta, o micróbio ou o agente patogênico se desenvolve no sentido e, por isso, incomoda.

O que provoca o nojo, segundo Lhuillier (2002), é o que se apresenta em estado de decomposição progressiva – o podre, os excrementos, as secreções corporais, o lixo que remete à relação vida e a morte. Esses elementos, quando em relação de proximidade, ou diante da possibilidade de contágio, permitem uma espécie de identificação e, dessa forma, funcionam como um espelho, capaz de refletir a degradação do sujeito e torná-lo consciente de sua própria vulnerabilidade. Ou seja, a visibilidade e a proximidade do lixo ameaçam porque a sua presença revela o traço negativo da atividade humana, a precariedade de seres e de coisas, a impotência face ao tempo e sua origem fatal, a dimensão mortífera irredutivelmente ligada ao vivo, a resistência do real ao nosso ideal de controle (Lhuillier, 2002)

O nojento se estabelece no universo do caos, da mistura, da desordem, do informe. Não é a ausência de limpeza ou saúde que torna algo nojento, mas o que perturba uma ordem, uma identidade, um sistema. O nojento que não respeita limites, lugares, regras.

O nojo sanciona a superioridade daquele que o experimenta, ao mesmo tempo que lhe expõe sua vulnerabilidade. Ele pode dar origem à angústia, na medida em que coloca em questão sua sensação de controle e ameaça violar a sua integridade corporal por meio da

contaminação ou intrusão nos orifícios do corpo (olhos, nariz, boca). Tal ameaça, vale destacar, se estabelece por meio de uma avaliação subjetiva (Lhuillier, 2002).

O nojo participa da barreira estabelecida entre os trabalhadores “do sujo” e aqueles que não efetuam as mesmas atividades. Os trabalhadores têm o sentimento de serem indispensáveis e, ao mesmo, tempo desvalorizados, repulsados. Seus depoimentos revelam o desagrado em relação ao nojo expresso por aqueles que não fazem suas atividades, sejam desconhecidos, colegas de trabalho ou familiares:

“Se você mexer com ele [o material fedido, oriundo de frigorífico], seu marido vai ficar uma semana sem te procurar” (triadora advertindo a pesquisadora)

“Acho que tinham é que dar muito valor na gente. Não é qualquer um que faz esse trabalho aqui não... Você acha que eu posso andar de unha feita igual você? Aqui a gente acaba com as mãos da gente! Até um namorado, porque quando um homem conhece a gente, ele pega primeiro é na mão... Tem homem que não entende o trabalho da gente, se não for daqui... Às vezes, eu venho no ônibus com a mão fechada, todo mundo olha e quer saber onde você trabalha... Tem gente aqui que esconde... não fala onde trabalha... Eu falo... As pessoas têm preconceito... Igual a mulher ali da lanchonete que proibiu a gente de ir lá... A gente chega lá pra almoçar ela pergunta se quer que ela serve o prato pra gente porque nos estamos sujas... Outro dia ela veio aqui comprar papelão, e a Tânia falou: Não vamos vender caixa pra você não porque nós somos sujas!” (triadora)

O nojo se articula também aos dispositivos técnicos e institucionais construídos socialmente para o tratamento dos “negativos”. As atividades que envolvem tais tratamentos são desenvolvidas em espaços que estão longe da visão dos habitantes. As cooperativas de

catadores, assim como os cemitérios, os necrotérios, as prisões, são construídos a partir do fim do séc. XIX em regiões periféricas, distantes do centro da cidade, resguardando o olhar dos habitantes e mantendo na invisibilidade os profissionais que executam esses tipos de atividades.

A invisibilidade destes profissionais, reforçada pelo nojo, limita o desenvolvimento do trabalho dos catadores uma vez que dificulta o contato desses profissionais com a população geradora dos resíduos, comprometendo a sua participação na separação e disposição adequada dos materiais. Esse é um dos problemas observados nas experiências em que a ação dos catadores é limitada aos galpões, conforme discutimos no capítulo 2.

## **CAPÍTULO 5**

### **A RELAÇÃO COM O RISCO: DA ADAPTAÇÃO PASSIVA À ATIVIDADE**

O lixo nos afeta por inteiro, corpo, percepção, cognição e emoção. Os riscos de contaminação e danos físicos, assim como o nojo, estão presentes no cotidiano de trabalho dos catadores. A maneira como esses profissionais atuam frente a esses constrangimentos – diferentemente de nossa relação cotidiana com o lixo – nos interessa uma vez que permite melhor compreender a atividade dos catadores e o processo pelo qual eles se constituem como profissionais. Dessa forma, a análise das estratégias desenvolvidas pelos catadores, para lidar com o risco, ou a prevenção em si, podem nos ajudar a compreender o processo de construção de um “ser catador” que, a nosso ver, pressupõe a construção de um “saber fazer” por meio da experiência, da transformação de práticas e gestos da atividade, da relação com o risco, com o nojo e com os constrangimentos que o trabalho lhes impõe. A compreensão desses processos nos possibilita pensar em formas de intervenção no nível de dispositivos técnicos, na organização dos processos de trabalho e nos gestos capazes de contribuir para o desenvolvimento da atividade dos catadores.

A organização do trabalho envolve uma dimensão importante da construção de riscos e suas representações, ou seja, a divisão do trabalho é, ao mesmo tempo, uma divisão de riscos, e o estudo de mecanismos desses riscos é igualmente o de processos de delegação (Lhuillier, 2002). A maneira como cada trabalhador percebe o risco profissional depende das posições sociais que ocupa e das práticas que desenvolve. Ela depende, ainda, da sua experiência e do seu posto de trabalho, sendo que cada um deles busca construir um saber sobre o objeto que ele deve dominar, de maneira que lhe permita ter um papel ativo-preventivo, opondo-se ao sentimento de exposição passiva aos riscos.

Gripes, resfriados, conjuntivite, dengue, verminoses, alergias, dores, pressão alta, problemas dermatológicos, osteoarticulares e respiratórios acometem com maior incidência os catadores, segundo pesquisa sobre as condições de trabalho no aterro do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Essa pesquisa identificou ainda que 43,5% das mulheres entrevistadas já haviam trabalhado grávidas no aterro. Dessas, 21,5% mencionaram ter tido aborto espontâneo nessa época (Porto *et al*, 2004). Além das doenças, os riscos de acidentes também – como cortes e perfurações, quedas e fraturas, atropelamentos por máquinas, esmagamento de membros, intoxicação por inalação de gases ou contato com produtos tóxicos – devem ser considerados.

Além das condições de trabalho, esse tipo de análise deve observar as condições de vida desses catadores, que não estão a elas dissociadas, especialmente quando se trata de trabalho em lixões onde o local de trabalho é também moradia.

No que se refere à contaminação, o potencial de contágio com o lixo se apresenta em duas dimensões: uma que diz respeito à presença dos agentes patogênicos que ele porta, e outra, social e subjetiva, que está relacionada a uma possível assimilação ou identificação desses agentes ao próprio lixo. Ambas interagem e provocam reações dos trabalhadores, seja no sentido de se defender seja no de enfrentar essas ameaças, transformando sua atividade.

Em relação aos riscos, observa-se um descompasso entre o que os especialistas conhecem, ou supõem conhecer, sobre as condições de trabalho dos catadores e o que eles próprios percebem ou reconhecem. A questão dos riscos a que estão expostos no trabalho é discutida na literatura acadêmica (Porto *et al*, 2004; Cavalcante *et al*, 2007; Souza e Mendes, 2006), mas vem sendo ainda pouco trabalhada entre os próprios catadores que parecem ser, à primeira vista, negligentes e descuidados com a segurança e higiene, como se estivessem assemelhados ao objeto de trabalho. Alguns trabalhadores se atribuem uma condição especial



que lhes permitem suportar a penosidade da atividade. Eles sabem que “*não é qualquer um que faz o que a gente faz aqui*”. Acreditam que, diferentemente dos “ricos”, “que não aguentam nada”, o fato de terem sido criados de modo “grosseiro”, “sem muita frescura” os torna aptos a suportar trabalhos pesados, ou a lidar com “esses serviços”. A discrepância entre conhecimentos objetivos dos riscos e a aparente desconsideração por parte dos catadores podem ser explicadas por diversos conceitos que tratam da relação dos trabalhadores com os riscos.

### **5.1. Catadores e riscos: economia, fisiologia e psicologia**

As justificativas feitas anteriormente recorrem a mecanismos sociais, psicológicos ou fisiológicos para dar conta da relação dos trabalhadores com o risco. Na literatura sobre trabalho, as explicações mais recorrentes são: falta de informação, falta de conscientização, negação, habituação, naturalização e ideologia defensiva. Após analisar as explicações aqui apresentadas, propomos uma abordagem mais ampla com base na atividade, considerando saberes e competências, saberes incorporados e situados, abrindo espaço para rediscutir a precariedade atual do trabalho em uma perspectiva ascendente de construção profissional, que pressupõe a ampliação de seu espaço social de desenvolvimento autônomo, ou de renormalizações coletivas.

#### ***Falta de informação e/ou consciência***

A falta de informação é uma das justificativas apontadas por alguns autores que concluem pela necessidade da conscientização dos catadores sobre a importância do uso de EPI's. Essa conclusão é ainda reforçada pela origem desses trabalhadores analfabetos e sem

acesso à informação e pelo fato de que parte dos riscos presentes no lixo são desconhecidos, como o trágico acidente de Goiânia<sup>34</sup>. Não é raro encontrar embalagens de produtos tóxicos entre os materiais que chegam às cooperativas de catadores.

Para outros, a negligência em relação aos riscos remete uma ordem moral de valores de higiene. Durante a pesquisa, não foram raras as situações em que servidores da prefeitura, ocupantes de cargos estratégicos, fizeram exigências baseadas em críticas morais às cooperativas. Um exemplo é o de uma diretora municipal de limpeza urbana que, direcionando-se aos catadores durante uma reunião de trabalho, na qual se negociava o contrato de prestação de serviços de coleta seletiva no município, disse:

Vocês precisam melhorar a limpeza da cooperativa, gente... Eu não admito e não entendo como vocês podem admitir que um ser humano possa comer, fazer uma refeição, com um urubu olhando pra você... Ainda mais numa cooperativa, onde a maioria é mulheres... De homens, a gente ainda pode esperar... Os homens são assim... desorganizados... Não guardam nada... Mas mulheres... (Diretora de limpeza urbana da prefeitura)

O discurso dessa diretora demonstra o preconceito radicado numa elite que ignora a história e as condições de trabalho de uma classe que enfrenta cotidianamente as dificuldades decorrentes da incompreensão ou estupidez daqueles que ocupam posições de poder e que – embora disponham muitas vezes de recursos para promover melhores condições de trabalho dos catadores – insistem em explicações simples, baseadas em supostas características pessoais como desleixo, incompetência ou incapacidade dos pobres.

---

<sup>34</sup>Trata-se de um acidente radiológico com o Césio137, que aconteceu na cidade de Goiânia-GO em 1987. Um aparelho utilizado em radioterapias foi encontrado por catadores que entenderam tratar-se de sucata. O equipamento foi desmontado e suas peças vendidas, gerando um rastro de contaminação que afetou a saúde de centenas de pessoas e provocou a morte de várias delas, dentre as quais uma criança presenteada pelo pai com aquele belo material que brilhava no escuro!

A sujeira e os urubus referidos pela funcionária da prefeitura, assim como a presença de moscas, e outros vetores de doença, fazem parte do trabalho dos catadores, uma vez que a forma de separação dos materiais na fonte geradora não permite condições de trabalho assépticas como parece imaginar a referida funcionária, que implicitamente compara o galpão de triagem à cozinha de sua casa. Além disso, ela desconsidera que o espaço ocupado pela cooperativa foi cedido pela prefeitura e que se trata de um antigo lixão, o qual abriga ainda os resíduos de demolição e construção civil (RDC), e que, mesmo desativado, exala gases e emite odores que atraem animais como urubus. Ou seja, o problema apontado não se deve à suposta indiferença dos catadores que teriam se acostumado a viver na imundície e conviver com os urubus. Tampouco pode ser atribuído à incompetência das mulheres que, pela sua condição de gênero<sup>35</sup>, deveriam zelar pela higiene do local. Não se trata de admitir ou não a sujeira ou a entrada de urubus no local, mas de encontrar soluções para os problemas que se apresentam desde a origem da cadeia de produção e que extrapolam o controle dos catadores.

Nesse sentido, o que muitas vezes aparece como comportamento natural ou como um hábito, expresso pelos próprios trabalhadores que dizem “acostumar-se” às condições precárias e aos constrangimentos da profissão, deve ser objeto de investigação. Embora, em alguns casos específicos, os riscos não sejam conhecidos ou, se conhecidos, sejam negligenciados, isso é mais exceção que a regra: a maioria dos catadores conhece os riscos a que estão sujeitos quando eles manipulam os materiais na coleta ou na triagem e usam estratégias de prevenção e de prudência, assim como demonstram comportamentos de desafio aos riscos, como se tratasse de processos de negação e ideologias defensivas. Se, de modo geral, não lhes falta informação sobre os riscos, como compreender esses comportamentos a eles relativos? Uma primeira hipótese a ser considerada é se, de fato, o risco existe, ou

---

<sup>35</sup> Aqui nos referimos ao gênero feminino.

melhor, qual sua intensidade e gravidade. Antes de considerar uma hipótese mais objetiva e outras estratégias subjetivas de relação com o risco, é preciso aventar a possibilidade de uma submissão à pura necessidade econômica de sobrevivência.

### ***Aceitação dos riscos x sobrevivência***

Alguns pais, tentando motivar os filhos, usam os garis como exemplo negativo do que as pessoas se tornam quando não estudam (Santos, 2004). Implicitamente, colocam os trabalhadores do lixo no último degrau da escala social. Aos catadores nem esse lugar se pode reconhecer: quando nada dá certo na vida, quando todos os caminhos se fecharam, viver do lixo parece ser a última saída para assegurar a sobrevivência sub-humana.

Essa concepção não é estranha à experiência vivida dos catadores que afirmam que ninguém escolhe ser catador por vontade própria, todos começam a trilhar esse caminho por necessidade de sobrevivência. No entanto, acrescentam, “*a gente vem por necessidade e fica por amor*”. Trata-se, de fato, de um desenvolvimento de uma atividade ou de um caso evidente de transformação da necessidade em virtude?

### ***Imunidade e adaptação***

O desenvolvimento de imunidade ou a capacidade de adaptação ao contexto insalubre, conforme insistem em afirmar os catadores, são hipóteses consideradas por alguns autores como Porto *et al* (2004). Esses pesquisadores observaram que a prevalência de doenças tipicamente relacionadas com o lixo, como diarreias, parasitoses, doenças de pele e leptospirose, é menor entre os catadores do que a esperada em trabalhadores que manipulam lixo. Eles consideram a probabilidade de que os trabalhadores que não adquirem imunidade

acabem abandonando a atividade. Esse fenômeno é conhecido no campo da saúde do trabalho como “efeito do trabalhador sadio”, ou seja, no pior posto de trabalho, os trabalhadores são sadios porque existe um processo de seleção natural. As triadoras observam que os trabalhadores novatos adoecem mais do que os experientes. Embora faltem dados sobre isso, é preciso considerar a capacidade de regulação do organismo ou a *sabedoria do corpo*. Como afirma Canguilhem, (2009), “*o homem adapta seus instrumentos e, indiretamente, seus órgãos e seu comportamento a determinada matéria, a determinada situação*” ( p.130)

A adaptação de cada sujeito ao meio de trabalho depende da sua história que transforma sua percepção, sua iniciativa, sua forma de engajamento e valorização. É a história de cada um, que conformando os sentidos e os gestos, permite a evolução do ofício.

A forma e as funções do corpo humano, segundo argumenta Canguilhem (2009), não são apenas a expressão de condições impostas à vida pelo meio. Elas expressam os modos de viver socialmente adotados no meio. Ao adaptar seus instrumentos, o homem adapta também, indiretamente, seus órgãos e seu comportamento a determinada matéria e situação. Assim, pode-se compreender a possível imunidade dos catadores a algumas doenças e também as alterações no limiar de percepção dos sentidos como o olfato (Almeida *et al*, 2008), sugerida por alguns trabalhadores que afirmam que, depois de um tempo na profissão, passaram a não sentir o mau cheiro.

### ***Habituação***

A proximidade e o contato com dejetos ou objetos considerados sujos ou contaminados são inerentes ao trabalho de catação, sobretudo na atividade de triagem. Esses objetos mobilizam um conjunto de processos psíquicos e sociais que visam assegurar um tipo

de diferenciação, uma separação e um distanciamento entre o trabalhador e o objeto, mas há situações em que alguns elementos são invasivos, por exemplo, o cheiro, que provoca náuseas, impregna a pele e atrai parasitas, moscas, vermes, ratos e baratas.

### ***Lixo, sujo e valor simbólico***

O trabalhador limpa seu espaço de trabalho não somente por uma questão de higiene, mas também para sustentar uma representação de si que não seja contaminada pela sujeira. Nesse sentido, as defesas implantadas pelos trabalhadores são a medida da intensidade da ameaça identitária (Lhuillier, 2002). É assim que se pode compreender a reivindicação de um profissionalismo que alia competências técnicas e rigor ético e que se expressa, por exemplo, nas preocupações e nos esforços contundentes da cooperativa em transmitir sua imagem como um ambiente limpo e organizado, tanto no que se refere ao espaço físico, quanto à disciplina de seus cooperados, concretizada nas regras e nos julgamentos atentos dos associados.

Posto que uma das especificidades das cooperativas em relação às empresas capitalistas consista em tentar adequar a organização do trabalho às limitações de seus cooperados, como discutimos em trabalhos anteriores (Oliveira, 2010), as regras rígidas, sobretudo a punição, são alternativas utilizadas pela associação para evitar comportamentos percebidos como “falta de responsabilidade e de esforço”, como as ausências e os atrasos de trabalhadores. Comportamentos como agressão física são radicalmente punidos com a exclusão do(s) cooperado(s) “agressor(es)”. Assim como o funcionamento e o controle da produtividade, essas medidas visam transmitir uma imagem positiva da cooperativa, como um empreendimento organizado, tanto no que diz respeito ao público externo, quanto aos seus cooperados, principalmente os novatos.

“Tem muita gente lá fora que já acha que só porque a gente trabalha com esse material, que aqui é uma bagunça, só... Se a gente não cuidar, uai, como é que fica a imagem da cooperativa?” (diretora da cooperativa)

A imagem da cooperativa é objeto constante de preocupação, e de modo especial, dos diretores, que devem cuidar para desassociá-la da ideia de lixo como “bagunça”. A responsabilidade pela preservação da imagem da cooperativa é atribuída também aos “cooperados antigos”. Cabe a eles “*dar exemplo aos que estão chegando*”, a fim de preservar a ordem e evitar que a cooperativa “*vire uma bagunça*”.

Parte dessas preocupações pode ser justificada por exigências e críticas de que a que as cooperativas são alvo frequentemente, como vimos acima no caso dos julgamentos morais de um técnica municipal.

### ***Eufemização***

A dramatização do risco imposto pela coabitação com objetos como o lixo pode gerar a eufemização, ou seja, os riscos inerentes às suas práticas profissionais podem ser objeto de denegação pelos profissionais. Dessa forma, o esforço de valorização do trabalho ou a busca de nomeações mais aceitáveis socialmente surgem como tentativas de maquiar aspectos que devem ser ignorados nas atividades.

No caso dos trabalhadores do rejeito, por exemplo, o vocabulário utilizado tende a uma tecnização que visa suprimir a carga afetiva associada ao universo do lixo. Dizer “resíduos” ou “materiais recicláveis” pode ser mais aceitável que “lixo”. Num nível individual, a neutralização operada nesses processos tem a função de poupar energia psíquica por meio da redefinição da realidade visada (Lhuillier, 2002).

Os eufemismos servem para unir os membros da organização em torno de um projeto (Enriquez, 2001). Por isso, proletários trabalhadores se tornam, ao sabor do momento, “funcionários”, “empregados”, “colaboradores”.

Entre os catadores, a nomeação de “recicladores” ou “agentes ambientais” pode parecer “mais bonita” – como afirmam muitos deles, uma vez que enfatiza a contribuição ambiental do trabalho e, de certa maneira, encobre parte da imagem associada ao lixo. No entanto, chama-nos à atenção o fato de que os trabalhadores mais engajados na luta política do Movimento Nacional dos Catadores fazem questão de se apresentar como “catador de materiais recicláveis” e, muitas vezes, reafirmam: *“É isso que nós somos. Não tenho vergonha de falar”*. Rechaçam o nome de “catadores de lixo”, declarando que não catam lixo, mas materiais recicláveis.

Baptista (2004) afirma que o movimento social preconizador da participação dos catadores na cadeia de reciclagem e defensor da catação de materiais recicláveis como trabalho digno se utiliza de um “discurso sobre o desenvolvimento durável” emergente para obter ascensão política. Na visão dessa autora, a atividade de catação, que inclui a triagem, consiste num trabalho precarizado, que se mantém por meio das cooperativas e associações de trabalho graças aos vínculos de sociabilidade e às recompensas financeiras e simbólicas que elas conseguiram promover. As avaliações positivas sobre esses novos arranjos organizacionais, se devem, segundo essa autora, à comparação com situações ainda mais precárias ou menos equitativas vivenciadas anteriormente.

De fato, olhando para a situação atual dos catadores, vemos que eles fazem parte dos trabalhos mais precários da sociedade e que mesmo alguns avanços podem ser relativizados diante das péssimas condições de trabalho e baixas remunerações. No entanto, se a situação atual é colocada em uma perspectiva de longo prazo, as conquistas dos últimos 20 anos não



são insignificantes, especialmente se comparadas às de outros movimentos sociais. Um dos elementos mais significativos são as relações sociais dentro das quais esses avanços foram obtidos sem abrir mão dos princípios de solidariedade e autogestionários.

### ***Negação***

Uma visão que não reconhece uma possibilidade de positividade imanente no trabalho dos catadores os torna sujeitos à manipulação ideológica do seu valor em geral e acríticos quanto às especificidades desse trabalho essencialmente nocivo. Mas se, ao contrário, conseguimos perceber que há uma positividade concreta, teremos também um ponto de apoio para compreender como se dão, da perspectiva do catador, a relação com os diversos tipos de risco e identificar pistas práticas de transformação dessa relação.

Alguns autores (Porto *et al*, 2004; Cavalcante *et al*, 2007; Souza e Mendes, 2006) afirmam que os catadores tendem a negar a relação entre o trabalho e os problemas de saúde. Além disso, a percepção do lixo como fonte de sobrevivência e da saúde como capacidade para o trabalho, levaria à minimização ou ocultação dos riscos presentes no ambiente da catação. A negação seria, portanto, um tipo de estratégia defensiva (Dejours, 1987) necessária para dar continuidade à sua rotina de trabalho, assegurando sua sobrevivência.

Segundo alguns autores (Souza & Mendes, 2006), o discurso da valorização do trabalho, seria uma forma de manter a mobilização subjetiva dos trabalhadores no sentido de assegurar sua integridade psíquica, uma vez que seu trabalho é *destituído de simbolização, criação e elaboração*. Afirmam que, para pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade, ter um trabalho, ainda que precário, é melhor que ser estigmatizado como “vagabundo”. A negligência em relação aos riscos explica-se pela falta de conteúdo ou de

valor intrínseco ao trabalho, a qual poderia servir de contraponto ou barreira de resistência aos riscos.

Em 1980, Dejours descreveu as vivências do subproletariado em relação à saúde ou à doença que, infelizmente, nos parecem ainda bastante atuais. Classificado como uma fração da população “*unida mais pelo não-trabalho e o subemprego*”, o subproletariado é vítima de uma taxa de morbidez muito superior à da população em geral. Ele é acometido de doenças infecciosas, sequelas de acidentes e males decorrentes de tratamentos malconduzidos ou incompletos e de impossibilidade de acesso às convalescências, aos cuidados pós-operatórios ou à assistência médica subsequente a uma doença grave. Dejours (1980; 1987) identifica, entre estes sujeitos, a reticência em falar da doença e do sofrimento, concebidos como vergonhosos.

“(...)Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos. É somente após longas voltas que se chega, às vezes, a atingir a vivência da doença, que se confirma como vergonhosa: bastou uma doença ser evocada para que, em seguida, venham numerosas justificativas, como se fosse preciso se desculpar. Não se trata da culpa no sentido próprio que refletiria uma vivência individual, e sim de um sentimento coletivo de vergonha: “Não é de propósito que a gente está doente”. Maciçamente com efeito, emerge uma verdadeira concepção da doença, própria ao meio. Concepção dominada pela acusação. Toda doença seria, de alguma forma, voluntária: ‘Se está doente, é porque é preguiçoso’. ‘Quando a gente está doente, se sente julgado pelos outros’. Acusação cuja origem não se conhece claramente, acusação pelo grupo social no seu conjunto. Essa atitude em relação à doença pode ir muito longe: ‘Quando um cara está doente, acusam esse cara de passividade’, e, se ele se afunda mais na doença e no sofrimento, é

porque quer e porque cede à passividade. A associação entre doença e vagabundagem é característica do meio. (...) Para que uma doença seja reconhecida, para que se resigne a consultar um médico, para que se aceite ir ao hospital, é preciso que a doença tenha atingido uma gravidade tal que ela impeça a continuidade seja da atividade profissional, no caso dos homens, seja das atividades domésticas e familiares, no caso das mulheres (...) não se gosta de ir procurar o médico. Não tanto por causa da vergonha experimentada face a um personagem de um outro mundo mas porque tem-se medo que ele descubra um monte de coisas que a gente prefere não saber”. (Dejours, 1987 – p. 29-30)

A “ideologia defensiva da vergonha”, assim nomeada por Dejours (1987), pode ser caracterizada pela ideia de que *somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador da mulher são aceitos* socialmente. A vergonha constitui uma ideologia defensiva, elaborada coletivamente, contra a ansiedade de estar doente ou, mais exatamente, de estar num corpo incapacitado (p.34).

Outra análise sobre a relação entre classes sociais e o corpo, apresentada por Boltanski (1984), revela a influência da linguagem e das experiências do sujeito em determinada cultura, na percepção corporal e na expressão dos sentimentos. Esse autor observa que as classes populares tendem a identificar e exprimir menos “sensações mórbidas” que as “classes superiores”. Segundo ele, isso se deve à pobreza de vocabulário da sensação e à falta de familiaridade com as “taxinomias mórbidas e sintomatológicas necessárias à valorização e legitimação dos sintomas pela cultura médica científica”. De um lado, as classes populares também reprovam aqueles que “se cuidam em excesso”, e “passam a vida no médico”, e, por outro lado, valorizam a “resistência à dor”. Antes de consultar um especialista, esperam que a sensação de doença atinja uma intensidade tal que os impeça de fazer uso “normal” do corpo, “como se esperassem sempre que aquilo passasse sozinho” (Boltanski, 1984 – p.152)

Muitas triadoras fazem uso de antidepressivos e relaxante muscular. Elas admitem que “o trabalho é pesado” e se queixam de dores no corpo. Enfatizam que esse “não é um trabalho para qualquer um” e acusam de “moleza” ou “frescura” as trabalhadoras que adoecem “por pouca coisa”, que evitam pegar peso, que se recusam a comer alimentos encontrados no lixo ou que usam máscara de proteção.

“A gente que já é acostumada... Fica doente é se ficar com muita coisinha... muita frescura”. (triadora)

### **5.1 - Construção de ‘saber fazer’: Desenvolvimento de estratégias e competências de prevenção**

Sendo a catação uma atividade ainda realizada em sua maior parte de maneira informal, e também marginal, faltam avaliações consistentes sobre os riscos e a adequabilidade do uso e dos equipamentos de proteção. Não obstante alguns empreendimentos tenham assinado termos de ajustamento de conduta envolvendo a Prefeitura e o Ministério Público, que os obrigam a utilizarem equipamentos básicos como as luvas e botas, os catadores se queixam de que as luvas reduzem a sensibilidade necessária para o reconhecimento dos materiais, grudam em alguns objetos, escorregam em outros, impedem a transpiração das mãos, rasgam com facilidade. As botas também são objeto de reclamação, principalmente pelos catadores de rua, que caminham longas distâncias. Alguns catadores mais velhos, que não desenvolveram o hábito de usar sapatos fechados, dizem que não conseguem caminhar com botas.

A dificuldade no uso de EPI’S não é exclusiva entre os catadores. Ela se apresenta em várias categorias de trabalhadores. Vasconcelos (2007) observou problemas semelhantes entre os garis coletores de lixo. Wisner (1987), há alguns anos, já chamava atenção para a

incompatibilidade de algumas soluções vinculadas às exigências de produção do trabalho. Segundo ele, o conflito entre as exigências de produção e as recomendações de segurança tende a agravar o risco. Daí a importância de considerar os “conhecimentos precisos” dos trabalhadores diretamente interessados.

Cada trabalhador cria uma maneira de se proteger conforme percebe a necessidade. Todas as triadoras usam calças, camisetas, meias e sapatos fechados, normalmente botas. A maior parte delas utiliza um avental, ou colete, para evitar sujar a roupa e assim poder vesti-la por mais tempo. O avental protege também a pele da barriga que fica encostada e em atrito com a esteira o tempo todo, uma vez que elas precisam debruçar-se constantemente sobre ela para pegar os materiais. Algumas trabalhadoras mostram marcas, como cicatrizes, da esteira na barriga. O avental e as roupas de manga comprida, mesmo no verão, ajudam a proteger a pele do contato com fungos e bactérias que dão origem a micoses – uma das infecções mais comuns entre as triadoras. Algumas forram uma toalha na esteira, onde se sentam nos momentos de pausa para fazer a triagem fina. É hábito dessas trabalhadoras tomar vermífugo periodicamente.

Algumas pessoas são “alérgicas” e “sensíveis” a determinados materiais com os quais elas trabalham. A alergia se manifesta através de coriza, tosse, vermelhidão ou coceira nos olhos e na pele, entre outros. Mesmo quando a triagem é realizada em área coberta, as triadoras avaliam que é necessário o uso de filtro solar para proteger a pele dos gases exalados do lixo. Elas chegam a ficar com a pele manchada e ferida.

Os saberes práticos são constituídos a partir da experiência de cada trabalhador, por isso variam de acordo com as funções ocupadas. Algumas triadora adotam um tipo de luvas especiais quando se ocupam da separação de garrafas PET, que, em sua maioria, chegam fechadas. As tampas devem ser retiradas desenroscando-as com as mãos, e o ‘anelzinho’ que

fica na garrafa deve ser cortado com ajuda de uma faca. Essa tarefa exige pelo menos dois movimentos distintos: a rotação da tampa no sentido anti-horário, apoiada pelos dedos, e um movimento com a faca, para cima ou para frente, para cortar o anel. Geralmente ela é feita numa segunda etapa, após a triagem, mas algumas trabalhadoras conseguem retirar a tampa durante a primeira etapa. Essa tarefa exige uma proteção das mãos ou pelo menos daquela que executa o movimento de abertura das tampas, a fim de evitar escoriações – que podem evoluir para feridas – no local que sofre maior atrito, entre o dedo polegar e o indicador. Para isso, as triadoras utilizam um tipo de luva mais grossa, da qual cortam as pontas, deixando apenas as partes mais próximas da palma da mão, de maneira que lhes permite manter a sensibilidade e os movimentos necessários para o manuseio da faca e das garrafas.

A ameaça de contaminação mobiliza *debates de normas e valores* (Schwartz, 2007). Atitudes e condutas aparentemente contraditórias no que diz respeito à produtividade da cooperativa podem ser observadas em algumas situações. Exemplo disso é o fato de a triadora “deixar passar” latas de alumínio – material valorizado em razão de elas estarem misturadas a um tipo de substância orgânica “indefinida” – uma espécie de vômito. Essa situação estabelece um conflito que convoca o *uso de si* por meio de *renormalizações* (Schwartz, 2007).

O *uso de si* é o uso do próprio sujeito, de suas capacidades, de seus recursos e de suas escolhas para gerir a variabilidade. Como sabemos, nenhum trabalho é puramente “manual” ou “intelectual”, não obstante essas classificações sejam frequentemente usadas. É impossível simplesmente executar uma tarefa porque o meio é sempre infiel – ele jamais se repete exatamente de uma situação a outra. Por isso, o trabalhador é obrigado a tomar decisões que são sempre parcialmente não antecipáveis, ainda que em nível infinitamente pequeno. Sendo assim, toda atividade envolve uma dramática do uso de si, que traz, necessariamente, um custo em termos de tensão dos trabalhadores. (Schwartz, 2014).

Alguns riscos são considerados pelos trabalhadores como “*riscos do métier*”, outros não. A construção do *saber-fazer*, adaptado ao tratamento dos riscos percebidos, restaura um sentimento de controle sobre a situação que diminui a apreensão do perigo. Além disso, a ineficácia de modos operatórios geralmente provoca ansiedade. Assim podemos compreender as dificuldades e o cansaço maior das triadoras novatas em relação às experientes. Sua carga emocional (a apreensão, o medo, o nojo), cognitiva (identificação e classificação dos objetos...) e, muitas vezes, física (cansaço físico, dores nas pernas e braços) é maior que a das trabalhadoras experiente, uma vez que elas ainda não desenvolveram os gestos e as estratégias adequados a tornar o trabalho mais leve. Algumas triadoras fazem questão de lembrar o quanto o trabalho foi difícil no início, “até pegar o jeito” – segurar a faca, rasgar os sacos, separar. Uma novata relata o medo que ainda sente de machucar os olhos com algum objeto que “voa” da esteira quando algumas colegas “jogam”.

As *renormalizações* exigidas recriam continuamente, uma história, que se registra no corpo. E é essa história incorporada que permite a ação “apropriada” numa situação de trabalho (Schwartz, 2014). A competência ou a engenhosidade no trabalho dependem de saberes da norma, de saberes da experiência, e da capacidade de se colocar em dialética esses dois tipos de saberes na situação.

O sentimento de vulnerabilidade ou de exposição ao perigo é marcado pela impossibilidade de se ajustar às exigências do real pela mobilização de recursos. A imprevisibilidade e a dificuldade de enquadrar a situação às *normas antecedentes*, assim como o déficit ou o excesso de informações a serem tratadas, dificultam o processo de compreensão global da situação e, conseqüentemente do controle. Essa dificuldade parece ser um dos principais empecilhos encontrados pelos trabalhadores novatos. A dificuldade de uma compreensão global do sistema dificulta estabelecer vínculos, dar sentido aos fatos isolados. A diminuição da incerteza aparece frequentemente ligada mais à identificação de um processo

do que de um estado, porque é a história que dá sentido à situação (Lhuillier, 2002, p. 97). Observamos por exemplo, que as triadoras mais experientes, especialmente aquelas que, em algum momento da sua trajetória na cooperativa assumiram cargos de direção, sobretudo ligados à venda dos materiais, conseguem avaliar melhor a importância do aproveitamento de cada material e seu grau de limpeza. Em vista disso, elas são capazes de decidir, com mais tranquilidade, o que podem ou não “deixar passar”, especialmente nos momentos em que a esteira está muito cheia, e avaliar as reais necessidades de solicitações de paradas.

Essa decisão de “deixar passar” algum material talvez seja uma das mais críticas, ou conflituosas, do trabalho das catadoras, mesmo porque, como já dissemos, não se trata de uma escolha individual. Além de conhecer os objetos, é preciso saber a história do grupo ou da equipe com a qual se trabalha para perceber os elementos que favorecem, ou não, a legitimidade de cada decisão, evitando críticas ou acusações de “má vontade” ou incompetência.

A história e experiência de cada triadora no trabalho permitem, em muitas situações, prever o conteúdo dos sacos, ou dos lotes, o que lhe confere condições para antecipar estratégias de prevenção. Por exemplo, ao identificar a presença de objetos ou substâncias que possam ser nocivas a algum membro do coletivo, ou a si própria, a triadora pode evitá-los, deixando-os passar e também alertar as demais sobre a necessidade de prevenção. Isso acontece com alguns lotes oriundos de empresas que contêm uma quantidade excessiva de poeira. Sabendo que ela mesma ou que algumas triadoras são alérgicas, a trabalhadora, que primeiro verifica a quantidade e o tipo de poeira presente, pode descartar o saco e recomendar às demais que façam o mesmo, ainda que ele contenha também outros materiais que poderiam ser aproveitados. Mas, para isso, essa decisão precisa ser legitimada pelo grupo.



## 5.2 Inteligência do/no corpo

A inteligência do corpo e do pensamento engajados na atividade antecedem a consciência e a simbolização. Dessa forma, a base das competências para a regulação do risco está no *saberes incorporados* (Dreyfus *apud* Ribeiro, 2014). A história, recriada continuamente pelas renormalizações exigidas na atividade, se registra no corpo e permite a ação “apropriada” numa situação de trabalho. É o conjunto de recursos do nosso corpo (postura, gestualidade...) e não simplesmente nossos cálculos intelectuais que sustentam os debates de normas e as decisões tomadas num dado momento. Por isso, Schwartz (2014) afirma que o corpo é um tipo de “suporte de polarização valorizativa”, ou instância, por meio do qual se produzem os elementos que configuram a dramática ou o debate de normas e valores envolvidos na atividade. Um exemplo apresentado por esse autor nos ajuda a compreender essa afirmação:

“Atender uma fila de clientes supõe por exemplo – com uma intensidade variável de acordo com as normas que cada pessoa específica vai seguir – de captar todo tipo de indicações, de acompanhar em tempo real um “clima” humano microssocial, mobilizando permanentemente os cinco sentidos. Isso supõe deslocar o olhar, a cabeça, o corpo, de modo mais ou menos imperceptível se a pessoa desejar manter na invisibilidade seus microprojetos de tratamento da situação: avaliar a tensão de alguém (a impaciência dos clientes eventualmente aumentada por pessoas cuja instabilidade pode ser percebida mediante vários signos corporais ou agravada por condições de trabalho complicadas num dado dia) e conter a sua própria impaciência recorrendo a mediações neurofisiológicas cujos segredos nos escapam em larga medida” (Schwartz, 2014- p.262).

No caso das triadoras, situação análoga acontece na tomada de decisões sobre o quê e quando aproveitar, ou não, determinados materiais. A triadora vê a quantidade de material em estoque, sente o cheiro dos materiais, escuta comentários de colegas sobre alteração de preço de algum material, ou reclamação da vizinhança, percebe o clima que anuncia a chuva, sente o tipo de impureza e o barulho de cada material que ela pega. Avalia, a partir da sua história a possibilidade de reutilização de cada objeto e “o desperdício” ou o impacto do seu descarte. Trata-se, portanto, de microdebates que acontecem sucessivamente, a cada gesto realizado.

A relação do corpo com a tarefa permite o desenvolvimento da competência. Como explica Dejours (2012), é no “diálogo” com a máquina, onde o trabalhador empresta a ela uma vida, como se ela fosse um animal domesticável, que ele desenvolve uma habilidade, uma sensibilidade ou um “sexto sentido”. Assim ele explica:

“Para dominar completamente uma máquina-ferramenta, para ter o domínio pleno sobre ela, é necessário sentir essa máquina, desenvolver uma sensibilidade que se amolda a todas as suas características mecânicas. É necessário ser capaz – o que não é nada fácil – de colocar-se em “simbiose” com a máquina, como se ela fizesse parte do próprio corpo que se torna então capacitado, por meio de uma broca, de penetrar o metal ou de lhe destacar as lascas. Se eu não for capaz de sentir essa ação do metal contra o metal, com o meu corpo, corro o sério risco de deixar sobreaquecer a máquina, ou de cometer outra imperícia e estragá-la. O operário habilidoso não se concentra apenas no objeto a ser torneado, ele pensa constantemente na máquina, para mantê-la com o rendimento ótimo”. (p.27)

Uma vez que o trabalhador adquire a intimidade com a máquina, ele descobre nele mesmo novas habilidades, novos *saber-fazer*, novos registros de sensibilidade, aprende a sentir, a amar o contato com o metal, com a madeira, com a pedra.

“Cada material tem um jeito... Eu olho o material... se eu vejo por exemplo... que tem mais papel... eu vou tirando os outros e depois despejo o papel”.  
(triadora)

“Eu vejo um monte de papelão assim ó... minha boca enche d’água” (catador)

Na medida em que se trabalha é que se desenvolve a sensibilidade, a subjetividade. E o mesmo acontece com outros tipos de profissões cuja produção é imaterial: o bom motorista que sente o carro como parte dele, o professor que conhece a turma e sabe conquistar sua atenção, o artista que se comunica com a plateia. Tudo acontece através do corpo, da capacidade de sentir, de escutar, de perceber a perda de interesse por parte do auditório (Dejours, 2012).

É no corpo do trabalhador que a história da atividade se registra. Ele memoriza, organiza, hierarquiza saberes, gestos, procedimentos que são reatualizados no momento oportuno. E é também com o corpo que ele gere a fadiga ao longo de uma jornada de trabalho, por meio de uma “composição” que cada trabalhador faz com seus históricos, considerando seus pontos fracos e fortes (Schwartz, 2014).

## CAPÍTULO 6

### TORNAR-SE CATADOR

O trabalho requer dos catadores a construção de sistemas de classificação e ordenamento do mundo, ou seja, de novas visões de mundo. O processo de aprendizagem, sobretudo de uma profissão, não implica apenas a transformação racional cognitiva. Como lembra Dejours (2012), a propósito do *trabalho vivo*, “*a assimilação de uma nova habilidade passa por um processo de apropriação complexo que impõe um remanejamento da arquitetura subjetiva como um todo*”.

Mais do que um processo de aquisição de conhecimento, aprender é o resultado de um processo de participação social numa determinada comunidade e decorre das experiências vividas coletivamente. Por isso, a aprendizagem é inerente à prática social e independe de situação de ensino. O envolvimento na prática é que gera possibilidades de aprender e, por meio da participação nos contextos de prática, os trabalhadores se constituem como membros daquela classe ou daquele ofício. Envolvendo-se inevitavelmente nas relações de poder, nos acordos, nas negociações e nos conflitos inerentes à vida social (Lave & Wenger, 1991), os catadores aprendem os gestos, os significados, as emoções, as disposições corporais e identidades que, finalmente, produzem um catador ou uma triadora como profissional.

Neste capítulo, que constitui o argumento central da tese, discutimos o que faz um catador, no duplo sentido do termo: o conteúdo da atividade que ele realiza, mas também como, ao fazer, ele se constitui como profissional. O ponto de partida, ainda enigmático, para analisar essa transformação é a fala repetida por diversas triadoras de que “*catador, você começa por precisão, mas fica por amor*” (item 6.1). Essa transformação ressoa tão fortemente na subjetividade que a catação é vivida como um vício (item 6.2), mobilizando

sentimentos e aguçando os sentidos dos catadores em face do que a sociedade descarta. Essa experiência íntima com os materiais está presente não apenas nas relações intersubjetivas que orientam o processo de aprendizagem e de desenvolvimento na triagem, mas também na gestão coletiva da cooperativa. Não trabalhar para o colega que não se engaja suficientemente em seu trabalho requer também que certos comportamentos sejam abertamente discutidos (item 6.3.) e que as relações hierárquicas (6.4) sejam transformadas. Nas associações e cooperativas de catadores, ainda existe uma diferenciação vertical de funções (expressa na diretoria e na figura do coordenador), porém há lugar para poderes discricionários ou arbitrariedades. Estamos mais próximos de uma sociedade sem estado (Clastres, 2011) do que do despotismo da fábrica capitalista.

## **6.1 – Aprender o ofício**

A aprendizagem da atividade das triadoras se desenvolve, em princípio, por meio da observação das mais experientes e das instruções que delas recebem. Durante o trabalho, triadoras experientes, posicionadas mais próximas, se encarregam de orientar os gestos das novatas, oferecendo-lhes dicas e sugestões relacionadas ao que elas devem fazer para realizar o trabalho e preservar o corpo.

“Encosta mais na esteira, assim você vai ficar com dor nas costas.”

“Dobra mais o corpo, senão você não consegue pegar... tem que mexer o corpo... você está muito dura”...

“Tem que mexer no material assim por baixo para ver se não está passando.”

Todas as triadoras, especialmente as que aderiram à cooperativa após a sua fundação, lembram e fazem referências às colegas que, à época, lhes ensinaram o ofício. As triadoras

afirmam que o início é difícil e acreditam que, para aprender, é preciso ter “*força de vontade*”, que é empurrada inicialmente pela necessidade: “*eu fiquei por precisão uai... ia deixar meus filhos passar necessidade?... quem não precisa não fica não...* (triadora). Elas avaliam que muitas pessoas são atraídas pela renda relativamente elevada obtida na cooperativa geralmente superior – com o nível de escolaridade que possuem –, ao que conseguiriam em outro emprego. Entretanto, quando começam a trabalhar e percebem as dificuldades, desistem e não voltam.

“Tem gente que chega aqui... imagina que é uma coisa... sabe que aqui a gente ganha bem... acha que é fácil... aí... hora que vê... não quer mais...” (triadora)

“Elas vêm um dia... dois... e depois some... tem umas que arruma alguma desculpa... fala que o marido não deixou... ou que arrumou outro emprego... ou que sentiu muita dor... que não vai dar conta... outras nem volta” (triadora)

Há situações em que as triadoras experientes parecem submeter as novatas a uma espécie de prova ou “ritos de iniciação”, por exemplo expondo-lhes ratos, baratas, objetos malcheirosos ou oferecendo alimentos encontrados no material. A explicação de uma triadora experiente oferece elementos para compreender esses atos:

“Uma vez chegou uma mulher para trabalhar aqui e... nossa... ela era fresca demais... tudo era ui, ai, ui... pegava as coisa assim com a pontinha dos dedos...aquele nojo!... e colocaram eu para trabalhar com ela... aquilo foi me dando uma falta de paciência... uma raiva... teve uma hora que tinha um saco assim cheio de bichinho... aquelas larvinhas... eu peguei aquilo e sacudi assim... caiu nela... só pra ela largar de ser boba... ela ficou dando gritinho... Uai.. não quer trabalhar... vai embora... aqui não tem frescura não... acha que eu vou ficar trabalhando pra ela?” (triadora)

Se, de um lado, a ação da triadora experiente pode parecer cruel ou perversa, por outro, revela também uma estreita relação com as exigências da atividade. Nas atuais condições de desenvolvimento do trabalho, não é possível desenvolver a atividade sem colocar as mãos nos materiais. Além disso, sendo um trabalho cooperativo, se uma pessoa desenvolve menos que outra e obtém o mesmo ganho, estará se apropriando do trabalho de outro. Por isso, as triadoras insistem em dizer que para trabalhar ali, *“não se pode ter medo do lixo” “é preciso se jogar”*.

As cooperadas têm um agudo senso de equivalência entre esforço e ganho, considerando injusto que alguns obtenham vantagens com o trabalho do outro. Isso não significa estipular um padrão uniforme de desempenho pois, como discutimos em trabalhos anteriores (Lima & Oliveira, 2016; Oliveira, 2010), pessoas com capacidade reduzida fazem tarefas mais leves. O que tentam avaliar, com esses julgamentos, é se cada pessoa está se esforçando ao máximo dentro de regras e valores que definem o ofício de catador e considerando condições individuais. Diferentemente de uma regra que uniformiza o desempenho de todos, aqui o princípio é organizar o trabalho de acordo com as capacidades individuais, as quais, todavia, se definem em relação a certas exigências do ofício, o que pressupõe um certo desenvolvimento das iniciantes. As triadoras mais experientes dizem, por exemplo, que, para trabalhar na cooperativa, e especialmente na triagem, é preciso *“se jogar no lixo”*. Aqueles que não querem se sujar não conseguem desenvolver o trabalho:

“Você tem que dobrar o corpo... mexer no material... lá no fundo... sem medo... tem gente que chega aqui e fica durinha... tem medo de sujar... parece que tem medo do material... igual sacolas, você tem que pegar e abrir com vontade, sem medo... Tem gente que fica toda cheia de cuidado... e ai você vê que não vai dar certo...” (triadora)

Os ritos de iniciação, que isoladamente podem parecer perversos, justificam-se como processo de formação de um determinado uso do corpo, necessário para realizar adequadamente a tarefa de triagem, compreendendo também critérios de justiça, evitando que uns se esforcem menos que outros. Ao cabo desse processo de desenvolvimento, sem que compreendamos ainda por quais meandros, a atividade de triagem se torna um “vício”.

## 6.2 O vício da reciclagem

Muitas triadoras se iniciam no trabalho de catação ainda no lixão, antes mesmo de existir a cooperativa ou sequer a possibilidade de um galpão. De modo geral, a inserção no trabalho foi motivada pela situação de pobreza e pela necessidade de assegurar sua própria sobrevivência ou da família, mas, aos poucos, outras funções e sentidos foram construídos: “*não deixa entupir os bueiros*”, “*ajuda o meio ambiente*”, “*ajuda todo mundo*” – afirmam eles.

Atualmente, as triadoras se questionam sobre as razões que as levam a gostar do trabalho. A prática de reordenamento ou reclassificação dos objetos que se constitui no trabalho parece produzir um tipo de subjetividade que os catadores nomeiam como “vício”. “*Mexer com reciclagem vicia*”, afirmam eles. A identidade produzida no trabalho organizado, ou no processo de organização, se diferencia uma vez que novos valores vão sendo agregados à atividade, a ponto de esta ser completamente incorporada à vida. De uma simples “alternativa de sobrevivência”, a atividade de trabalho se torna uma forma de vida, conforme expressam alguns trabalhadores: “*Catador, começa por necessidade, mas continua por amor*”.

A incorporação do trabalho passa pela produção de novos valores associados a um conjunto de tarefas que são agregadas à atividade e ao cotidiano dos trabalhadores. Esses



valores estão intrinsecamente associados à sensação de prazer dado que o seu trabalho lhes permite sentir-se úteis, ativos e contribuidores para a sociedade.

- “As balas eu vendo por vender mesmo... agora isso aqui [catar material reciclável] eu faço porque eu gosto”. (catadora de Porto Velho)

- “E qual que é a diferença?” (pesquisadora)

- “Ah, é muito diferente... você sai andando e esquece tudo... porque você tem que prestar atenção ali... porque ali é um compromisso também... você tem que separar... não pode deixar o lixo jogado na lixeira... eu pego, mas eu arrumo de novo depois”. (catadora)

- “E por que a senhora arruma?” (pesquisadora)

- “Porque eu tenho que ajudar o meio ambiente... eu ando com bastante saco e onde eu vejo que tem lixo eu pego... deixo tudo arrumadinho (...)vender bombom ajuda mais é no pessoal mesmo (...) só para a parte financeira mesmo... mas pessoal... dentro de mim não... Tenho mais prazer nisso do que eu trabalhei 28 anos no governo [nos serviços gerais de um órgão público](...) porque eu estou ajudando o próximo, eu estou andando... e eu estou saindo de casa não para falar dos outro e não para vagabundear... mas para trabalhar (...) Eu trabalhei 28 anos no governo, trabalhava para ganhar o meu dinheiro... mas não é gostoso igual isso... é de coração mesmo... Talvez estas pessoas que não têm nada eles catam porque precisam... eu cato porque eu gosto”. (catadora)

A complexidade da atividade se revela na relação entre prazer e necessidade que não são incompatíveis. A medida que o trabalho se desenvolve, novas funções e valores vão sendo produzidos, (*“eu tenho que ajudar o meio ambiente - onde eu vejo que tem lixo eu pego...*

*deixo tudo arrumadinho”)* que dão lugar ao prazer (antes *“trabalhava para ganhar o meu dinheiro... mas não é gostoso igual isso... é de coração mesmo – “Aqui a gente vem primeiro pela necessidade, mas você fica por amor”...*)

Os valores e regras produzidos na experiência servem ainda para diferenciar aqueles que são profissionais e os que não são.

“O catador profissional... ele não rasga o saco... ele chega... passa a mão... se tiver alguma coisa... ele abre o saco... tira o material que ele precisa... joga dentro do carrinho... amarra o saco e vai embora... porque ele já pega na profissão dele sabendo que o pessoal não gosta... a população não gosta que rasga... então se a gente já sabe que não gosta.. a gente já faz o serviço direito para não virem reclamar” (catadora de Porto Velho).

Da mesma forma, podem ser compreendidas as práticas de reaproveitamento dos materiais que, no ofício, se transformam em valores e regras. Mesmo que o objeto encontrado não seja útil para quem o encontrou, é importante pegá-lo e destinar a outros a que ele possa interessar. O importante é que ele não seja aterrado.

Os associados avaliam que o trabalho na cooperativa é mais reconhecido socialmente que outras atividades, por exemplo, a de trabalhadora doméstica: *“Aqui a gente é reconhecido... a gente trabalha pro meio ambiente”*. Alguns atribuem tal reconhecimento à história de luta e organização social, especialmente através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Se as cooperativas conseguem produzir identidades socialmente valorizadas, revelam também os limites desse modelo “alternativo” desenvolvido a partir da e na precariedade. Com efeito, o que foi observado é que o trabalho realizado pelos catadores estabelece um sistema de classificação que concede uma segunda vida a objetos descartados, que adquirem um novo valor. Além da separação dos recicláveis

que são encaminhados para a indústria de reciclagem, as triadoras reaproveitam objetos que encontram entre os materiais descartados, como roupas, sapatos, bijuterias, cosméticos, eletrodomésticos, brinquedos e até mesmo remédios e alimentos fora do prazo de validade. Por isso, algumas cooperativas são apelidadas de *shopping*. A regra acordada entre as triadoras é que quem encontra o objeto tem o direito de ficar com ele, mas elas também fazem trocas quando alguma gosta do achado. Algumas trabalhadoras recebem encomendas de vizinhos, amigos e familiares que pedem cremes de pele, roupas, sapatos... Geralmente as triadoras têm uma sacola ou mochila onde juntam os objetos que encontram, mas é preciso “*saber achar a lambança*”, ou seja, trata-se também de uma competência que é desenvolvida no trabalho de catação. As novatas, segundo elas, têm mais dificuldades de encontrar a lambança.

Quanto ao aproveitamento de alimentos, elas dizem que fazem um controle do que pode ou não ser consumido. Aqueles que chegam em embalagens abertas são descartados. Os demais, mesmo com prazo de validade vencidos, são provados e, se o sabor estiver bom, são consumidos. Os objetos aproveitáveis encontrados no lixo são contabilizados no orçamento familiar e percebidos como outro aspecto positivo do trabalho, o que o torna mais atrativo aos olhos dos catadores.

(...) “você pega seu salário... se você ia comprar uma roupa, você já pode comprar outras coisas... porque você já achou a roupa, o sapato, já achou tudo... eletrodoméstico o pessoal já cansou de achar aqui... batedeira, liquidificador... até televisão funcionando... acha de tudo o pessoal... para eles não tem utilidade... quando vem pra cá tem... pior quando vai para o aterro”...  
(triadora de associação)

Essa identificação é tão intensa que os catadores se referem ao seu trabalho como um “vício”. Alguns atribuem a ele a cura de depressão e de vícios como o uso de álcool e drogas.

“Parece que vira um vício... quando eu passo perto de uma lixeira eu olho e tiro o que tiver de reciclável... eu não deixo (...) Assim... eu não sei nem explicar... mas o dia em que eu não vou [coletar na rua] eu não sinto bem, é uma coisa que eu gosto e não tenho vergonha” (catadora)

A semelhança do trabalho com o vício é também sugerida pelas sensações provocadas pela “abstinência”:

“Você não aguenta ficar muito tempo longe da Associação, não... Quando a gente fica 15 dias, que é as férias da gente... tem gente que nestes 15 dias que fica em casa, vem umas 2 ou mais vezes aqui... Vem assim... não para trabalhar, para ver a gente... Vem para conversar... sei lá... deve ser para matar a saudade dos material também”. (triadora)

Pode parecer estranho sentir saudades de um material que, dada a má qualidade da separação na fonte, pouco se diferencia do lixo comum, sendo frequente encontrar resíduos de banheiro e de hospital, restos de cozinha e animais mortos<sup>36</sup>.

As péssimas condições de higiene certamente caracterizam a precariedade do trabalho dos catadores que, como vimos, não é a principal dificuldade que eles vivem no trabalho cooperativo, onde, paradoxalmente, têm como princípio que “*ninguém deve trabalhar para outro*”.

---

<sup>36</sup> Em média, os rejeitos chegam a 25% do material proveniente da coleta seletiva; em algumas associações de catadores, a 40% (Varella & Lima, 2011).

### 6.3 – A autogestão do trabalho e a questão da identidade

Um conflito manifesto acerca da concepção do objeto de trabalho no interior de uma cooperativa de catadores revela seu aspecto intrinsecamente associado à identidade dos catadores e aos valores do trabalho em questão.

#### *O caso do entreposto da associação*

Numa associação do interior de Minas Gerais, um grupo de catadores trabalha, num galpão, com resíduos domésticos coletados nas ruas da cidade com apoio de carrinhos e caminhões. Outro grupo da mesma associação trabalha em um entreposto localizado dentro de uma fábrica de laticínios, onde são processados os resíduos recicláveis oriundos do processo de produção. O grupo que atua no galpão, cerca de 28 pessoas, é formado originalmente por trabalhadores procedentes do lixão que, com o tempo, foi incluindo outros catadores de rua e desempregados. Já o grupo que atua no entreposto é formado por trabalhadores oriundos de atividades que não têm relação com os resíduos. Os trabalhadores do galpão consideram que os do entreposto “*não são catadores de verdade*” e que, se um dia o entreposto da fábrica fechar, eles não trabalharão no galpão, porque consideram que a matéria prima do galpão é “lixo”, diferente dos resíduos da fábrica.

“Eles falam que a gente trabalha com lixo e eles não”... (triadora)

“Catador de verdade”, segundo os que atuam no galpão, é aquele que “veste a camisa da associação” e “não tem vergonha de ser catador”. Diferentemente dos falsos catadores, “catador de verdade tem orgulho de ser catador”.

“Catador é assim... eu não posso pensar... ‘ah, eu tô suja, não posso sair assim... os outros não podem me ver assim’... Na mesma hora que eu tô aqui... assim ...eu tenho que resolver uma coisa aqui... outra ali... vou no banco... converso com prefeito... com rádio... com quem for... do jeito que eu estou... Não posso ter vergonha”... (diretora)

“Catador que é catador é aquele que está na associação nas horas boas e ruins... Os outros só ficam enquanto está bom para eles... enquanto tem dinheiro... Se não tem eles cascam...” (triadora)

A maior parte das pessoas que trabalha no entreposto da fábrica se filiou depois da sua criação, e, desde o início, atuam lá. Muitos admitem que se desligariam da associação caso fossem transferidos para o galpão e consideram que o consideram “*muito bagunçado*”. Já os catadores que atuam no galpão e, às vezes, têm que se transferir para o entreposto, dizem que preferem trabalhar no galpão. Embora se ressintam do fato de os outros associados “se acharem melhores”, consideram que o galpão oferece mais liberdade, uma vez que ali eles estabelecem seu tempo e ritmo, mesmo tendo que cumprir metas de produção acordadas pela associação, muitas vezes pressionada pela prefeitura. Além disso, diferentemente dos trabalhadores do entreposto, os do galpão não trabalham aos domingos, nem todos os sábado.

“Lá [no entreposto da fábrica] eles trabalham mais limpo... Uma roupa dá pra usar a semana inteira porque eles usam avental... bota... aqueles trem tudo... mas é muito mais ruim.. toda hora tem gente pra encher o saco... chamar atenção... e lá tem que trabalhar até domingo” ... (triadora)

Os resíduos oriundos da empresa têm características diferentes dos resíduos domésticos e comerciais, coletados pelos catadores no município. Trata-se de produtos com falhas de fabricação, restos de embalagens como folhas de papelão, sacos plásticos, PP,

PEAD, vidros, “barriguinhas” de papelão, tetrapak e contêineres de plástico. Caracterizam-se pela maior quantidade e menor variedade se comparados com os resíduos domésticos. Estes se compõem de produtos pós-consumo, como embalagens de forma geral, vidros, latas de alumínio e ferro, plásticos, papelão, papel, caixas tetrapak, entre outros que chegam ao galpão muito misturados, inclusive com resíduos de higiene pessoal como papel higiênico, absorventes e fraldas descartáveis, resíduos que não existem entre aqueles processados na fábrica.

O entreposto funciona 24h por dia, sendo três turnos de 8 horas cada (de 6h às 14h; de 14h às 22h e de 22h às 6h), inclusive sábados, domingos e feriados. A empresa exige que todos os materiais sejam processados no mesmo dia e imediatamente à saída da fábrica. Não é permitida a formação de nenhum tipo de estoque dos resíduos dentro da empresa, uma vez que isso pode atrair vetores ou desenvolver bactérias e comprometer os padrões sanitários exigidos pelos órgãos responsáveis e agências de certificação de qualidade. Ao todo, trabalham no entreposto 12 associados. Cada trabalhador tem um crachá de identificação, que permite sua entrada na empresa. Todos os trabalhadores são obrigados a usar o uniforme (calça e camiseta), avental branco de material sintético, botas de borracha branca de cano longo, touca e protetor auricular. Devem participar regularmente dos treinamentos relativos à saúde e segurança, promovidos pela empresa. Em cada turno de trabalho, há um condutor de empilhadeira (para isso ele tem uma habilitação específica), que “puxa” os materiais da fábrica até o entreposto. Há também triadoras que separam os materiais e picotam os potes de plástico que chegam cheios de iogurtes. Esse processo é feito numa máquina, com a ajuda de uma mangueira de água que vai, ao mesmo tempo, lavando os plásticos e o chão. O entreposto é um espaço de aproximadamente 30m<sup>2</sup>, revestido de azulejos brancos. Os resíduos líquidos são canalizadas para um tanque de armazenamento que é esvaziado várias vezes ao dia. Depois de separados, os materiais são prensados e transportados até o galpão da

associação, onde são estocados e comercializados junto com os demais que são coletados porta a porta nas ruas da cidade. O espaço interno e externo do entreposto deve permanecer limpo e é fiscalizado frequentemente.

O entreposto, em suma, é formalmente um posto avançado da cooperativa e os trabalhadores que ali atuam são cooperados como os demais. No entanto, as regras de seu funcionamento o tornam mais próximo de uma empresa privada capitalista que de uma associação de catadores. Esse aspecto não é indiferente às subjetividades que aí se desenvolvem. Embora o incômodo inicial do conflito se apresente em torno do objeto – *é lixo ou não é?* – são os elementos da organização do trabalho e os valores a eles relacionados que se destacam mais fortemente no discurso dos catadores. As diferenças de valores – tais como “liberdade”, “trabalhar limpo”, “trabalhar domingo” – se evidenciam no conflito entre os dois grupos e revelam a possibilidade de projetos distintos. Um que se aproxima do modelo de autogestão, que defende a autonomia dos trabalhadores na organização do próprio trabalho (regras, ritmo) e das relações entre trabalho e vida fora do trabalho (produção e reprodução). O outro que se aproxima mais da lógica do mercado, representada pelas exigências de eficiência e certificações impostas pela empresa na tentativa de “se livrar” da sujeira. Esse projeto alternativo, que começa na organização do trabalho, repercute não só em toda a organização, e por meio da forma como os conflitos são resolvidos, mas também em novas forças de desenvolvimento da subjetividade.

#### **6.4. A hierarquia**

As relações de poder estabelecidas na cooperativa visam a uma espécie de equidade que se apresenta por meio de fortes tensões entre os cooperados.



“Na cooperativa todo mundo é dono... Então você não pode ser daqueles que abaixa a cabeça pra tudo... não fala nada... aceita tudo... esses não ficam... Eles não dá conta... E aqui... é difícil aguentar nós... porque nós fala mesmo... nós fala na cara... você pode gostar ou não”... (diretora de produção da cooperativa)

A ideia de que “todos são donos” remete à noção de igualdade formal, como condição a ser conquistada para pertencer ou permanecer no grupo. Na cooperativa, a aprovação de um novo cooperado é feita em assembleia geral, após um tempo de experiência que dura, em média, três ou quatro meses. É aqui que o “aprender a falar” adquire sentido como uma ação essencial na construção das relações associativas, que se reproduzem também em outras esferas.

“Eu gosto de trabalhar aqui [na associação].... Eu falo as coisas mesmo... Fiquei mais briguenta depois que vim pra cá... Eu não escondo meu trabalho de ninguém. Todo mundo sabe que eu trabalho na ASMARE... Tem que valorizar esse trabalho! Acho que já mudou muita coisa... Agradece aos catadores que começou esse trabalho, que é importante... Se não fosse eles nós não estaríamos aqui...” (triadora)

Mas, se, de um lado, você não pode ser daqueles que abaixam a cabeça para tudo, por outro, você não pode também “*querer ser melhor que os outros*”. Uma das diretoras, que se ocupa exclusivamente das atividades contábeis e financeiras da cooperativa, explica que, mesmo não estando exposta à poeira e aos gases do processo de triagem, ela faz questão de usar o lenço na cabeça, como todas as demais cooperadas triadoras a fim de evitar críticas das colegas que “*jogam na cara*” que ela quer “*ser melhor que as outras*” que trabalham na produção.

“Usando o lenço elas já cai na pele da gente... joga na cara... fala que a gente tá querendo ser melhor... Imagina se nós não usar!” (coordenadora financeira da cooperativa)

O lenço na cabeça não apenas protege os cabelos da poeira, como lembra à trabalhadora a sua condição transitória enquanto coordenadora. Elas entendem que, assim como na triagem, as funções de coordenação devem ser rotativas para que nenhum catador se aproprie do poder. Esse exemplo nos remete às “sociedades sem estado” descritas por Pierre Clastres (2011). Elas não são sociedades sem chefes, sem divisão vertical de funções, mas sim aquelas que criam mecanismos e exercem uma vigilância permanente para impedir que os chefes se apropriem do poder que lhes é delegado e o desviem em proveito próprio (Clastres, 2011). Mais próximo de nós, nos grupos semiautônomos da escola sociotécnica de organização do trabalho, o chefe (ou coordenador da equipe) tem mais a função de representante externo do grupo nas negociações com a hierarquia superior do que a de exercer o poder dentro do grupo. No caso das cooperativas, a propriedade coletiva criou efeitos semelhantes (Lima & Oliveira, 2016). Apesar da existência de conflitos e contradições, a organização do trabalho, construída pelos catadores ao longo da sua curta história, evidencia possibilidades concretas de transformações das relações de poder e dominação, por meio do trabalho. Mesmo quando se trata de objetos “condenados”, como é o caso do lixo.

As análises realizadas nos permitem ainda reafirmar a importância do trabalho na produção das identidades políticas (Prado, 2002), conforme discutimos no capítulo 2. Estas não se constroem apenas pelo apelo à consciência, nem somente por meio de ações ideológicas. As passeatas, protestos, audiências públicas, assembleias têm um papel importante como espaços de reconhecimento e de produção de uma *práxis reflexiva* sobre a atividade concreta, que permitem a elaboração e articulação de questões importantes no nível estratégico para manutenção dos esforços de reivindicação. Porém, é na atividade de trabalho

que os catadores elaboram competências necessárias aos questionamentos de normas e valores estabelecidos (que Rancière chama de partilha do sensível). E é, por meio do trabalho, que eles constroem o acesso à identidade do seu ofício.

Nesse sentido, podemos afirmar que, embora a atividade dos catadores se constitua socialmente a partir da delegação a eles de um “trabalho sujo”, este é apenas o ponto de partida ou, melhor dizendo, a própria matéria prima da atividade dos catadores. É o “trabalho sujo”, em todos os seus aspectos – a sujeira, a delegação, a desqualificação, a negatividade – que é transformado pela atividade dos catadores. Tal processo requer o desenvolvimento de um conjunto de competências que lhes permite, por exemplo, dominar o risco, aprender a falar. Junto a essas competências, um conjunto de normas e valores específicos da atividade são produzidos, conformando uma subjetividade autônoma. Tudo isso nos leva a afirmar que a atividade de catação não é apenas de uma positividade ideológica, mas um verdadeiro *ofício*, composto de normas e valores próprios.

Por fim, retomamos a história de Duraffourg sobre sua observação do *limpador de tripas* com a qual iniciamos este texto, para apresentar aqui a noção que queremos expressar da *bela obra* produzida pelos catadores.

(...) “A ficha dizia que se tratava de esvaziar a tripa, evitando furá-la e utilizando uma pequena ferramenta. E quando se diz isso, não se entende nada daquilo que ele faz. Isso é a definição mesma do prescrito, o prescrito que é um resultado antecipado: limpe a tripa, a esvazie, com a condição de não furá-la, e com meios determinados (um instrumento), é isto o prescrito. Mas isso não nos informa sobre o que ele faz, e sim sobre o que deve ser feito, não nos informa nada sobre o que ele faz realmente. E para conseguir descrever seu trabalho, isso vai fazer vocês rirem, dentro deste universo, eu tive que recorrer a uma

astúcia. Vocês estão vendo as tripas? Então eu disse, é realmente difícil, mas eu disse para mim, este homem está fazendo uma renda. E foi a partir desta imagem que eu pude descrever a maneira como ele manipula a tripa para não perfurá-la, a maneira como ele limpa a tripa, foi aí que eu pude descrever essa atividade e, finalmente, dar uma significação à sua atividade juntamente com ele”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi compreender os processos psicossociais e de subjetivação no trabalho dos catadores de materiais recicláveis, particularmente das triadoras que atuam em cooperativas de reciclagem. Colocamos em questão a afirmação de autores que defendem que o discurso relativo ao orgulho e a satisfação vivenciados pelos catadores no trabalho, estariam relacionados a mecanismos defensivos e ideológicos, que contribuem para a superexploração e alienação desses trabalhadores. Interrogamos de que maneira o trabalho na catação, em particular a atividade de triar materiais recicláveis, realizado em condições precárias, que envolvem diretamente o contato com objetos sujos, desvalorizados e potencialmente contaminantes, poderia ser fonte de desenvolvimento desses sujeitos, permitindo seu reconhecimento no próprio trabalho. Indagamos, ainda, em que medida o desenvolvimento das políticas públicas contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos catadores e de suas atividades. E, num outro sentido, como a atividade dos catadores influencia a construção dessas políticas.

Para tentar responder a essas questões, retomamos, num primeiro momento, a história da catação a partir do processo de organização dos catadores, desde o final dos anos 80. Buscamos evidenciar as transformações do seu trabalho associadas às lutas políticas empreendidas junto ao Estado e ao setor empresarial, representado, num primeiro momento, pelos pequenos depósitos que compravam os materiais recicláveis diretamente dos catadores e, posteriormente, pelas grandes empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana e pelas indústrias produtoras de embalagens e indústrias recicladoras.

Os catadores alcançaram avanços importantes no que se refere à sua própria articulação política e, com o apoio de diversas organizações e de pessoas engajadas na defesa

de populações de rua, construíram um movimento de representação nacional da categoria. O MNCR possibilitou a ampliação dos seus espaços de atuação por meio da interlocução direta com o Estado e com outros atores. Possibilitou, ainda, a articulação de redes, a realização de protestos e ações reivindicatórias relativas à participação desses trabalhadores na cadeia da reciclagem, a melhoria das condições de trabalho, a luta por direitos e permitiu que eles fossem contemplados por diversas leis, das quais destacamos a Política Nacional dos Catadores (PNRS). Esses avanços ocorreram num contexto global de crescentes preocupações ambientais relativas ao esgotamento de recursos naturais e ao aumento da produção de lixo, associados ao crescimento da desigualdade social, sobretudo em países periféricos.

Essa situação ambivalente dos catadores, ao mesmo tempo valorizados e reconhecidos pelo seu papel junto ao meio ambiente, mas mantidos em condições de trabalho degradantes, coloca em questão as bases sobre as quais se apoia a indústria da reciclagem no Brasil e aponta a necessidade de desenvolver tecnologias materiais e tecnologias sociais capazes de oferecer soluções que integrem os aspectos sociais econômicos e ambientais. Em uma segunda instância, questiona até que ponto as contradições estruturais do sistema capitalista permitem o desenvolvimento da alternativa sociotécnica da reciclagem solidária (ou popular), que os catadores defendem. Nossa análise, portanto, desenvolveu-se em dois níveis: o micro da atividade cotidiana nos galpões de triagem e o macro da política, procurando evidenciar relações em mão dupla.

Ao assumir novas tarefas como gerir uma cooperativa, participar das tomadas de decisões relativas a planos, a vendas, frequentar espaços institucionais pouco habituais – cursos, visitas técnicas, premiações –, os catadores tiveram acesso a outros elementos que ampliaram a complexidade do seu trabalho. Construíram, a partir deles, novas formas de engajamento, novos valores e critérios acerca da função e da qualidade do seu trabalho. Isso evidencia o caráter dinâmico do seu ofício se reflete também na sua nomeação profissional –

de “catador de lixo” a “catador de materiais recicláveis” – que, longe de ser um mero eufemismo, carrega uma história transpessoal, uma história de resistência e de luta. Essa luta transcende os interesses de uma classe uma vez que busca reconhecer no(s) outro(s)–“desclassificado(s)”– um interesse ou uma necessidade comum. Trata-se, pois, de um ofício que, por sua própria natureza, coloca em questão a partilha, a distribuição dos “lugares” preestabelecidos para cada um na sociedade.

Dito isso, é preciso considerar que a luta pela criação ou participação dos catadores nas políticas públicas é sempre um processo incompleto, insuficiente. Marx (1844) já chamava atenção para a impotência do Estado em resolver os males causados pelo conflito entre o mercado e a sociedade. Políticas públicas têm um papel importante enquanto instrumentos de resistência. Elas definem normas e lugares sociais e assim impulsionam, em muitas situações, transformações importantes do ofício. No entanto, tendem a tratar o trabalho como emprego, ou como simples relação de trabalho, desconsiderando a atividade concreta dos atores que a desenvolvem. Disso decorrem exigências desmedidas em relação aos recursos disponíveis – como as prescrições para fechamento de lixões e a inserção de catadores informais em cooperativas organizadas em marcha forçada, a falta de condições técnicas, sociais e jurídicas para a prestação de serviços por meio de contratos a serem firmados com os municípios. Essa concepção toma o trabalho pela tarefa, ou pelo trabalho realizado e, dessa forma, oculta aspectos nocivos da atividade, aspectos esses relegados, geralmente, aos bastidores da produção social.

Ao tratarmos o trabalho dos catadores sob a perspectiva da atividade, acreditamos ter contribuído para a elucidação de alguns conflitos – entre triadoras novatas e experientes, entre “catadores de verdade” e “não verdadeiros”, entre catadores “desorganizados” e prefeitura – frequentemente reduzidos a questões morais e psicologizantes, que tendem a reforçar estereótipos sociais e dificultar os processos de mudança.

A abordagem por meio da atividade permite lançar luz sobre os processos psicossociais que dizem respeito à construção de normas, valores e sentidos atribuídos ao trabalho e suas transformações. Esses elementos nos ofereceram condições para aprofundar os debates acerca das controvérsias apresentadas, de um lado, pelas teses que afirmam a positividade do trabalho dos catadores por meio do reconhecimento social e das conquistas políticas e, de outro, aquelas que, apoiadas na precariedade das condições do trabalho, defendem a ideia de manipulação ideológica.

O discurso dos catadores, visto como positividade ou mecanismo de defesa contra a angústia de um trabalho supostamente vazio de sentido, revela um conjunto de prescrições afetivas – não ter nojo, não ser esnobe, não ter medo de se sujar, ter orgulho do trabalho – e corporais – se jogar no lixo, mexer o corpo, reconhecer os materiais, se proteger do risco – relacionadas com as normas e os valores produzidos ao longo da história do ofício. São essas exigências que permitem o desenvolvimento de competências específicas e o acesso à identidade de catador.

A realização de uma atividade de trabalho estabelece exigências que requerem dos trabalhadores o desenvolvimento de habilidades e competências que implicam a transformação dos sentidos, dos valores e do próprio corpo. Assim, é possível observar as transformações dos catadores na sua relação com o cheiro, com o nojo. Fazer do lixo seu objeto de trabalho é confrontar-se com o nojo, com a repulsão, com a sua própria e aquela de outros que não deixam de portar um olhar de desprezo sobre essas atividades. Esses profissionais nem sempre se sentem à vontade para se apresentarem socialmente como *experts* ou profissionais do que fazem. Eles não gozam, *a priori*, de uma imagem social valorizada, uma vez que são constantemente identificados com os objetos que manipulam.



Organizados em associações e cooperativas, os catadores passaram a reivindicar sua participação nos sistemas públicos de limpeza urbana, questionando não só tecnologias de coleta e tratamento de resíduos, bem como seus mecanismos de financiamentos. Eles colocaram em questão o lugar, que até então lhes era atribuído, de mendigos ou meros reviradores de lixo, e galgaram novas posições. Descobriram que seu trabalho tem outras funções, além de promover a sua própria sobrevivência. Reconheceram que têm um papel importante num sistema complexo de produção e consumo, mesmo que muitos ainda o desconheçam. Identificamos, aqui, um processo que Rancière (2004) nomeia de *subjetivação política*, que consiste no redimensionamento do campo da *experiência sensível* dos sujeitos de modo que uma determinada identidade se desidentifique com a parte que lhe era atribuída. Embora seja mais evidente na participação dos catadores no movimento social, por meio de “ações políticas”, reuniões, marchas, audiências públicas, passeatas, esse processo se desenvolve, e apenas se torna possível na medida em que os catadores se apropriam do seu ofício. A produção de saberes específicos do trabalho, que se desenvolve pela atividade, é que lhes oferece condições para questionar os lugares e valores que lhes são atribuídos ou impostos socialmente e, desse modo, construir novas identidades. Eis aqui a dimensão política do trabalho da catação, ou, mais que isso, uma dimensão indissociável da atividade.

Embora destinada às classes mais pobres, a catação não é apenas uma ocupação de mendicância, cujo processo de organização em cooperativas cumpre o papel de manter a precariedade das condições de trabalho por meio de um discurso ambiental, como sugere Baptista (2004). O trabalho criado pelos catadores nasce da miséria e conserva ainda hoje condições bastante precárias. Contudo, é preciso reconhecer o quanto se avançou em relação ao ponto de partida. A “questão dos catadores” não mais se apresenta apenas na esfera da assistência social ou da segurança pública, como há alguns anos. Ela perpassa diversas esferas da política pública – gestão de resíduos, logística reversa, educação ambiental, urbanização,

mudanças climáticas, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável – e se atualiza ao longo do tempo através de uma dinâmica articulada por uma rede de atores.

No debate sobre condições de trabalho dos catadores, uma questão que se apresenta, sobretudo no que envolve a automatização dos processos, diz respeito à manutenção da participação dos catadores no processo. Questionamos se a existência desses trabalhadores estaria condicionada à precariedade das condições de trabalho e, mais além, o que significaria para os catadores “melhores condições de trabalho”. Sabemos que, em grande parte, a qualidade do objeto de trabalho dos catadores depende da adequada separação dos materiais na fonte geradora, que extrapola o seu controle. Mas a qualidade do trabalho não se reduz ao objeto. Existem outros elementos que influenciam a avaliação ou a identificação dos trabalhadores com o seu trabalho – o reconhecimento entre os pares, a possibilidade de articular vida no trabalho e vida fora do trabalho, sobretudo no caso das mulheres, e a possibilidade de regular a velocidade e o ritmo no trabalho.

Entendemos que a melhoria das condições de trabalho deve ser condição e meio de desenvolvimento dos catadores de maneira que eles, de maneira individual e coletivamente tenham possibilidades de se apropriarem das mudanças e de assumir a gestão do seu trabalho. Caso contrário, corre-se o risco de excluir os trabalhadores que deram origem a esse ofício, ao reproduzir a lógica do mercado que produz, também, a precariedade das condições de trabalho. Manter os catadores na precariedade e reforçar o ciclo da exclusão é uma possibilidade que espreeita e limita a tendência de positivação. Até aqui os catadores e a rede social que lhes dão apoio têm conseguido dar um rumo positivo a esse desenvolvimento. Nas ambivalências da situação atual pode-se ler não só a superexploração, como também o desenvolvimento de um potencial, que se torna tanto mais discernível quanto mais nos aproximamos da dinâmica interna da atividade na lida com o objeto de trabalho.

Ao escrever esta tese, dentro dos limites temporais que foram impostos, a análise deparou-se com limites teóricos, metodológicos e práticos, aos quais, enquanto limites, posso apenas aludir sem dizer como serão superados. Em termos teóricos, a articulação entre as esferas macro e micro, a da política e do movimento social organizado, e o cotidiano que lhes servem de ponto de partida e de finalidade, ainda merece aprofundamentos, tanto no sentido da reflexão sobre o sujeito político, quanto em direção de uma política da atividade desenvolvida a partir dos valores germinados no cotidiano do trabalho. Essa articulação depara-se com um limite analítico, que exige aprofundamentos metodológicos para ser superado: Como aprofundar a análise dos afetos e valores que orientam a relação com o objeto de trabalho e se revelaram fonte de conflitos e instauram novos processos de exclusão dos novatos? Essa parece ser a contribuição mais consistente das clínicas do trabalho para apoiar os processos de desenvolvimento do coletivo. No entanto, os conhecimentos e dispositivos que permitem o reconhecimento das diferenças interindividuais ainda precisam ser desenvolvidos.

Esta tese não teve como objetivo direto fazer uma intervenção para promover as mudanças que ela reivindica como evidências dos processos de desenvolvimento dos trabalhadores. Mas diversas possibilidades de desenvolver pesquisa-ação foram evidenciadas por meio de intervenções para resolver conflitos entre catadores— incluindo relações de gênero no trabalho e fora do trabalho;— para facilitar a integração dos novatos; para desenvolver a relação com os riscos; para promover a saúde dos catadores; para melhorar as condições de trabalho por uma abordagem mais globalizante envolvendo os munícipes; para realimentar as ações políticas a partir do cotidiano da atividade. O movimento social desses trabalhadores exige a construção de estratégias políticas e a organização de pautas de reivindicações em diversos níveis com os mais diferentes interlocutores. Para manter viva essa integração entre o cotidiano e a política, é necessária a criação de espaços de reflexão

sobre o trabalho a partir da análise da atividade. Esses espaços são produzidos, em germe, no interior de cada cooperativa, nos encontros realizados –seminários, festivais, audiências, fóruns, passeatas – e também nos ambientes não institucionais. Neles, os conflitos e contradições vivenciados na profissão se reverberam e são (ou não) legitimados pelos seus pares. Essa dinâmica propicia o desenvolvimento de novas conexões, novos sentidos, novas relações com as pessoas envolvidas no trabalho –colegas, população, prefeitura – e com o próprio objeto. Todavia, um dos resultados desta tese é que esse movimento espontâneo encontra limitações que requerem intervenções que propiciem não apenas um meio e instrumentos de mediação, como também novos desenvolvimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, F. (2007). Do lixo à cidadania: estratégias para ação. Brasília. Caixa Econômica Federal.
- Almeida *et al* (2008) Implantação e avaliação da prática: “Cansando o olfato”. IX Encontro de Iniciação à Docência. Universidade Federal da Paraíba.
- Amado, G. (2002). Implicação. In Barus-Michel, J.Enriquez, E.Levy, A. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa. Climepsi.
- Amado, G.& Lhuilier, D. (2012) L’activité au coeur de l’intervention psychosociologique. n.519. p.263-276.
- Baptista, R. D. S. (2004) L’institutionnalisation de l’informel: Regards sur la cooperation et les strategies de survie des chiffonniers dans trois villes brésiliennes. Tese de doutorado. Paris: Université de Paris 1.
- Baptista, R. D. S. (2006) A Construção Simbólica do Terceiro Setor. In: Terceiro Setor. Ed. São Paulo: Saraiva.
- Barbosa Neto, E. (2012) O quem das coisas: Etnografia e feitiçaria em Les mots, la mort, les sorts. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n.37.p.235-260
- Barros, V. A. & Pinto, J.B.M.(2008) Reciclagem: trabalho e cidadania. In: Kemp. V.H e Crivellari. H.M.T (org). Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais. p. 65-82. Belo Horizonte. Autêntica.
- Barros, V. A. (2015) Trabalho e populações especiais in: Bendassoli, P.; Borges-Andrade, J.E Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Barros, V. A.; Silva, L. R.(2004) Trabalho e Cotidiano no IML-BH. *Psicologia em Revista*, v. 16, n.5, p. 318-333.
- Bataille, G. (1975) A parte maldita. Rio de Janeiro. Imago.
- Boltanski, L. (1984). As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 191p
- Bourdieu, P. (1997) A miséria do mundo. Petrópolis:Vozes.747p
- Bossi, A.P. (2006) A organização capitalista do trabalho “informal”. O caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.23 n.67.Junho de 2008
- Brasil (2010) lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília.

- Brasil (2012) Lei nº 12.690 de 19 de Julho de 2012. Brasília
- Brasil (2013) Decreto nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010. Brasília
- Candau, J & Jeanjean, A (2006) Des odeurs à ne pas regarder. Terrain. Revue d'ethnologie de l'Europe. n.47.
- Canguilhem, G. (2009) O normal e o patológico. 6ªed. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Carneiro, M.T.; Rocha, E. Do fundo do buraco o drama social das empregadas domesticas in SOUZA, J. (org.) A ralé brasileira quem é e como vive. BH, UFMG,2009 – cap. 7
- Cavalcante, S. F M.F. (2007) Profissão Perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. Revista Mal-Estar e Subjetividade. V.VII n.1 Fortaleza.
- Clastres, P. La Société contre l'État. Paris, Les éditions du Minuit, 2011 (1974).
- Clot, Y. (2006) A Função Psicológica do Trabalho. Petrópolis: Vozes.
- Clot, Y. (2010) Pourquoi l'activité dans la clinique du travail? In: Clot, Y. & Lhuillier, D. (org.) *Agir en Clinique du travail*, Toulouse, Éres.
- Clot, Y. (2010) Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Clot, Y. (2014) Gêneros e estilos profissionais. Laboreal. Volume X. n.1 p.95-97 Disponível em <http://www.laboreal.up.pt/pt/articles/generos-e-estilos-profissionais/>
- Conceição, M. M. (2003) Empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de Lixo. Editora Átomo, Campinas.
- Corbin, A. (1987) Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII. São Paulo, Cia das Letras.
- Crivalari, H.M.T.; Dias, S.M.;Pena, A.S. (2008) Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de materiais reciclável a partir das bases públicas de dados. In: Kemp.V.H E Crivellari. H.M.T (org). Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, p.299-324.
- Cru, D; Dejours, C. (1987) Nova contribuição da Psicologia do Trabalho à análise da prevenção de acidentes na Construção Civil. In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo. Vol.15. n.59, p.239-247.
- Daniellou, F. (2004) A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher.
- Dejours, C. (1980) Travail: usure mentale. Essai de psychopathologie du travail. Paris, Le Centurion
- Dejours, C. (1987) A loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez.

- Dejours, C. (1997) O fator humano. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2012) Trabalho Vivo. Trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- Dias, H.M.M. (2007). Contratransferência: um dispositivo psicanalítico. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, do Núcleo de Psicanálise. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 150 p.
- Dias, S. M. (2002) Construindo a Cidadania: Avanços e Limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a Asmare. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Dias, S.M, OLIVEIRA, F. (2011) Os catadores nas Políticas Públicas. In: Revista Pensar BH. Vol 29. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.
- Dias, S.M. (2009). Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. 326 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UFMG.
- Desroche, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: Thiollent, M. (Ed.). *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos, EDUFSCAR, 2006, p. 131-154.
- Douglas, M. (2010) Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva
- Durraffourg, J.(2003) Palestra no I Seminário Internacional Trabalho e Educação – transcrição e tradução Francisco de Paula Antunes Lima e Eloisa Helena Santos.
- Enriquez (2001) O vínculo grupal. in: Machado, M.N.M. et al. *Psicosociologia: Análise social e intervenção*. Autentica: Belo Horizonte.
- Freire, P & Horton, M. (2003) O caminho se faz caminhando. Conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, Ed.Vozes.
- Freitas, M.V.O.(2005) Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a Trajetória dos Catadores de Papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Geertz, C. (2013) O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis. Editora Vozes.
- Goldman, M. (2005) Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. Cadernos de Campo. n.13.
- Grimberg, E. (2007) Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiências e Desafios. São Paulo: Instituto Polis.
- Harris, M. (1978) Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas. Os enigmas da cultura. Rio de Janeiro. Civilização brasileira.
- Hugues, E. C. (1996) Le Regard Sociologique. Paris: Éd. de l'École des hautes études em sciences sociales.

- Hugues, E.C. Work and Self (1996) in Chapouillie, J.M. (1996) *Le Regard Sociologique essais choisis*. Paris: Editions de L'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1996
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Rio de Janeiro.
- INSEA. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (2005). Relatório anual de atividades. (documento de circulação interna) Belo Horizonte. INSEA.
- INSEA. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (2007). Relatório anual de atividades. (documento de circulação interna) Belo Horizonte. INSEA.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos (PSAU) para gestão de resíduos sólidos. Relatório e Pesquisa. Brasília.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013). Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Brasil. Brasília: IPEA, 2013.
- Jeanjean, A. (2006) *Basses Oeuvres une ethnologie du travail dans les égouts*. Paris. Éditions du CTHS.
- Jeanjean, A. (2011) Entre transmission, contagion, secret et transgression: ce que l'on se "passe" aux abords des déchets in: *Les travailleurs des déchets*. Toulouse. Érès.
- Kaës, R. (2005) Os espaços psíquicos comuns e partilhados. Transmissão e negatividade. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Kemp. V. H (2001) *Práticas Associativas na Economia Solidária e Laço Social*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Laplantine, F. (1994) *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora brasiliense.
- Lave, J. & Wenger, E.(1991) *Situated learning legitimate peripheral participation*. Cambridge University .
- Lhuillier, D (2009). Clinique et Politique in: *Destins politiques de la souffrance*. Toulouse. Érès. p.159-173
- Lhuillier, D (2010) L'invisibilité du travail réel et l'opacité des liens santé-travail, *Sciences Sociales et Santé*, vol. 28, 2, p.31-63.
- Lhuillier, D. (2002) *Négatif Psychosocial et subjectivation contribution a la Clinique du Travail*. Mémoire pour l'Habilitation à diriger les Recherches. Ecole Doctorale Connaissance et Culture Université Paris X – Nanterre.
- Lhuillier, D. (2005) Le «sale boulot» in *Travailler*, n° 14. p.73-98.



- Lhuillier, D. (2014) Introdução à psicossociologia do trabalho. Caderno de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v.17. p.5-19. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/80628>
- Lhuillier, D. et COCHIN, Y.(1999) Des déchets et des hommes. Paris : Sociologie clinique : Desclée Brouwer, 185 p.
- Lhuillier, D.(2007) *Cliniques du travail*. Toulouse : Editions Erès, 2007, 248 p.
- Lhuillier, D.(2009) Travail du négatif – travail sur le négatif. in *Revue Education Permanente*.n. 179/2009-2
- Lhuillier, D.; Cochin, Y.(1999). *Des Déchets et des Hommes*. Paris:Desclée de Brouwer.
- Lima, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. O. (2008). Produtividade Técnica e Social das Associações de Catadores: por um Modelo de Reciclagem Solidária. In: Kemp. V.H e Crivellari. H.M.T (org). Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais. p. 225-264 Belo Horizonte. Autêntica.
- Lima, F.P.A & OLIVEIRA, F. G. (2016) Recycling and Social Technologies for sustainability: The Brazilian Experience of Wastepickers' Inclusion in Selective Collection Programs . Work. (no prelo)
- Lima, F.P.A (1997) Noções de Organização do Trabalho. In: OLIVEIRA, C.R (org.) Manual Prático de L.E.R. Belo Horizonte: Editora Healh,1997.
- Lima, F.P.A. *et al* .(2013) Prestação de Serviços de Coleta Seletiva por Empreendimentos de Catadores: Instrumentos Metodológicos para Contratação. Belo Horizonte. INSEA. Disponível em [http://www.insea.org.br/publicacoes/insea-prestacao\\_servicos\\_coleta\\_seletiva-instrumento-metodologico-para-contratacao.pdf](http://www.insea.org.br/publicacoes/insea-prestacao_servicos_coleta_seletiva-instrumento-metodologico-para-contratacao.pdf)
- Lima, F.P.A; Varella, C.V.S; Oliveira, F.G; Parreiras, G; Rutkowski, J. (2011).Tecnologias sociais da reciclagem: efetivando políticas de coleta seletiva com catadores. In: Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia.
- Machado, F V. (2013) Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política.Rev. psicol. polít.[online]. vol.13, n.27, pp. 261-280 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2013000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1519-549
- Maciel, F. ;Grillo, A.(2009) O trabalho que (in)dignifica o homem in SOUZA, J. (org.) A ralé brasileira quem é e como vive. BH, Ed. UFMG
- Marché-Paillé, A.(2010) Le dégoût dans le travail d'assistance aux soins personnels, s'en défendre mais pas trop. Travailler. n.24, p.35-54
- Marx, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano. (1844) in: Práxis, Belo Horizonte. Out- Dez, 1995.

- MNCR.Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2014). Mulheres são a maioria entre catadores organizados em cooperativas. Disponível em <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>
- MNCR.Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2014). Os catadores de materiais recicláveis na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/legislacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo>
- Oliveira, F. G.(2010) Processos de Trabalho e produção de vínculos sociais: Eficiência e Solidariedade na triagem de materiais recicláveis. (Dissertação) Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Oliveira, F.G E Silva, D.T.A.(2007) Relatório de atividades 2007 – INSEA: Belo Horizonte, (mimeo)
- Oliveira, D.A.M. (2011) Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: Estudo em uma cooperativa em Salvador – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.
- Porto, M. et. al. (2004) Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro.
- Prado, M. A. M. (2002) Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71
- Ramaswamy, G. (2005) India Stinking. Manual scavengers in Andhra Pradesh and their work. Navayana Publishing. Nova Delhi. (108p.)
- Rancière (2004). Política, identificación y subjetivación. Acesso em <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/heler/poliyidenranciere.htm>
- Rancière, (2006). J. Política, policía, democracia.Santiago. LOM Ediciones.
- Ribeiro, R.(2014) The Role of Experience in Perception. Empirical Study/Analysis. n.37 p.559-581.
- Rutkowski, J. E & Rutkowski, E. W. (2015) Expanding worldwide urban solid waste recycling: The Brazilian social technology in waste pickers inclusion. Waste Magagement & Research. 33(12). p.1084-1093.
- Rutkowski, J. E. (2008) Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – uma abordagem na Engenharia de Produção. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE.
- Santos, M. (2004) Apropriando-se do trabalho: um estudo sobre a atividade dos garis – coletores de Lixo. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais.

- Santos, M.(1977) *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia.n.54. São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- Santos, M.C.O., Lima, F.P.A., Murta, E.P., Motta, G.M.V., Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. In: *Produção*, v. 19, n.1, jan./abr. 2009, p. 202-213.
- Schwartz, &. Durrive, L. (2007) *Trabalho e Ergologia: Conversas Sobre a Atividade Humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Schwartz, Y. (2007) Un bref aperçu de l’histoire culturelle du concept d’activité in *Activités revue électronique*. Vol. 4 n. 2.
- Schwartz, Y. (2016) Manifesto por um ergoengajamento. In.Trabalho e Ergologia II. Diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte. Fabrefactum, 2015.
- Schwartz, Y.(2014) Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. Porto Alegre, Letras de Hoje. V.49, n.3, p259-274
- Silva, C.M.; Oliveira, F.G. (2012) Participação dos catadores de materiais recicláveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus desafios. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo.
- Souza, C.M. & Mendes,A.M. (2006) Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal – Estudo Exploratório. Revista de Psicologia Organizacional do Trabalho. V.6.n.2.
- Souza, J. (2009) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Streck, D.R. (2006) Pesquisar é pronunciar o mundo. Notas sobre o método e metodologia in: Pesquisa Participante. O Saber da Partilha. Ed. Ideias & Letras, Aparecida
- Tarozzi, M. (2011) *O que é a Grounded Theory?* Petropolis: Vozes
- Thereau, J. (2015) A hipótese da cognição (ou ação) situada e a tradição da análise do trabalho da ergonomia de língua francesa in: Lima, F.P.A.;Rabelo, L.DiB.C;Castro, M.(org.) Conectando Saberes. Belo Horizonte. Fabrefactum.
- Thiollent, M. (1985) *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Editora Polis.
- Tosquelles, F. (2009) *Le travail thérapeutique en psychiatrie*. Toulouse. Érès.
- Vasconcelos, R. C.(2007) A gestão da complexidade do trabalho do coletor de lixo e a economia do corpo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

- Vieira, S. (2012) Porto. Alegre não quer mais catador na rua. Revista Reciclagem Moderna. Edição 35. Ano VII. Eco Brasil Editora Ltda. São Paulo.
- Volkoff, S. (2006). “Montrer” la pénibilité: le parcours professionnel des éboueurs. Actes de la recherche en sciences sociales. n. 163, p. 62-71 disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=ARSS&ID\\_NUMPUBLIE=ARSS\\_163&ID\\_ARTICLE=ARSS\\_163\\_0062](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_163&ID_ARTICLE=ARSS_163_0062)
- Walker, L. (2010) Lixo Extraordinário. Documentário. Rio de Janeiro.
- Wirth, I.G. (2016) Movimento de catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a experiência do Rio Grande de Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado. Campinas.
- Wisner, A. (1987) Por dentro do trabalho. Ergonomia: Método & Técnica. Oboré, São Paulo.
- Zambelli, C. K; Tafuri, M.I; Viana, T.C; Lazzarini, E.R. (2013) Sobre o conceito de contratransferência em Freud, Ferenczi e Heimann. Psicol. clin.[online]. vol.25, n.1, pp.179-195. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652013000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100012&lng=en&nrm=iso). ISSN 0103-5665. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652013000100012>.